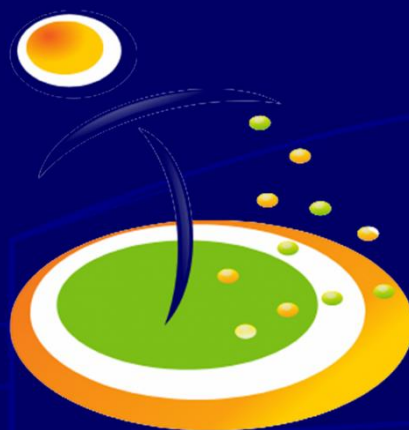


FAP

19
anos

Construindo o
Ensino Superior
de Qualidade na
Região do Baixo
Parnaíba!

CRESU
Centro Regional de Ensino Superior



Revista
Academic Research

FAP

Revista Semestral – Volume 10, Nº18, ago/dez de 2024

C
R
E
S
U

COMISSÃO EDITORIAL

Ivandro de Souza Coêlho
Raimunda Nonata Fortes Braga
Grazieli Brito da Silva

COMITÊ DE REDAÇÃO

Ivandro de Souza Coêlho
Raimunda Nonata Fortes Braga
Grazieli Brito da Silva

SECRETÁRIA

Janaína Mascarenhas de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Profª. Grazieli Brito da Silva - FAP

Mestra em Educação – UNISC/RS

Prof. Dr. Ivandro de Souza Coelho - FAP

Doutor em Educação – UFF/RJ

Prof. Dr. Cláudio Gonçalves da Silva - UFMA

Doutor em Agronomia/Entomologia Agrícola – UFLA/MG

Profª. Ma. Luciana Railza Cunha Alves - FAP

Doutora em Antropologia Social – UFPA/ PA

Profª. Ma. Edilana Wasney Vieira - FAP

Mestra em Geografia, Natureza e Dinâmica do Espaço – UEMA/ MA

Profª. Ma. Fabiana Campos Silva - FAP

Mestra em Educação – UNISC/RS

Profª. Ma. Raimunda Nonata Fortes Braga - FAP

Mestra em Desenvolvimento Humano – UNITAU/ SP

PROGRAMAÇÃO VISUAL / DIAGRAMAÇÃO / CAPA

Raimunda Nonata Fortes Braga

Fabiana Campos Silva

NORMALIZAÇÃO

Rayssa Cristhália Viana da Silva

FAP Academic Research / Faculdade do Baixo Parnaíba. v. 10, n. 18,
(ago./dez. 2024) – Chapadinha- MA, 2024.

v. 10, n. 18, (ago./dez. 2024)
Semestral

ISSN 2446-8312

1. Educação Superior – Periódicos. I. Faculdade do Baixo Parnaíba. II.
Título.

CDU 378(051)

Elaborada pela Bibliotecária Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

A *FAP Academic Research* é um periódico editado e organizado pela Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), instituição de educação superior localizada no município de Chapadinha, na região conhecida como Baixo Parnaíba e Alto Munim, no estado do Maranhão, Brasil. Além de cumprir o objetivo de divulgar trabalhos de alta qualidade e rigor acadêmico produzidos pelo corpo docente e discente da FAP, o Periódico tem a missão de fazer avançar a oferta de educação superior de qualidade e verdadeiramente emancipadora no interior do Maranhão.

Localizada no meio do semiárido maranhense, Chapadinha está situada numa das regiões mais pobres do estado do Maranhão, por sua vez, um dos estados com os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do país. Nesse contexto, os desafios envolvidos na oferta de educação superior de qualidade, sobretudo para uma instituição privada, não são poucos. Desde a frágil educação básica oferecida pelas escolas públicas locais, até as dificuldades econômicas de uma população de gente muito trabalhadora, mas muito explorada e aviltada de direitos fundamentais, acumulam-se as dificuldades apresentadas ao processo educacional na região.

Em tal cenário, a FAP acredita que somente uma educação que emancipe de maneira duradoura e sustentável pode dar sentido à continuação desse projeto, caso em que a pesquisa científica, contextualizada e consciente de sua qualidade política inerente, tem um papel fundamental a desempenhar. Mais do que profissionais tecnicamente qualificados para o mercado de trabalho, a FAP busca formar cidadãos críticos e capazes de transformar a sua realidade e a daqueles a sua volta. É justamente esse processo de emancipação que pode ser favorecido pelas habilidades de pesquisadores cuja função básica é tirar paradigmas do pano de fundo social, questioná-los e, se necessário, desconstruí-los.

Contamos, portanto, com a colaboração de toda a comunidade acadêmica da FAP para enriquecer cada vez mais a produção científica séria e crítica desta IES. Da mesma forma, convidamos professores, estudantes e pesquisadores, desde a iniciação científica até o pós-doutoramento, a contribuírem com o periódico com seus trabalhos e pesquisas, a fim de fortalecer a missão de Davi contra Golias, que é esta de viabilizar a pesquisa e a emancipação pela educação no interior do Maranhão.

Os trabalhos devem ser enviados em arquivo eletrônico em Word para <nupex@fapeduca.com.br>, incluindo:

- O corpo do artigo, com 7.000 a 10.000 palavras. As notas de rodapé devem ser, preferencialmente, curtas e objetivas, ao passo que as referências bibliográficas devem estar conforme o padrão ABNT;
- Breve biografia da autora ou do autor, com, no máximo, 50 palavras;
- Um resumo do artigo, respeitando o máximo de 150 palavras, incluindo palavras-chave que facilitem a catalogação bibliográfica.

Embora priorizemos trabalhos inéditos, subsidiariamente poderemos aceitar trabalhos já publicados, desde que sejam considerados de indiscutível relevância para a temática da Revista. Por sermos uma Faculdade que oferece majoritariamente cursos das Ciências Sociais e Humanas, nosso foco são artigos com temáticas relativas à Gestão da Educação, Políticas Sociais, Metodologias da Educação, Direitos Humanos e Saúde. Porém, em função de nossa

missão interdisciplinar, estimulamos o envio de trabalhos relacionados a outros temas que possam, de alguma forma, ser correlatos.

Desde já, agradecemos a parceria.

Equipe Editorial.

EDITORIAL.....	6
-----------------------	----------

GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: Análise do Recurso Didático 'Leio, Escrevo e Calculo' (LEC) na Escola Amélia Mendes Ferreira.....	8
---	----------

Andressa Cardoso Monteles

Crisciane Veras da Silva

Eliane dos Santos Gomes Viana

Diwlay Bacelar Marinho

UMA ANÁLISE DE MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA COM RELAÇÃO AS LEIS nº10.639/03 e nº11.645/08.....	24
---	-----------

Ilsilene Viana da Silva

Israele Viana da Silva

José Rodrigues da Silva

Adelson Cheibel Simões

A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A PESSOA IDOSA: Desafios e Potencialidades em Chapadinha-MA.....	44
--	-----------

Adriele Maria Diniz Sousa

Bárbara Cristynne Machado de Sousa

Thaís Pontes Lira

Vilândia Soares da Silva

CONTABILIDADE GERENCIAL: o impacto da formalização no processo de crescimento das empresas da cidade de Anapurus – MA.....	67
---	-----------

Carla Lorrane da Silva Lima

Emmanuel Monteles Garreto Souza

Lucas Martins Monteles

Rodrigo Lima de Andrade

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: a influência do acompanhamento familiar nos anos iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento integral do aluno do município de Chapadinha-MA.....	88
--	-----------

Camila Cuimbra Ferreira

Fabiana Ferreira Silva

Jessica Bruna Cuimbra Ferreira

Grazieli Brito da Silva

EDITORIAL

Com um compromisso inabalável de disseminar conhecimento de alta qualidade com rigor acadêmico, a *Revista FAP Academic Research*, uma iniciativa da dedicada equipe da Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), mais uma vez se destaca no cenário intelectual de Chapadinha e de todo o Maranhão. Nesta 18ª edição, reiteramos nosso compromisso de ser um meio de excelência para a divulgação dos trabalhos produzidos por nossos professores, alunos e pesquisadores.

Neste segundo semestre de 2024, celebrando 19 anos de atuação, a Faculdade do Baixo Parnaíba reafirma seu propósito de construir o Ensino Superior de Qualidade na Região do Baixo Parnaíba, reafirmando seu papel como instituição transformadora de realidades e promotora de saberes. A marca institucional da FAP e do Centro Regional de Ensino Superior (CRESU) estampa esta edição como símbolo de uma trajetória de quase duas décadas dedicadas à formação cidadã e ao desenvolvimento regional.

A presente edição traz uma seleção de artigos que exploram temas de grande relevância social, educacional e econômica. Um dos destaques é a análise dos gêneros textuais no ensino de Língua Portuguesa, com base no recurso didático Leio, Escrevo e Calculo (LEC), aplicado na Escola Amélia Mendes Ferreira. O estudo traz importantes reflexões sobre as práticas pedagógicas que favorecem o letramento e a competência linguística dos alunos.

A história e a legislação educacional também ganham espaço com o artigo que analisa momentos históricos da educação brasileira à luz das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, leis que instituem o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena nas escolas. A pesquisa enfatiza a importância da valorização da diversidade étnico-racial no currículo e no processo formativo.

No campo das políticas públicas e sociais, esta edição apresenta um estudo sobre a atuação do assistente social frente à violência patrimonial contra a pessoa idosa em Chapadinha-MA. O artigo, repetido propositalmente em nossa seleção por sua relevância e profundidade, aponta desafios e potencialidades na defesa dos direitos da população idosa, especialmente diante das violações que atingem seu patrimônio e dignidade.

Também se destaca a abordagem sobre a contabilidade gerencial e o impacto da formalização no crescimento das empresas na cidade de Anapurus – MA, revelando como a organização contábil contribui para a sustentabilidade e expansão dos pequenos negócios locais.

Fechando a edição, o estudo sobre a relação entre família e escola analisa a influência do acompanhamento familiar no desenvolvimento integral dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental em Chapadinha-MA. A pesquisa reforça a importância da parceria entre educadores e responsáveis para a construção de uma trajetória escolar bem-sucedida.

A *Revista FAP Academic Research* reafirma sua vocação como espaço de encontro entre pensamento crítico e ação transformadora. Cada artigo aqui publicado traduz o esforço coletivo de nossa comunidade acadêmica em prol de uma educação superior que seja emancipadora, inclusiva e comprometida com os desafios do nosso tempo.

Agradecemos profundamente a todos os autores e autoras que contribuíram com esta edição, bem como aos revisores e equipe editorial que, com competência e dedicação, garantiram a

qualidade científica deste volume.

Convidamos você, leitor, a explorar as páginas desta edição e a se engajar nas discussões aqui propostas. Que esta coletânea fortaleça ainda mais os laços entre saber, compromisso social e desenvolvimento humano.

Boa leitura!

GÊNEROS TEXTUAIS NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: Análise do Recurso Didático 'Leio, Escrevo e Calculo' (LEC) na Escola Amélia Mendes Ferreira

TEXTUAL GENRES IN PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING: Analysis of the Teaching Resource 'Reading, Writing and Calculation' (LEC) at the Amélia Mendes Ferreira School.

Andressa Cardoso Monteles¹

Crisciane Veras da Silva²

Eliane dos Santos Gomes Viana³

Orientadora: Ma. Diwlay Bacelar Marinho⁴

RESUMO: O presente trabalho teve como principal objetivo analisar o papel dos gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa por meio do instrumento didático “Leio, Escrevo e Cálculo” (LEC), na escola U. I. Amélia Mendes Ferreira, na cidade de Chapadinha – MA. Pretendeu-se identificar quais são as dificuldades enfrentadas pelos alunos no processo de classificação e compreensão dos gêneros textuais e quais são os benefícios do uso do LEC para o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação e escrita textual dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se o método qualitativo, de caráter exploratório e descritivo, visto que se trata de um estudo de caso. Tal abordagem deu-se mediante a aplicação de uma entrevista estruturada com perguntas abertas a duas professoras de Língua Portuguesa do 9º ano e ao gestor da escola, com a finalidade de compreender, analisar e discutir o recurso didático em estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico e de campo. Para tanto, fundamentou-se nos seguintes teóricos: Antunes (2009), Bakhtin (2003), Bazerman e Hoffnagel (2005), Faraco (2007), Koch (2012), Lakatos e Marconi (2003), Marcuschi (2008). Nesse sentido, essa investigação visa compreender o uso do LEC como recurso didático para o ensino dos gêneros textuais e colaborar para pesquisas futuras, visto que a utilização dos gêneros textuais nas aulas de Língua Portuguesa apresenta-se como uma ferramenta para o desenvolvimento de competências de leitura e escrita.

Palavras-chave: Ensino de Língua Portuguesa; livro didático LEC; gêneros textuais.

¹ Licenciada em Letras pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: andressacahprof@gmail.com

² Licenciada em Letras pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: criscianeveras6@gmail.com

³ Licenciada em Letras pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: elianasantosgomesv@gmail.com

⁴ Mestre em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. E-mail: diwlaybmarinho@gmail.com

ABSTRACT: The main objective of this study was to analyze the role of textual genres in the teaching-learning process of the Portuguese Language through the didactic instrument "Leio, Escrevo e Cálculo" (LEC) at the U. I. Amélia Mendes Ferreira school in the city of Chapadinha, MA. The aim was to identify the difficulties faced by students in the process of classifying and understanding textual genres and the benefits of using the LEC for the development of reading, interpretation, and writing skills of 9th-grade students in Elementary School. For this research, a qualitative method was used, with an exploratory and descriptive character, as it is a case study. This approach was carried out through the application of a structured interview with open-ended questions to two 9th-grade Portuguese Language teachers and the school principal, with the purpose of understanding, analyzing, and discussing the didactic resource under study. It is a qualitative research of a bibliographic and field nature. To this end, it was based on the following theorists: Antunes (2009), Bakhtin (2003), Bazerman e Hoffnagel (2005), Koch (2012), Lakatos e Marconi (2003), Marcuschi (2008). In this sense, this investigation aims to understand the use of the LEC as a didactic resource for teaching textual genres and to contribute to future research, as the use of textual genres in Portuguese Language classes presents itself as a tool for the development of reading and writing skills.

Keywords: Portuguese Language Teaching, LEC textbook, textual Genres.

1 INTRODUÇÃO

O surgimento dos gêneros textuais remonta à Antiguidade, quando três importantes gêneros emergiram na literatura ocidental: o épico, o lírico e o dramático. Essas manifestações artísticas refletiram a cultura dos povos antigos e se propagaram por meio da socialização. Cada gênero textual possui um propósito comunicativo próprio que se adapta às necessidades comunicativas de seus falantes. A língua é um fenômeno social dinâmico, que se transforma mediante o seu uso. Sendo assim, os seres humanos, enquanto seres sociais, modificam a língua conforme a utilizam.

Na língua portuguesa, os gêneros textuais são fundamentais para sua divulgação, pois trabalham a língua como uma ciência de socialização que valoriza a experiência do aluno mediante a interação verbal e as situações de interlocução. Nesse contexto, é trabalhado a visão do dialogismo textual, que aborda o enunciado como algo produzido sempre de alguém para alguém. A língua, portanto, é um sistema social e dinâmico.

Destacam-se os teóricos que sustentaram a presente pesquisa, como Antunes

(2009), Bakhtin (2003), Marcuschi (2008), Koch (2012), entre outros. A pesquisa seguiu a linha LP1CL – Práticas e Metodologias de Ensino em Português, a partir da indagação: “Quais são os benefícios do uso do livro didático 'Leio, Escrevo e Calculo (LEC)' para o desenvolvimento das habilidades de leitura, interpretação textual e escrita dos alunos do Ensino Fundamental da Escola Amélia Mendes Ferreira?”

A motivação para o estudo surgiu do interesse em analisar o processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa no 9º ano do Ensino Fundamental, mediante observações realizadas durante o estágio curricular supervisionado, utilizando o recurso didático LEC como estratégia para aprimorar o ensino. A pesquisa, de caráter exploratório, descritivo, bibliográfico e de campo, teve como universo professores da rede pública municipal da escola em questão.

Foram realizadas entrevistas abertas com duas professoras e o gestor escolar, cujos relatos destacaram melhorias significativas na leitura e produção textual dos alunos. As professoras também comentaram sobre a integração do LEC nas aulas, o processo de adaptação e a evolução na participação dos alunos. O estudo aponta que o uso do LEC contribui efetivamente para o desenvolvimento das competências de leitura e escrita.

2 A MANIFESTAÇÃO SÓCIO-INTERATIVA DA LINGUAGEM: A LÍNGUA E OS GÊNEROS TEXTUAIS

A língua é viva e dinâmica, transformando-se diariamente conforme seu uso. Assim como os seres humanos são seres sociais, a língua se modifica entre os sujeitos que a utilizam ao longo do tempo. Os gêneros textuais são os traços que compõem a manifestação da linguagem, multiplicando-se conforme a necessidade de comunicação. Na Língua Portuguesa, os gêneros textuais são fundamentais para trabalhar a língua como uma ciência de socialização, sendo objeto de investigação na interação verbal, explorando diversas situações de interlocução.

Embora o tema não seja novo, a observação sistemática dos gêneros textuais no Ocidente começou há pelo menos 25 séculos, conforme Marcuschi (2008), que cita Platão como um dos primeiros a abordá-lo. Na antiguidade clássica, os gêneros eram classificados com base na forma e conteúdo, resultando nos gêneros lírico, épico e dramático. Durante a Idade Média, a distinção passou a considerar a teoria dos estilos: elevado, médio e humilde. No século XVIII, esse modelo apresentou sinais de decadência. A partir do século XIX, com o advento da linguística, o estudo dos gêneros ganhou novas perspectivas, ampliadas no século XXI.

A palavra “gênero” tem origem no latim “genus” (tipo ou espécie). No inglês, “gender” refere-se ao gênero gramatical, enquanto “genre” é usada para categorizar obras

textuais e artísticas. No português, “gênero” se refere ao uso da língua em diferentes situações comunicativas, sendo compreendido como fenômeno que envolve linguagem e variação.

Autores como Bakhtin destacam a origem socio-histórica e dialógica dos gêneros. Bazerman (2005) propõe uma visão sociorretórica e sócio-histórica cultural. Há ainda abordagens interacionistas e sócio-discursivas. Com a globalização, surgem novos gêneros adaptados às novas situações de comunicação, o que só é possível pelo uso do sistema linguístico. Nesse contexto, destaca-se o dialogismo como fundamento da linguagem, segundo a linguística textual. Para o dialogismo, todo enunciado é sempre de alguém para alguém; assim, não há linguagem sem interação social. A língua, portanto, é social e dinâmica.

Segundo Bakhtin e Volochínov (2006, p. 117)

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

É fundamental analisar a interação na linguagem para compreender não apenas seu funcionamento, mas também a subjetividade presente nas situações comunicativas. Diante disso, compreende-se que “a construção do sujeito se daria como efeito da interação. Sem o tu, sem o outro, não se teria a noção do eu” (Marcuschi, 2008, p. 20). As palavras do autor trazem a compreensão de que a construção sócio-interativa é sustentada por meio da linguagem.

2.1 Das Antigas Tradições à Modernidade: o gênero é social

O estudo dos gêneros textuais remonta à Antiguidade, revelando que toda comunicação social ocorre por meio de um gênero. O gênero épico, por exemplo, é marcado por narrativas longas e poéticas, centradas em atos heroicos e personagens grandiosos, como deuses e semideuses. Obras como *Ilíada* e *Odisseia*, de Homero, são exemplos clássicos que apresentam linguagem elevada, tradição oral e protagonistas dotados de virtudes como coragem e honra, mas também com falhas humanas. Já o gênero lírico trata de forma subjetiva os sentimentos humanos, como amor e saudade, sendo originalmente cantado com o auxílio da lira. Suas principais características são a musicalidade, a subjetividade e a diversidade temática, permitindo liberdade de expressão e conexão emocional entre autor e leitor.

O gênero dramático, por sua vez, surgiu em contextos religiosos na Grécia Antiga e se consolidou como expressão cênica e social. Suas principais manifestações são a tragédia, a comédia e a mímica, refletindo a vida política e cultural da época. As tragédias, como

Antígona de Sófocles e *Prometeu Acorrentado* de Ésquilo, exploram temas sérios e dilemas morais entre humanos e deuses. Já as comédias, como as de Aristófanes, tinham caráter satírico e crítico. Segundo Marcuschi (2008, p. 149), “a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade”, reforçando que os gêneros são formas de ação social que refletem práticas culturais e históricas específicas. Segundo Marcuschi (2008 p. 149),

a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano no nas diversas formas. E se adotarmos a posição de Carolyn Miller (1984), podemos dizer que os gêneros são uma ‘forma de ação social’. Eles são um ‘artefato cultural’ importante como parte integrante da estrutura comunicativa de nossa sociedade.

As comédias, como as de Aristófanes, buscavam entreter e criticar figuras públicas, enquanto as mímicas utilizavam máscaras e comentários para compor narrativas teatrais. O gênero épico é marcado por narrativas poéticas extensas sobre feitos heroicos, geralmente de deuses ou semideuses. *Ilíada*, *Odisseia* e *Eneida* têm linguagem elevada, temas grandiosos e forte tradição oral. Os heróis mostram coragem, honra e falhas humanas. A intervenção divina destaca o papel dos deuses no destino dos personagens. A métrica ajudava na memorização e transmissão oral, tornando essas histórias pilares da cultura literária ocidental.

O gênero dramático surgiu na Grécia Antiga com base religiosa, destacando-se no teatro, refletindo questões políticas e sociais. Tragédia, comédia e mímica tratavam de relações humanas e divinas, como nas obras de Sófocles, Ésquilo e Aristófanes. O uso de máscaras e múltiplos papéis era comum. Esses gêneros influenciaram a literatura contemporânea, ajudando a formar o romance, o conto e o ensaio, e mostrando a língua como ação social.

Com as novas tecnologias, especialmente a internet, surgiram novos gêneros textuais, adaptáveis às necessidades dos usuários. A linguagem, sendo cognitiva e maleável, acompanha as mudanças sociais e tecnológicas, criando novos espaços de interação.

3 O ENSINO E APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: a importância e os entraves para o desenvolvimento da leitura e compreensão textual

Ler exige muito mais do que apenas decodificar o texto. A leitura é uma atividade revolucionária que antecede a fala. Enquanto a fala é uma manifestação não planejada da língua, o texto escrito é organizado e planejado. Cada leitor apresenta uma compreensão única do texto, refletindo a representação do pensamento do sujeito. A leitura envolve não apenas o

conhecimento das regras do código linguístico, mas também os conhecimentos prévios e experiências do leitor.

Koch (2012, p. 9) define a língua como “a representação do pensamento do indivíduo, sendo uma forma pela qual o sujeito constrói uma ideia mental com a intenção de que seja captada pelo interlocutor da maneira como foi concebida.” A expressão do pensamento, portanto, é uma das formas que a autora aborda para conceber a leitura dos gêneros textuais. Essa leitura pode ser modificada mediante o instrumento de comunicação utilizado ou o lugar de interação. Sendo assim, cada autor adapta sua mensagem para que o interlocutor compreenda o sentido conforme planejado.

Compreender o texto vai além da decodificação das palavras; o sentido é construído por meio da interpretação de quem lê. Através da leitura, o leitor pode tirar conclusões, concordar, refletir ou até completar as ideias presentes no texto. Essa reflexão sobre a prática da leitura é possível graças à interpretação textual, que é moldada de acordo com a intenção do autor.

Cada texto possui uma intencionalidade e um objetivo. Koch (2012, p. 32) diz que:

Depois de escrito o texto tem uma existência independente do autor. Entre a produção do texto escrito e a sua leitura, pode passar muito tempo, as circunstâncias da escrita (contexto de produção) podem ser absolutamente diferentes das circunstâncias de leitura (contexto do uso) e esse fato interfere na produção do sentido de um texto.

Nesse contexto, os gêneros textuais no ensino da Língua Portuguesa são essenciais para a construção da mensagem, pois cada gênero exerce uma função determinada no processo de interação entre leitor e texto. O sentido, portanto, é construído a partir da organização das palavras e da intenção comunicativa do autor.

Depois de escrito, o texto tem uma existência independente do autor. Entre a produção do texto escrito e a sua leitura, pode passar muito tempo; as circunstâncias da escrita (contexto de produção) podem ser absolutamente diferentes das circunstâncias de leitura (contexto de uso), e esse fato interfere na produção do sentido de um texto. Nesse contexto, os gêneros textuais no ensino da Língua Portuguesa são essenciais para a construção da mensagem, pois cada gênero exerce uma função determinada no processo de interação entre leitor e texto. O sentido, portanto, é construído a partir da organização das palavras e da intenção comunicativa do autor.

Na visão de Irandé Antunes (2009) em relação à Língua Portuguesa nos dias atuais, ela faz uma crítica à sala de aula, pois muitas vezes o ensino tem uma abordagem tradicional e exageradamente concentrada nos pontos normativos e gramaticais, como identificar termos, classes gramaticais e memorização de regras. Em função disso, restringe a capacidade dos

estudantes de ampliar o que aprendem em textos reais de comunicação, fazendo com que os alunos se afastem da ação real da língua e de seu uso no cotidiano.

Por isso, Antunes relata que a língua é o ponto de encontro daqueles que fizeram e fazem a história. Sobre isso, Antunes (2009, p. 23) destaca: “A língua é, assim, um grande ponto de encontro; de cada um de nós, com os nossos antepassados, com aqueles que, de qualquer forma, fizeram e fazem a nossa história”. Com isso, conclui-se que a competência leitora não se restringe apenas àqueles que dominam a decodificação do sistema alfabético, mas também àqueles que apresentam interesse no mundo da comunicação e da interação, mesmo frente a situações de dificuldades. Nesse sentido, essa perspectiva abre espaço para uma sociedade inclusiva, onde as distintas inteligências são reconhecidas e as possibilidades de avanços e melhorias na compreensão e aprendizado são valorizadas.

4 NOVAS ABORDAGENS DE APRENDIZAGEM: Leio, Escrevo e Calculo – Língua Portuguesa LEC Aprova+

No ensino de Língua Portuguesa (LP) nos anos finais do ensino fundamental, os gêneros textuais são utilizados como objetos de ensino, funcionando como ferramentas que sustentam práticas didáticas recomendadas pelos PCNs de 1998 para a disciplina. Tais práticas procuram manter o contexto social em que o aluno está inserido. Segundo Libâneo (2018, p. 15), “A educação, ou seja, a prática educativa, é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e ao funcionamento de todas as sociedades”.

O recurso didático LEC oferece uma ampla seleção de gêneros, com atividades dinâmicas e interativas que colocam o aluno como protagonista do processo de ensino, permitindo-lhe explorar cada abordagem, aprender e participar ativamente. Essa proposta torna possível que o aluno desenvolva uma prática de produção textual em que a leitura se configura como um exercício de compreensão, e não como simples cópia de conceitos. Koch (2012, p. 101) explica que:

No processo de leitura e construção de sentido dos textos, levamos em conta que a escrita e a fala baseiam-se em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação. Nas atividades comunicativas cotidianas, diversos gêneros textuais são utilizados, como cartas, e-mails, anúncios, artigos, resumos, poemas, contos, e até mesmo piadas...

Diante disso, o material didático “Leio, Escrevo e Calculo – Língua Portuguesa LEC Aprova+” selecionado e escolhido pela U. I. Amélia Mendes Ferreira trata-se de um instrumento fundamentado no campo de conhecimento que busca estimular uma compreensão

interativa por meio de atividades que abrangem leitura, oralidade, compreensão, planejamento e escrita de diferentes gêneros textuais.

O LEC é uma produção coletiva da Livro Ideal Distribuidora e Editora de Livros Ltda., publicada em 2023. Destina-se a ser uma proposta pedagógica para a ampliação e fortalecimento dos resultados de aprendizagem. O material complementar busca melhorar os resultados de aprendizagem na educação, fundamentando-se nos dados do SAEB, que avalia o desempenho dos estudantes em âmbito nacional. Com base nos resultados dessas avaliações externas, identificam-se áreas de melhoria, contribuindo para ajustes nas políticas públicas de educação.

A partir dos dados do SAEB, a Editora Livro Ideal identifica municípios com maiores necessidades de aprimoramento nos índices de aprendizagem e, assim, desenvolve a coleção “Leio, Escrevo e Calculo (LEC) Aprova+ Língua Portuguesa e Matemática” para os anos iniciais e finais do ensino fundamental. Esse recurso pedagógico está alinhado à BNCC do Brasil (2018), com o objetivo de melhorar os resultados de aprendizagem através do desenvolvimento de competências e habilidades em leitura, produção de texto e letramento matemático.

A coleção inclui três livros para o aluno: um de Língua Portuguesa, com atividades de compreensão leitora e estudo detalhado dos gêneros textuais; um de Matemática, focado na interpretação e compreensão textual para o entendimento matemático; e o livro “Eu Supero Desafios”, que permite a criação de um portfólio com produções autorais dos alunos e apresenta quatro avaliações de cada disciplina. São avaliações que se encontram alinhadas aos modelos aplicados pelo SAEB.

O material do professor inclui orientações didáticas para o planejamento das atividades, além de instrumentos para acompanhamento da aprendizagem dos alunos. Em complemento, a editora disponibiliza em seu canal do *YouTube* vídeos instrutivos sobre o desenvolvimento das atividades propostas no material didático. As atividades propostas na coleção didática “Leio, Escrevo e Calculo – Língua Portuguesa LEC Aprova+” visam colaborar na formação do aluno como leitor, comunicador, pensador e escritor. Todas as unidades do livro seguem uma sequência estruturada: inicialmente, é proposto imaginar o texto, momento em que são levantadas hipóteses e mobilizados conhecimentos prévios, valorizando assim o saber do aluno e dando dicas sobre o gênero textual a ser estudado.

Após o momento inicial, as hipóteses sobre o gênero textual são confirmadas, e as primeiras atividades de compreensão e identificação da estrutura e funcionalidade do texto são realizadas. Isso permite que o aluno aprofunde e amplie a compreensão do texto em etapas posteriores, através de questionamentos em rodas de conversa. Nessa fase, espera-se que o aluno se posicione como leitor fluente e crítico, sendo guiado a ouvir e refletir sobre o conteúdo

do texto, o que também favorece a interpretação, o diálogo e o compartilhamento de aprendizagens e saberes entre professor e colegas de classe. Por conseguinte, o livro incentiva a produção e a finalização do texto.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

A inquietação para esta pesquisa surgiu a partir do Estágio Curricular Supervisionado no Ensino Fundamental, realizado pelas autoras no primeiro semestre de 2024. Durante as aulas de Língua Portuguesa do 6º ao 9º ano, observou-se a utilização de horários específicos dedicados ao estudo do recurso didático intitulado “Leio, Escrevo e Calculo – LEC”, cujo objetivo é direcionar o ensino de gêneros textuais para aprimorar a leitura e a compreensão textual. A necessidade do uso do LEC surgiu tendo em vista as fragilidades apresentadas pelos alunos diante das competências de leitura e escrita.

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, dado que se trata de um estudo de caso. O universo da amostra compreende professoras da rede pública municipal da Escola Amélia Mendes Ferreira, formadas em Letras e Pedagogia, com experiência no uso do objeto em estudo. Após o levantamento bibliográfico abordado sobre o tema em artigos, teses e dissertações, partiu-se para a documentação direta a partir da análise dos dados coletados na aplicação de uma entrevista com perguntas abertas. A pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, descritivo e exploratório, que, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 185), é definida como:

Pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. É uma maneira de observar e relacionar os fatos que correspondem à investigação teórica e à investigação no campo abordado.

A escola foco desta pesquisa é a Escola Amélia Mendes Ferreira, localizada na Avenida Raimundo Oliveira, bairro Areal, CEP 65.500-000, Chapadinha, Maranhão (Anexo A e B). De acordo com pesquisas realizadas na plataforma QEd3 (Portal de Dados Educacionais do Brasil), a escola possui cerca de 451 alunos matriculados e conta com uma equipe de 22 professores, atendendo estudantes do 6º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino. A instituição recebe alunos tanto do município quanto da zona rural de Chapadinha. Segundo

O QEd3 é uma plataforma que contém os principais dados do ensino básico do Brasil, como Prova Brasil, Censo Escolar, Ideb e ENEM a partir das fontes oficiais do governo. CENSO Escolar: Chapadinha. QEd3. 2024. Disponível em: <https://qed3.org.br/escola/21139989-ui-amelia-mendes-ferreira/ideb>. Acesso em 05 nov, 2024.

informações presentes no Qedu (2024), a escola obteve nota 4,0 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2023. A pesquisa, realizada em outubro de 2024, contou com a participação do gestor da escola e de duas professoras responsáveis pelo ensino de Língua Portuguesa no 9º ano da instituição em análise, que utilizam o material em suas práticas pedagógicas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ensino de Língua Portuguesa desempenha um papel importante nos processos avaliativos acerca do desenvolvimento dos alunos no país. “O principal instrumento utilizado para avaliar o ensino fundamental em todo o país é o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), implantado a partir de 1990 e realizado com o apoio das secretarias de educação dos estados e municípios” (BRASIL, 1998, p. 33). Este instrumento serve para avaliar e medir a qualidade do ensino e, a partir dos resultados, planejar e buscar melhorias nas propostas educacionais, visando resultados positivos no ensino brasileiro.

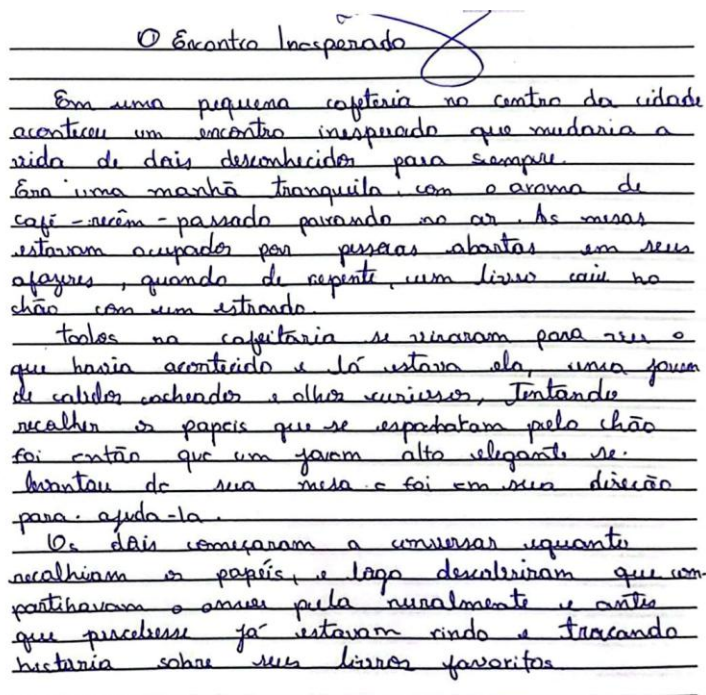
O relato a seguir trata-se de uma breve narrativa introdutória para exemplificação das experiências que proporcionaram inquietações desta pesquisa. Para tanto, constata-se a experiência de uma aula sobre o gênero textual crônica, que foi conduzida conforme as orientações do material pedagógico LEC. Nesta aula, o material sugeria um momento de diálogo para que os alunos expressassem o que lhes vinha à mente ao ler essa palavra. “Betsy” era o título do texto que seria lido posteriormente. Para ajudar os alunos a descobrirem qual era o gênero do texto, foi lida uma “super dica” do livro, que explicava que “Betsy” pertencia à tipologia dos textos narrativos e que se tratava de um gênero comum em jornais, usado para relatar vivências do dia a dia. Além disso, a dica indicava que o nome do gênero tinha sete letras.

Conforme a contextualização avançava, os alunos tinham um espaço no livro didático para escrever suas suposições sobre o gênero do texto. Esse momento gerou curiosidade, e os alunos ficaram empenhados em descobrir a resposta, até que uma aluna sugeriu que se tratava de uma crônica. Após a descoberta, deu-se início à leitura da crônica “Betsy”, de autoria de Rubem Fonseca. Durante a leitura, a história foi sendo pausada para que os alunos pudessem refletir e compartilhar suas dúvidas e opiniões sobre os acontecimentos do texto.

Após a leitura da crônica, os alunos participaram de uma atividade de classificação para identificar e discutir as características do gênero presentes no texto. Em seguida, responderam a questões sobre personagens, local, tempo, conflito e desfecho, trocando ideias

entre si. A análise do gênero foi aprofundada com atividades interpretativas, o que despertou maior interesse pela forma investigativa da aula. Ao final, foram incentivados a produzir sua própria crônica, aplicando os conhecimentos adquiridos. A maioria se manteve atenta e participativa, demonstrando curiosidade e considerando a produção textual algo simples e prazeroso; alguns concluíram a tarefa em sala e outros preferiram finalizá-la em casa. Ver figura 1.

Figura 1 - Produção textual crônica – O encontro inesperado.



Fonte: Autoras (2024).

Nota: Digitalização do texto produzido pelo aluno do 9º ano.

6.1 Leio, Escrevo e Calculo: perspectiva do gestor

Com o objetivo de investigar o recurso didático em estudo, compreender os motivos de sua escolha e avaliar se ele atende às necessidades da escola, foi elaborado um questionário com cinco perguntas abertas, direcionadas ao gestor da Unidade Integrada Amélia Mendes Ferreira. O senhor Raytone Cruz. O gestor colaborou gentilmente, compartilhando sua experiência sobre o uso do material. Em suas respostas ficaram evidentes que o projeto do recurso didático “Leio, Escrevo e Calculo” (LEC) foi implementado na escola a partir de 2022, após a adesão da prefeitura, com o objetivo de preparar os alunos para as provas externas como SAEB e SEAMA (Cruz, 2024).

A iniciativa partiu da secretaria de educação e contou com o incentivo da coordenadora pedagógica da rede, sendo bem acolhida pela equipe escolar, que se mobilizou

para garantir livros para todas as turmas do 6º ao 9º ano (Cruz, 2024). A escolha do material foi fundamentada em dados obtidos por meio de provas internas e municipais (como o SIMAI) - SIMAI, “Sistema Municipal de Avaliação Interna de Chapadinha”, que está em plena execução, que evidenciaram dificuldades dos alunos na leitura e interpretação de textos, tanto em Língua Portuguesa quanto em Matemática (Cruz, 2024).

O principal objetivo do LEC é desenvolver a competência leitora e interpretativa dos alunos, por meio de atividades que trabalham diferentes gêneros textuais, contribuindo para a compreensão da estrutura e função de cada tipo de texto (Cruz, 2024). A proposta reflete o compromisso da gestão municipal e escolar com a melhoria da educação, valorizando a democratização do acesso ao material didático e promovendo o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, conforme orientações dos PCNs e da Política Nacional de Alfabetização (Brasil, 2019). No estudo da linguagem, existem diferentes abordagens. Neste caso específico, a língua materna é trabalhada por meio do livro didático, que utiliza os gêneros textuais como principal ferramenta para a leitura e compreensão da língua.

6.2 Leio, Escrevo e Calculo: Experiência docente

Com o intuito de conhecer de perto a experiência profissional sobre o uso do LEC, o questionário foi aplicado às professoras de Língua Portuguesa, Aracélia Barros Vieira e Cassiane Magalhães de Sousa. O primeiro quesito abordado no questionário fez referência à formação profissional. A professora Vieira respondeu que era formada em Letras – Inglês; a professora Sousa possui formação em Pedagogia, Geografia e é pós-graduada em Psicopedagogia e Alfabetização. Ao serem questionadas sobre o tempo de atuação em sala de aula, a professora Aracélia informou que atua há 34 anos e a professora Cassiane Sousa há 2 anos.

A utilização do recurso didático “Leio, Escrevo e Calculo” (LEC) na Escola Amélia Mendes Ferreira visa melhorar a competência de leitura e escrita dos alunos, utilizando gêneros textuais para desenvolver a capacidade interpretativa e de produção textual. As professoras entrevistadas, Aracélia Vieira e Cassiane Sousa, destacam o impacto positivo do livro na aprendizagem dos alunos, que se tornam mais aptos a compreender e produzir textos a partir do estudo dos gêneros textuais. Aracélia destaca a abordagem didática com sequência de atividades focadas em um gênero específico, que culminou na produção de um livro pelos alunos, com envolvimento dos pais (Vieira, 2024). Cassiane, por sua vez, organiza as atividades de forma a dividir o tempo entre compreender e produzir textos, ajustando o ritmo conforme a necessidade

(Sousa, 2024).

A adaptação ao uso do LEC foi considerada positiva pelas professoras. Aracélia, que já tinha afinidade com o trabalho com gêneros textuais, implementou o livro de forma gradual, permitindo que os alunos produzissem seus textos, que posteriormente foram organizados em um livro (Vieira, 2024). Cassiane também ressaltou a simplicidade das atividades, que facilitaram a compreensão dos alunos, sobretudo quando comparado ao livro didático do MEC, que ela considera mais complexo para os estudantes (Sousa, 2024).

Em relação à reação dos alunos do 9º ano, Aracélia percebe que, embora haja um grupo mais engajado, é necessário que os educadores insistam para manter o interesse dos alunos, especialmente em relação à importância dos gêneros textuais para o letramento e inserção social (Vieira, 2024). Isso reflete o entendimento de Marcuschi (2008, p. 229), que aponta a compreensão de textos como uma habilidade que exige interação e trabalho, não sendo uma atividade natural, mas construída socialmente. As falas das professoras mostram que o LEC tem se mostrado uma ferramenta eficaz no desenvolvimento das habilidades linguísticas dos alunos, ajudando-os a compreender melhor os textos e a se comunicar de maneira mais eficaz na sociedade.

As professoras notaram melhorias nas habilidades dos estudantes, especialmente no que se refere à timidez e à confiança ao se expressarem, como observado em Aracélia Vieira (2024), que relata que os alunos passaram a se sentir mais seguros ao falar em público, explicar e discutir sobre gêneros textuais. A professora Cassiane Sousa (2024) também observou um aumento na confiança dos alunos ao se apresentarem, destacando que as produções textuais se tornaram mais criativas, com maior atenção ao uso de pontuação e à estruturação das frases, um progresso considerável, especialmente para alunos do nono ano.

De acordo com Mikhail Bakhtin (2003), o livro didático tem o papel de mediar o aprendizado, ao oferecer ao aluno um espaço de interação social e construção de significado. A prática pedagógica, então, favorece a troca de enunciados e o desenvolvimento de competências discursivas. A prática pedagógica com o LEC, conforme destacado pelas professoras, permite uma abordagem diversificada dos gêneros textuais. Aracélia Vieira (2024) afirmou que o livro LEC facilita o aprendizado porque organiza cada unidade em torno de um gênero textual, o que possibilita uma compreensão mais clara e uma produção textual mais eficaz. Cassiane Sousa (2024) complementou que a variedade de gêneros apresentada no livro, como lendas e outros tipos de textos, oferece aos alunos uma aprendizagem dinâmica e acessível.

A linguagem é, portanto, uma relação entre língua e sociedade, e sua manifestação se dá na prática, através do seu uso. Por meio dos três pilares da teoria de Vygotsky (1991) -

zona de desenvolvimento proximal, mediação e linguagem - é possível trabalhar o ensino da língua em sociedade, com base nas abordagens do socioconstrutivismo e do sociointeracionismo.

As falas das duas professoras destacam tanto os benefícios quanto os desafios do uso desse recurso. É interessante observar que as professoras reconhecem o valor do LEC no processo de ensino, especialmente na melhoria da leitura e interpretação de textos. Contudo, também apontam a falta de envolvimento familiar e o desinteresse crescente dos alunos à medida que avançam na adolescência.

Além disso, o uso dos gêneros textuais, conforme os autores mencionados, contribui para a construção de um ensino mais dinâmico e interativo. A combinação de linguagens verbal e visual no LEC facilita a abordagem de diferentes tipos de textos e torna o aprendizado mais atrativo, criando um ambiente mais lúdico e acessível. O desafio, portanto, está em balancear a gramática com a capacidade dos alunos de compreender e produzir textos claros e coesos, algo que é reforçado com o uso de recursos didáticos mais próximos da realidade dos estudantes, como o LEC.

7 CONCLUSÃO

A pesquisa sobre o uso do livro "Leio, Escrevo e Cálculo" (LEC) na Escola Amélia Mendes Ferreira revelou a importância dos gêneros textuais no processo de ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa. O estudo destaca que os gêneros textuais contribuem para o desenvolvimento da leitura, escrita e argumentação, formando leitores e escritores críticos e interativos. Através do LEC, os alunos aprimoraram suas capacidades linguísticas, interpretativas e criativas, conectando o conteúdo às situações cotidianas e tornando o aprendizado mais eficaz e dinâmico.

O livro LEC se mostrou um recurso didático valioso, facilitando a atuação multidisciplinar e promovendo uma educação contextualizada, que vai além da decodificação de fórmulas, incentivando a reflexão crítica e a solução de problemas. A pesquisa também destacou a importância da formação continuada de professores e gestores para aprimorar as práticas pedagógicas, refletindo sobre os resultados obtidos nas atividades e avaliações.

Conclui-se que através da pesquisa realizada teve-se os objetivos alcançados através das teorias trabalhadas em relação ao uso do livro LEC e dos gêneros textuais nas salas de aulas, onde fica comprovado que a interação social junto com o cognitivo faz com que os alunos possam aprender cada vez mais e que suas possibilidades para o ensino aprendizado seja

alcançado. Espera-se contribuir para que novos estudos possam ser realizados sobre essa temática e que este trabalho seja considerado como uma ponte para novas discussões e aprendizados sobre o livro didático LEC como abordagem contextualizada sobre os gêneros textuais e recurso diferenciado para ser enquadrado no cotidiano das escolas de educação básica.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2009.

BAKHTIN, M.; VOLOCHÍNOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAZERMAN, Charles; HOFFNAGEL, Judith Chambliss; DIONÍSIO, Angela Paiva (Org.). **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação**. Brasília: MEC, SEB : DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <https://search.app/xdjB2uUst4rdy5tB7>. Acesso em: 31 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Alfabetização. **Política Nacional de Alfabetização**. Brasília, DF: MEC : SEALF, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf. Acesso em: 15 ago. 2024.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

LIVRO IDEAL. **Leio, Escrevo e Calculo: Língua Portuguesa: 9º ano**. Fortaleza: Livro Ideal, 2023.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Hipertexto e gêneros digitais**: novas formas de construção de sentido. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO. **Gov.br**. jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/areas-de-atuacao/eb/pnld/programa-nacional-do-livro-e-do-material-didatico-pnld>. Acesso em: 05 jul. 2024.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

TAILLE, Yves de La; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. Disponível em <https://search.app/SWir1BytyWAdLQxw9>. Acesso em: 31 out. 2024.

UNIDADE INTEGRADA AMÉLIA MENDES FERREIRA. **Qedu**. [S. l.], c2024. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/21139989-ui-amelia-mendes-ferreira/ideb>. Acesso em 05 nov. 2024.

**UMA ANÁLISE DE MOMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
COM RELAÇÃO AS LEIS nº10.639/03 e nº11.645/08**

**AN ANALYSIS OF HISTORICAL MOMENTS IN BRAZILIAN EDUCATION IN RELATION
TO LAWS nº10.639/03 AND nº11.645/08**

Ilsilene Viana da Silva¹

Israele Viana da Silva²

José Rodrigues da Silva³

Adelson Cheibel Simões⁴

RESUMO: Este estudo analisa a trajetória histórica da educação brasileira e a implementação das Leis nº10.639/03 e nº11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. A pesquisa parte de uma revisão bibliográfica sobre momentos históricos da educação brasileira, desde o Brasil Colonial com a chegada dos jesuítas, passando pelo período Imperial, estudo conclui que a implementação efetiva dessas leis é fundamental para o reconhecimento da importância dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira, contribuindo para uma educação mais justa e igualitária, que valorize a diversidade cultural e combata o racismo estrutural.

Palavras-chave: Educação brasileira. Lei 10.639/03. Lei nº11.645/08. Povos Negros.

¹Graduada em Pedagogia e professora da Educação Básica (Colégio Nossa Senhora de Fátima) Chapadinha.

²Graduada em Pedagogia e professora da Educação Básica (Escola Pequeno Príncipe) Chapadinha.

³Graduado em Pedagogia e História e professor da Educação Básica Estadual do Maranhão.

⁴Graduado em Filosofia e Pedagogia, Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria UFSM – RS. Professor substituto da Universidade Federal do Maranhão UFMA e professor em regime parcial da Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP e professor da Rede Estadual de Educação do Estado do Maranhão, Doutorando em Educação-UFMA. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0002-5201-029X> E-mail: adelsonsimoes@gmail.com

ABSTRACT: This study analyzes the historical trajectory of Brazilian education and the implementation of Laws nº 10.639/03 and nº 11.645/08, which made the teaching of Afro-Brazilian and indigenous history and culture mandatory in the school curriculum. The research is based on a bibliographic review of historical moments in Brazilian education, from Colonial Brazil with the arrival of the Jesuits, through the Imperial period. The study concludes that the effective implementation of these laws is fundamental to the recognition of the importance of African and indigenous peoples in the formation of Brazilian society, contributing to a more just and egalitarian education that values cultural diversity and combats structural racism.

Keywords: Brazilian education. Law 10.639/03. Law nº 11.645/08. Black peoples.

1 INTRODUÇÃO

A história dos povos negros no Brasil é marcada por opressão e injustiças que buscaram ofuscar suas contribuições para a edificação do país, mas apesar da desigualdade social, houve resistência e luta pelo reconhecimento. Os movimentos negros ganharam força com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, que tornou obrigatório o ensino de conteúdos relacionados à cultura dos alunos e suas regionalidades. Posteriormente, a Lei nº10.639/03 alterou a LDB, determinando o trabalho com conteúdos afro-brasileiros em todo currículo escolar, especialmente nas disciplinas de História e Arte, em instituições públicas e privadas. Em 2008, a Lei nº11.645/08 incluiu também o ensino da cultura indígena.

Esta pesquisa iniciou com uma revisão bibliográfica sobre momentos históricos da educação brasileira, desde a chegada dos jesuítas, passando pelo Brasil Imperial, Regime Militar, até a implementação da Escola Cidadã e seus desafios. Este percurso histórico foi necessário para compreender o contexto da aprovação das leis mencionadas, utilizando autores como Romanelli (2012), Ribeiro (2003), Aranha (2006) e Gadotti (2000). O estudo buscou identificar a importância dessas leis no combate ao racismo e às desigualdades étnico-raciais na escola, além da relevância da formação docente para sua aplicação e melhoria da qualidade de ensino.

Após essa base teórica, realizou-se uma pesquisa bibliográfica específica sobre as Leis nº10.639/03 e nº11.645/08 e suas contribuições para a educação, com base em autores como Guedes (2013), Almeida e Sanches (2017), Santos (2016), Américo (2017), Rocha (2011), Jesus (2017), Paula e Guimarães (2014) e Oliveira e Júnior (2012). Também foi analisada a Proposta Curricular do município de Chapadinha-MA em comparação com

documentos oficiais brasileiros e as leis vigentes, para verificar a adequação municipal às imposições legais.

A pesquisa de campo foi realizada em três escolas da rede pública de Chapadinha-MA que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com nove professores das disciplinas de História e Arte. A coleta de dados ocorreu através de questionários que abordaram aspectos da formação docente, práticas pedagógicas, conhecimento e aplicação das leis, além da relação com a Proposta Curricular do Município. Para análise dos dados, utilizou-se o software IRAMUTEQ, que através de bases estatísticas contribuiu para uma análise qualitativa mais concreta da realidade, permitindo um diagnóstico preciso do que vem sendo desenvolvido nas escolas pesquisadas.

2 O BRASIL COLONIAL E SEU MODELO DE EDUCAÇÃO

A educação brasileira é marcada por diversos acontecimentos históricos que contam a trajetória de conceitos, leis, decretos e documentos que foram empregados, aperfeiçoados e adequados ao longo do tempo no modelo de sociedade de cada época. Essas alterações foram feitas em sua maioria buscando formar pessoas inconscientes de seu papel social, moldadas para seguir os modelos de dominação impostos pelas classes dominantes, onde predominava a reprodução mecânica que privilegiava a produção em massa em prol do crescimento econômico, pelo poder autoritário do capitalismo.

O tempo e a mudança de conceitos no campo educacional trouxeram novos horizontes e perspectivas para a educação brasileira, onde as novas mudanças travam uma luta com as forças capitalistas objetivando oportunizar uma educação de maior qualidade, direito garantido por lei que deveria ser mais respeitado, ultrapassando as fronteiras dos documentos que regulamentam a educação deste país.

Neste resgate histórico, é preciso inicialmente citar o Brasil Colonial, iniciado a partir do descobrimento do território brasileiro, no ano de 1500, estendendo-se até a chegada da família real portuguesa no ano de 1759. Este intervalo temporal tem muito a contar sobre a história educacional deste país. Antes de analisar o sistema educacional desta época é preciso ressaltar que a monopolização do pau-brasil, a construção e o aperfeiçoamento dos engenhos de açúcar, além de todo o trabalho pesado ser realizado por mão de obra escrava, são indícios de uma precarização enorme na concepção de ensino ofertada neste período.

"A economia colonial brasileira fundada na grande propriedade e na mão de obra escrava teve implicações de ordem social e política bastante profundas. Ela favorece o

aparecimento de unidade básica do sistema de produção, de vida social e do sistema de poder representado pela família patriarcal" (ROMANELLI, 2012, p. 33).

Em meio a essa realidade social chegaram no Brasil os jesuítas, com seu modelo de ensino reprodutor e alienador, que não visava a liberdade, mas sim a catequização e consequentemente a alienação das pessoas escravizadas, portanto um ensino sem preocupação com o aperfeiçoamento integral do sujeito.

Em consonância com a discussão, Romanelli (2012, p.34) afirma que "o ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio a realidade da vida da colônia. [...] O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo".

O contexto mostra um ensino desprovido de significação, mecânico, reprodutor e atrofiador da criticidade do sujeito. Neste modelo social de dominação por meio da escravidão e do poder econômico, a educação era restrita para um pequeno número de pessoas, onde apenas os filhos dos detentores do poder poderiam frequentar uma escola, as mulheres não possuíam esse direito, já os filhos homens eram preparados para assumirem o poder total da família e de seus negócios. "Era, portanto, a um limitado grupo de pessoas pertencentes à classe dominante que estava destinada a educação escolarizada" (ROMANELLI, 2012, p. 33). A limitação do ensino para um grupo de pessoas impactou de forma significativa nos próximos modelos educacionais que viriam adiante.

2.1 Educação na segunda metade do século XVIII

Com a expulsão dos jesuítas do território brasileiro em 21 de julho de 1759 pelo Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo), que defendia o enciclopedismo, ocorreu uma grande desorganização no modelo de educação que já existia, uma vez que demorou mais de uma década para a substituição dos educadores e do sistema educacional jesuítico, ocorrendo, assim, um descalabro no sistema educacional. Agora o estado deveria preencher a grande lacuna deixada pela partida dos jesuítas que até então tinham implementado o único modelo de ensino no Brasil.

"A regularidade da ação pedagógica, a perfeita passagem de um nível escolar para outro, a graduação, foram modificados pela diversificação das disciplinas isoladas. Professores leigos foram introduzidos no ensino e o Estado passou assumir pela primeira vez, a demanda educacional" (ROMANELLI, 2012).

Apesar de diversas mudanças acontecidas nessa época, as bases educacionais não mudaram de forma significativa, com isso, a educação continuou ser reprodutora de cunho alienador, uma vez que a herança jesuítica deixou as formas de imposição de autoritarismo como as tão conhecidas palmatórias, cujo objetivo era atrofiar a autonomia e moldar o sujeito da maneira que fosse conveniente para os padrões da época.

Conforme menciona Ribeiro, nasce "um ensino público propriamente dito. Não mais aquele financiado pelo estado, mas que formava o indivíduo para a igreja, e sim o financiado pelo e para o Estado" (RIBEIRO, 2003, p. 33). Percebe-se que as novas determinações educativas também buscavam alienar os sujeitos, fazendo-os objetos da educação para o benefício do estado e das classes dominantes.

2.2 A educação brasileira no período Imperial

Outra fase importante na História educacional brasileira é o período Imperial datado entre os anos 1822 à 1889, que foi dividido em primeiro e segundo Reinado. Esta é uma fase na qual o país proporciona uma maior e melhor preparação das classes dominadas para a construção de mão obra mais qualificada em prol do crescimento econômico.

O governo não dava conta de suprir as necessidades educacionais da escola primária e secundária, o que manteve a precarização do ensino, mesmo para as elites, pois sem recursos adequados, a qualidade desejada torna-se mais difícil de ser alcançada.

Sobre as condições de ensino, trabalho e estrutura escolar oferecidas no ensino secundário, Aranha (2006, p. 224) afirma que "o precário sistema de tributação tornava a falta de recursos um crônico empecilho para qualquer realização, seja a construção de escolas, seja preparação de mestres, ou a sua remuneração decente. Por isso, não era boa a qualidade do ensino, com professores improvisados, incompetentes e, devido aos baixos salários, obrigados a se dedicar a outras atividades ao mesmo tempo".

Para as elites o ensino já era considerado precário, pois era para essa pequena parcela da população que era destinado o ensino secundário. Já para as pessoas que dependiam do ensino primário "(...) restava a oferta de poucas escolas cuja atividades se restringia à instrução elementar: Ler, escrever e contar" (Aranha, 2006, p. 223).

O ensino superior também era restrito a uma minoria, onde os cursos oferecidos eram voltados a atenderem as necessidades e interesses da família real. Neste contexto observa-se que a demanda não era grande, justamente pelo caráter elitista e centralizador do ensino.

2.3 A Associação Brasileira de Educação – ABE e o Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)

Avançando um pouco mais na história educacional brasileira, chegamos ao ano de 1924. Neste ano, um grupo de intelectuais que se preocupavam com a educação criou a Associação Brasileira de Educação – ABE, que trouxe diversas discussões no campo educacional, transformando-se em um movimento reconhecido e importante no território educacional.

Segundo Buffa e Nosella (1991, p. 61), a Associação Brasileira de Educação foi de "(...) máxima importância para a renovação do ensino, por ter sido um fórum de debates livre e altamente qualificado, que exercia uma função crítica e combativa em relação ao próprio governo. A partir de 1927, a ABE realiza uma série de Conferências Nacionais de Educação. É sempre oportuno frisar o papel extremamente importante que a ABE teve na história contemporânea da educação brasileira, por ter, através de reuniões, conferências e documentos, contribuído para demarcar a autonomia da esfera educacional. Entre os documentos, o mais famoso é, sem dúvida, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova de 1932".

Chegando ao ano de 1932, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, documento assinado por 26 educadores. Este documento trouxe críticas firmes para o modelo de educação que separava classes consideradas inferiores das classes vistas como superiores no contexto social, além de defender que a educação pública, obrigatória, leiga e gratuita fosse dever do estado garantir, buscando atingir essa garantia em âmbito nacional.

Portanto, um dos principais objetivos do Manifesto "era a superação do caráter discriminatório e antidemocrático de ensino público que destinava a escola profissional para os pobres e o ensino acadêmico para a elite" (Aranha, 2006, p. 304). O Manifesto buscava contribuir para a construção de uma educação mais igualitária, trazendo novas ideias, abrindo espaço para discussões, objetivando alcançar melhorias na educação deste país.

3 O REGIME MILITAR NO SISTEMA EDUCACIONAL E O TECNICISMO NO BRASIL

Sem dúvidas, um dos períodos mais marcantes e sofridos da história deste país é o Regime Militar, que iniciou a partir do golpe militar de 31 de março de 1964, que acarretou no afastamento do Presidente João Goulart, onde o cargo foi assumido por Marechal Castelo Branco. Esta realidade perdurou até a eleição de Tancredo Neves em 1985.

Sobre o governo de João Goulart, Xavier, Ribeiro e Noronha (1994, p. 216) afirmam que "a preocupação do governo João Goulart com a educação e com a cultura seria observada quando da criação e instalação do CFE (Conselho Federal de Educação) em 12 de fevereiro de 1962, bem como a aprovação do PNE (Plano Nacional de Educação) em setembro do mesmo ano".

Novas conquistas educacionais já eram realidade, porém o golpe militar oprimiu e silenciou esses movimentos que já discutiam melhorias e agiam no sistema de ensino. O povo foi impedido de participar e refletir de forma crítica nas diferentes áreas da sociedade, onde torturas eram comuns e o retrocesso educacional predominou mais uma vez, pois "(...) esses anos de chumbo, além do sofrimento dos torturados e 'desaparecidos', foram desastrosos para a cultura e a educação. Também provocaram prejuízos econômicos e políticos ao país" (Aranha, 2006, p. 313).

Foi no período da Ditadura que o modelo tecnicista de educação foi incrementado no Brasil, esta que se baseia na concepção da "racionalização", que está paralelamente ligada ao modelo capitalista de produção. Este modelo visava apenas a formação técnica do sujeito, que seria preparado apenas para vender sua força de trabalho em prol do crescimento econômico do país.

Neste período o trabalho do professor reduziu-se para um mero aplicador e reprodutor de tarefas, logo, a qualidade do ensino também reduz e torna-se automaticamente uma educação reprodutora e atrofiadora das capacidades dos sujeitos.

3.1 A Implementação da Escola Cidadã e seus desafios

Após a educação brasileira passar por vários momentos delicados, sendo objeto de concepções retrógradas, com leis excludentes e totalmente voltadas a dominação e alienação da massa, não existindo preocupação alguma com o desenvolvimento integral do sujeito, não preparando-o para o exercício da cidadania por meio da construção de seus conhecimentos.

Posterior a aprovação da Constituição Federal de 1988, que já determinava obrigações educacionais ao estado, melhorias na qualidade do ensino e no direito a uma educação de qualidade, a partir da aprovação da Lei 9394/96 a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB, reforça as determinações educacionais ao Estado e melhorias na qualidade do ensino a partir de uma educação mais humana, voltada para a liberdade de expressão, para o pleno desenvolvimento dos educandos, tornando-os sujeitos de sua própria educação.

O artigo segundo da LDB afirma que "a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1996, p. 8). Também percebe-se que a nova LDB realiza a junção entre família e Estado, onde cada um possui sua importância dentro do contexto educacional, e não podem estar desvinculados, pois se completam dentro desse novo sistema educacional.

4 A LEI Nº10.639/2003 E SUA ALTERAÇÃO A LEI Nº11.645/2008

A Lei Nº10.639/2003 foi sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de janeiro de 2003, alterando a Lei Nº9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Esta lei foi posteriormente alterada pela Lei Nº11.645/2008, que acrescentou a obrigatoriedade do estudo da história e cultura dos povos indígenas.

A cultura negra durante a história foi e continua sendo por grande parte das pessoas desvalorizada no contexto nacional, uma vez que o eurocentrismo firmou-se como o centro das discussões referentes aos conteúdos ministrados na escola. Endeusar o europeu ajudou na construção de diversas pessoas desconhecedoras da verdadeira importância do negro para a formação deste país, enraizando conceitos incoerentes e inconsistentes, como também preconceitos ignorantes completamente desprovidos de respaldo e valor sobre o povo negro e sua identidade cultural.

"A cultura negra é elemento essencial para a formação da identidade brasileira, mas somente a partir do século XX é que as manifestações, rituais e costumes de origens africanas começaram a ser aceitas como expressões nacionais" (SANTOS, 2016, p. 217). Pelo fato da cultura negra ter sido reconhecida apenas no século XX, não é de se estranhar que as pessoas não conheçam a importante contribuição deste povo para as formas de expressão cultural e formação deste país.

"Nos conteúdos apresentados pelas escolas sobre história geral, pouco ou quase nada se fala sobre a África. É como se ela não tivesse nada a contribuir com a história da humanidade" (Santos, 2016, p. 217). As obrigatoriedades da lei 10.639/03 procuram combater de frente essa realidade presente nas escolas nacionais, é uma disputa complicada, pois leva-se em consideração a história da educação no Brasil, que exerceu forte influência para a construção

do contexto educacional atual, que está diretamente ligado aos conceitos errôneos referentes ao povo negro e suas contribuições na história deste país. Sobre a importância da Lei 10.639/2003, Almeida e Sanchez (2017, p.57) afirmam que:

"A Lei 10.639/2003 questiona o currículo oficial. É por meio dele que se escolhem as prioridades do que ensinar ou não na escola e, por isso, houve uma naturalização de seus conteúdos como uma representação da verdade. O currículo é âmbito de construção política de representações oficialmente aceitas – de mundo, de sociedade, de pessoas –, das quais se entende que todo cidadão deva apropriar-se, dada a obrigatoriedade de frequência à Educação Básica no Brasil. Assim, a Lei 10.639/03 tem o potencial de permitir aos alunos negros o reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira."

Se forem cumpridas as obrigatoriedades da lei em vigor, a educação poderá de forma mais competente possibilitar aos educandos o conhecimento dos verdadeiros feitos do povo negro dentro do território brasileiro, além de contribuir para o seu conhecimento e reconhecimento como um ser histórico e de direitos, possuidor e integrante de uma cultura riquíssima, que através dela, de suas particularidades e lutas enfrentadas durante a história, muito fez e continua fazendo para o crescimento e beleza cultural deste país.

A implementação da Lei 10.639/2003 refere-se aos conhecimentos construídos pelo povo africano e conseqüentemente seus descendentes. Engloba, portanto, conhecimentos históricos construídos por intermédio do homem no decorrer da história, abrangendo e contando com conhecimentos de distintos eixos e campos de pesquisa, o que justifica que esses conhecimentos estejam presentes no currículo escolar enquanto área de estudos e investigação (Américo, 2014).

A lei foi aprovada, está em pleno vigor, mas fazer com que suas determinações sejam cumpridas é uma questão que precisa ser debatida e enfrentada, pois somente a lei não possui o poder de modificar a situação. É inegável que tornou-se mais uma ferramenta de luta, mas se não for utilizada da maneira como deve não pode contribuir com muito para a transformação da realidade, uma vez que existe um abismo entre o que a lei obriga e toda realidade do contexto educacional brasileiro.

Em pleno consenso com a discussão, Almeida e Sanchez (2017, p.58) afirmam que "(...) a lei não garante, por si só, a efetivação de seus preceitos. Ela se torna mais um instrumento para que, na dinâmica sociopolítica e no próprio cotidiano escolar, com todas as contradições, conflitos e embates que ali se dão, sejam produzidos os significados e os valores em torno de seu conteúdo".

4.1 A Lei N°10.639/2003 como política educacional de combate ao racismo e às desigualdades étnico raciais na escola

O Brasil é um país gigante, onde milhões de estudantes todos os dias vão à escola, cada um com seus objetivos e particularidades. Oferecer um ensino de qualidade a estes estudantes é um desafio cada vez mais necessário, pois a escola deve ser um local de acolhimento, respeito e construção de aprendizagem, que transforme para melhor a vida das pessoas, e não seja apenas uma reprodutora de conceitos.

Conforme o que diz Brasil (2012, p. 5):

O Brasil conta com mais de 53 milhões de estudantes em seus diversos sistemas, níveis e modalidades de ensino. Os desafios da qualidade e da equidade na educação só serão superados se a escola for um ambiente acolhedor, que reconheça e valorize as diferenças e não as transforme em fatores de desigualdade. Garantir o direito de aprender implica em fazer da escola um lugar em que todos e todas sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direito em sua singularidade e identidade.

É necessário garantir os direitos assegurados pela lei, a escola deve ser um local de todos, não se pode haver preconceito em lugar nenhum, muito menos na escola, um lugar onde deveria ser para desenvolver valores necessários para a boa convivência em sociedade, mas a história mostra que em diversas ocasiões esta instituição também contribuiu para a construção de preconceito sendo uma das mantenedoras desse tipo de situação. Sobre a desigualdade de oportunidades no contexto escolar, Brasil (2012, p. 13) aponta que:

O acesso às séries iniciais do Ensino Fundamental, praticamente universalizado no país, não se concretiza, para negros e negras, nas séries finais da educação básica. Há evidências de que processos discriminatórios operam nos sistemas de ensino, penalizando crianças, adolescentes, jovens e adultos negros, levando-os à evasão e ao fracasso, resultando no reduzido número de negros e negras que chegam ao ensino superior, cerca de 10% da população universitária do país.

Infelizmente esta é uma realidade que assola o povo negro durante a história desse país, é um fato vergonhoso, porém muito vivo no contexto das escolas brasileiras, pois o eurocentrismo ainda é bastante vivo. Para o combate a esses erros cometidos existe a Lei 10.639/2003 que simboliza, ao mesmo tempo, um ponto de chegada das lutas antirracistas no território brasileiro, como também um ponto de partida para a renovação e inovação da qualidade social da educação deste país (Brasil, 2012).

O não trabalho com a diversidade dentro da comunidade escolar gera incômodos que impossibilitam a convivência harmoniosa e respeitosa entre os educandos de todas as faixas etárias e o reconhecimento da pluralidade cultural (JESUS, 2017). Este é um entrave que

dificulta a convivência e o processo de ensino e aprendizagem, onde o preconceito predomina por conta do descaso que a educação brasileira sofre a tanto tempo.

Sobre a perspectiva da não valorização de construção do conhecimento significativo, Jesus (2017, p. 27) afirma que "na escola, o conhecimento elaborado se tornou o objeto do processo ensino-aprendizagem, não se valorizando a perspectiva de construção de um conhecimento significativo, especialmente na dimensão multicultural e relacional. Daí a dificuldade de uma compreensão que aponte para o compartilhamento cultural".

A desvalorização do conhecimento significativo trouxe diversos obstáculos para a caminhada rumo a uma educação de qualidade, é um fator que favorece a construção de pessoas desprovidas de conhecimentos necessários, assim, a sociedade em si não consegue caminhar em passos largos rumo a libertação de conceitos retrógrados, uma vez que a própria escola, em muitos contextos ajuda na reprodução e impregnação desses conceitos na mente das pessoas.

O estado é o responsável por proporcionar uma educação de qualidade, direito esse sonegado em muitas realidades. Este é um direito previsto na Constituição Federal, porém, sabe-se que a realidade destoa muito da realidade encontrada, e quando se analisa a inserção dos conteúdos relacionados a cultura afro-brasileira a precariedade continua sendo destaque. Conforme reafirma o Brasil (2004, p. 3):

Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, no que cumpre ao disposto na Constituição Federal, Art. 205, que assinala o dever do Estado de garantir indistintamente, por meio da educação, iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um, enquanto pessoa, cidadão ou profissional. Sem a intervenção do Estado, os postos à margem, entre eles os afro-brasileiros, dificilmente, e as estatísticas o mostram sem deixar dúvidas, romperão o sistema meritocrático que agrava desigualdades e gera injustiça, ao reger-se por critérios de exclusão, fundados em preconceitos e manutenção de privilégios para os sempre privilegiados.

O estado deve elaborar mais estratégias para incentivar de maneira mais insistente, intensiva e eficaz para fazer valer as determinações impostas pela Lei 10.639/2003, o que não pode acontecer é o preconceito continuar vivo na mente e nas atitudes das pessoas, as oportunidades de uma educação de qualidade cada vez mais restritas e a própria escola ser uma reprodutora, construtora e mantenedora dessas formas exacerbadas de preconceitos.

A atuação do estado em prol de uma educação de qualidade se faz importante também pelo fato da "escola, espaço onde se vivenciam experiências culturais diversas, em pleno século XXI, ainda expressa uma fragilidade ao lidar com os problemas de convivência em relação as diferenças apresentadas pelos estudantes" (Jesus, 2017, p. 27).

O racismo e outras formas de preconceito relacionadas à raça negra são comuns de serem vistos, a escola pode ajudar no processo de superação de diversas expressões e

concepções preconceituosas. A lei 10.639/2003 visa colaborar com a cultura afro-brasileira, pois determina que as escolas devem incluir nos currículos escolares conteúdos relacionados à essa cultura, buscando uma melhor compreensão de sua diversidade e especificidades, assim, ajudando na construção de pessoas mais críticas e sabedoras que a cultura negra foi e continuas sendo muito importante para a construção do Brasil.

4.2 A Lei Nº11.645/2008 e a inclusão da temática indígena

A Lei Nº11.645/2008 altera a Lei Nº9.394/1996, modificada pela Lei Nº10.639/2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Esta lei representa um avanço significativo na inclusão da temática indígena nos currículos escolares, reconhecendo a importância desses povos na formação da sociedade brasileira.

O inciso segundo determina que os conteúdos condizentes com a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros deverão ser ministrados no território que abrange todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008). Sem dúvidas esse upgrade no currículo enriquece-o ainda, e ajuda-o a tornar-se uma ferramenta mais poderosa na luta pelas desigualdades étnico-raciais ainda presentes na escola que transbordam em peso para a sociedade.

5 ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DAS DISCIPLINAS DE HISTÓRIA E ARTE

Esta é uma análise dos conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e indígena dentro das disciplinas de História e Arte a partir de documentos oficiais e da Matriz Curricular do município de Chapadinha – MA. O objetivo da análise é identificar se essa Matriz Curricular se alinha com os parâmetros determinados pelos documentos oficiais brasileiros em vigor.

5.1 Os conteúdos da disciplina de História

A sociedade do século XXI caracteriza-se pela grande evolução do conhecimento científico por meio do uso das tecnologias, criando assim um perfil diferenciado no espaço educacional no que tange as organizações dos conteúdos e das temáticas a serem desenvolvidas no âmbito escolar.

Nesta perspectiva, o ensino da disciplina de história nos anos iniciais do ensino fundamental deve oportunizar aos alunos uma reflexão acerca da história e seu contexto,

contemplando todos os aspectos como socioeconômico, cultural, científico e social, e deve motivá-los a conhecer o mundo e nações e povos na qual estão inseridos, portanto "O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia" (BRASIL, 2018, p. 20).

No que se refere ao conteúdo programático, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 26-A, inciso primeiro destaca:

"§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil" (BRASIL, 2018, p. 20-21).

Sobre os saberes produzidos no ensino de história, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) afirma que:

"Entre os saberes produzidos, destaca-se a capacidade de comunicação e diálogo, instrumento necessário para o respeito à pluralidade cultural, social e política, bem como para o enfrentamento de circunstâncias marcadas pela tensão e pelo conflito. A lógica da palavra, da argumentação, é aquela que permite ao sujeito enfrentar os problemas e propor soluções com vistas à superação das contradições políticas, econômicas e sociais do mundo em que vivemos" (BRASIL, 2017, p. 398).

5.2 Os conteúdos da disciplina de Artes

O ensino da arte nos ambientes escolares permite ao aluno o livre acesso ao mundo da arte, possibilitando-o a construção do conhecimento, a experiência e a criação das diferentes linguagens artísticas, aproximando-o das diversidades existentes ao seu redor. Assim compreende-se que arte é um campo histórico construído pelas diversas culturas existentes no mundo.

Ressaltando a sua imponência para a evolução do homem inserido no meio cultural, os PCN's afirmam que:

"Conhecendo a arte de outras culturas, o aluno poderá compreender a relatividade dos valores que estão enraizados nos seus modos de pensar e agir, que pode criar um campo de sentido para a valorização do que lhe é próprio e favorecer abertura à riqueza e à diversidade

da imaginação humana. Além disso, torna-se capaz de perceber sua realidade cotidiana mais vivamente, reconhecendo objetos e formas que estão à sua volta, no exercício de uma observação crítica do que existe na sua cultura, podendo criar condições para uma qualidade de vida melhor" (BRASIL, 1997, p. 19).

O artigo 26 da LDB em dois incisos específicos determina os conteúdos que deverão ser trabalhados na disciplina de artes afirmando:

"§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica.

§ 6º As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo" (Brasil, 1996, p. 20 e 21).

O ensino de arte apresenta-se como uma ferramenta importante para a educação, sendo um grande aliado do professor no processo de construção de pessoas mais responsáveis e conscientes das diferenças sociais e étnicas existentes na história do Brasil e que ainda permeiam o contexto atual deste país.

6 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pesquisar é um momento de ação/reflexão e o presente trabalho se constitui como pesquisa qualitativa, realizada e produzida no segundo semestre do ano de 2019, junto ao município de Chapadinha – MA. As etapas da pesquisa consistem em um levantamento bibliográfico acerca dos textos, leis e documentos que tratam das leis Nº10.639/03 e Nº11.645/08, bem como na aplicações de questionários abertos aos professores das escolas municipais, estas que foram: Unidade Integrada Sebastião Rodrigues Lobo, Unidade Integrada João Gomes e a Unidade Escolar Carolina Mesquita de Araújo, valendo o ressaltado que todas estas escolares trabalham no campo da educação Infantil.

Em complementação com a discussão, Pizzani (2012, p. 54) assinala que "a revisão de literatura tem vários objetivos, entre os quais citamos: a) proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico".

A pesquisa bibliográfica é importante para a construção de um referencial sólido e que possa dialogar ou confrontar com os dados obtidos em campo na coleta de dados com os professores de educação básica e para isto, se fez necessário o auxílio da exploratória, pois a

escassez de aprofundamento neste campo em nossa realidade de campo, se fez necessário este apoio para que fosse possível descobrir o máximo possível sobre o campo de pesquisa.

7 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

7.1 Análise da aplicação do questionário

A pesquisa foi realizada em três escolas da rede municipal de ensino da cidade de Chapadinha – MA, onde foram convidados a participar da pesquisa quatorze professores, dos quais nove aceitaram participar e cinco recusaram-se a colaborar com a pesquisa.

Percebe-se que os professores que recusaram participar da pesquisa manifestaram um grande desejo de levar o questionário para casa, onde segundo eles ajudaria em responderem o questionário pois poderiam estudar sobre o tema e somente assim poderiam colaborar na coleta de dados. Entretanto, isso era algo que não poderia ser permitido, pois a ideia desde o início, foi aplicar o questionário recebendo-o no mesmo dia.

É importante citar que a maioria dos professores que não quiseram participar da pesquisa, só recusaram a partir do momento que pegaram o questionário e visualizaram as perguntas que o compunham. Estes foram acontecimentos repetidos, e intrigantes, pelo fato de a priori esses professores terem nos recebido de forma gentil e após a visualização das perguntas mudarem repentinamente de comportamento.

Grande parte dos professores em potencial que poderiam ter colaborado com a pesquisa se recusaram ajudar, e a partir das justificativas dadas nos fez perceber que estes profissionais sentiam-se inseguros e certamente despreparados para responderem as perguntas que estavam à sua frente.

O gráfico mostra que cinco dos quatorze professores convidados à participar da pesquisa se recusaram a colaborar conosco, o que representa um índice de 35,7% de negação. Desta forma os professores que participaram efetivamente da pesquisa somam 64,3%, o que infere em nove participantes.

7.2 Análise do questionário aplicado junto aos professores

Apesar de recusas por parte de alguns professores em responder o questionário, os nove educadores que aceitaram participar contribuíram para sua concretização por intermédio de suas respostas dentro dos questionários, o que alavancou as discussões e resultados obtidos por meio da pesquisa.

Os professores participantes da pesquisa residem na Cidade de Chapadinha no estado do Maranhão e atuam nos anos iniciais do ensino fundamental. Vale lembrar que os nomes dos professores e suas respectivas escolas não serão identificados por motivos éticos. Portanto os participantes serão identificadas individualmente por Professor A, B, C, D, E, F, G, H e I, nomeando, assim, os nove participantes.

A primeira pergunta: Qual disciplina você leciona? Buscou mapear de forma mais clara as disciplinas ministradas pelos professores da pesquisa, que no caso poderiam ser apenas as disciplinas de História e Arte, de forma isolada ou juntas.

“História” (Professor A) “História” (Professor B)
“História e Arte” (Professor C)
“História e Arte” (Professor D)
“Arte” (Professor E)
“Arte” (Professor F)
“Arte” (Professor G)
“História e Arte” (Professor H)
“História” (Professor I)

Nota-se que a pesquisa obteve uma ótima mescla de professores, pois, dos nove participantes, três ministram à disciplina de História de forma isolada, três ministram a disciplina de arte também de forma isolada, e outros três ministram as duas disciplinas. Com esta configuração, e fazendo unificação dos resultados obtém-se seis professores que trabalham nas disciplinas de História e seis que trabalham na disciplina de Arte.

A segunda pergunta: Qual sua área de formação? Tinha como objetivo principal fazer uma verificação referente à formação dos professores, fator necessário e obrigatório para trabalhar e desenvolver o trabalho pedagógico.

“Licenciatura plena em História” (Professor A)
“Pedagogia” (Professor B)
“Biologia” (Professor C)
“Pedagogia” (Professor D)
“Letras” (Professor E)
“Pedagogia” (Professor F)
“História e Pedagogia” (Professor G)
“Pedagogia” (Professor H)
“Licenciada em História” (Professor I)

As afirmações apontam dois professores A e I possuem Formação Plena em História, o que relaciona-se à disciplina que ministram, que no caso é a disciplina de História, porém, esta não é a formação adequada para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental. É preciso salientar que o Professor G também possui formação Plena em História, mas também possui formação em Pedagogia, fator que o habilita para atuar dentro do universo pesquisado.

Por fim, a pesquisa encontrou dois professores com formações desvinculadas das disciplinas de História e Arte, pois o Professor C que ministra as duas disciplinas possui Formação em Biologia, cargo que não compete a um profissional formado nesta área. Já o Professor E possui formação em Letras e ministra a disciplina de Arte, de fato, um cargo incompatível com sua formação.

O universo da pesquisa mostra que quatro dos nove professores não possuem habilitação necessária para atuarem nos anos iniciais do ensino fundamental, o que representa uma porcentagem negativa de 44,4%, valor quantitativo próximo aos 56,6% de professores realmente habilitados para trabalharem na educação infantil. A terceira pergunta: Você conhece a Lei Nº10.639/03 e sua alteração a Lei Nº11.645/08? Introdz a verificação inicial dos conhecimentos dos professores referentes ao tema pesquisado.

“Sim. Essa lei torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas.” (Professor A)

“Não.” (Professor B)

“A Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003 altera a Lei 9394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino.” (Professor C)

“Sim. São as diretrizes curriculares para o estudo da cultura afro-brasileira e africana. E 11.645/08 estabelece alteração na LDB História e cultura afro brasileira e indígena.” (Professor D)

“Li alguma coisa a respeito, porque comecei a trabalhar este ano com artes.” (Professor E)

“Sim.” (Professor F)

“Não conheço.” (Professor G)

“Sim.” (Professor H)

“Sim. “É muito disciplinar voltada para a educação.” (Professor I)

Por meio da análise dos argumentos é possível identificar que os Professores A, C e D entregaram as melhores respostas, pois contemplaram de uma forma mais concreta o que a lei vigente determina. A pesquisa também identificou que os Professores B e G afirmaram não conhecer a lei e suas obrigatoriedades no campo educacional.

A quarta pergunta: Como você trabalha esses conteúdos determinados por essa mudança na LDB? Objetiva verificar se os professores adequaram-se as determinações impostas pelas leis Nº10.639/03 e Nº11.645/08 que alteraram as obrigatoriedades da LBD.

“Através de pesquisas, seminários, produções textuais, dramatizações etc.” (Professor A)

“Atualizados de acordo com as determinações da BNCC.” (Professor B)

“Com base nas mudanças trabalho conteúdos selecionados para os discentes fazendo a inclusão dos mesmos.” (Professor C)

“(História – Pesquisas e atividades) (Artes – Brincadeiras que faz parte da cultura afro-brasileira.” (Professor D)

“Procuo desenvolver o máximo os conteúdos e aplicá-los sempre com dinâmicas e atividades que despertem o interesse.” (Professor E)

“Trabalho com dinâmicas, materiais didáticos, brincadeiras, músicas, etc.” (Professor F)

“Não respondeu.” (Professor G)

“De acordo com os Parâmetros Nacionais Curriculares.” (Professor H)
“Trabalho os conteúdos determinados com essas mudanças na qual ela é voltada para LDB” (Professor I).

No universo das inferências acima é possível encontrar diversidade nas metodologias aplicadas pelos professores, onde em suas particularidades metodológicas citam o trabalho com seminários, pesquisas, brincadeiras, dinâmicas, músicas, etc. A diversificação das metodologias referente ao trabalho de cada professor, conta um pouco sobre como desenvolvem o seu trabalho, e como vislumbram a forma de ministrar as disciplinas de História e Arte.

8 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada no município de Chapadinha – MA, buscou analisar a aplicabilidade das Leis Nº10.639/03 e Nº11.645/08 nas disciplinas de História e Arte nos anos iniciais do ensino fundamental. Através da análise dos dados coletados, foi possível identificar que existe uma grande lacuna entre o que a lei determina e o que de fato acontece na prática educacional.

Os resultados apontam que muitos professores desconhecem as determinações das leis, e mesmo aqueles que afirmam conhecê-las, demonstram dificuldades em implementá-las de forma efetiva em suas práticas pedagógicas. A pesquisa também revelou que uma parcela significativa dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental não possui a formação adequada para essa etapa educacional, o que pode comprometer ainda mais a qualidade do ensino e a implementação das leis.

A análise da Proposta Curricular do Município de Chapadinha – MA mostrou que, apesar de contemplar os conteúdos relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, ainda há uma distância considerável entre o que está proposto nos documentos oficiais e o que efetivamente é trabalhado em sala de aula.

É fundamental que haja um maior investimento na formação continuada dos professores, para que possam compreender a importância das leis e implementá-las de forma efetiva em suas práticas pedagógicas. Também é necessário que o município atualize sua Proposta Curricular, alinhando-a com as determinações das leis e com os documentos oficiais mais recentes, como a Base Nacional Comum Curricular.

Por fim, é importante ressaltar que a implementação das Leis Nº10.639/03 e Nº11.645/08 não se trata apenas de uma questão legal, mas de uma questão de justiça social e

de reconhecimento da importância dos povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira. A educação tem um papel fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a implementação dessas leis é um passo importante nessa direção.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia Pizauro. **Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social**. Pro-Posições, v. 28, n. 1, p. 55-80, jan./abr. 2017.

AMÉRICO, Márcia Cristina. **Formação de professores para a implementação da Lei 10.639/2003: o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar**. Poiésis, Tubarão, v. 8, n. 14, p. 515-534, jul./dez. 2014.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: arte. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação para as relações étnico-raciais**. Brasília: MEC, 2012.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea. São Paulo: Cortez, 1991.

FEBRONIO, Maria da Paixão Gois. **Formação inicial de professores de educação infantil: que formação é essa?** ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.12, n.2, p.151-171, jan./jun. 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n.34, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; JÚNIOR, Hilton Costa. **A Lei 10.639/03 e a formação de professores: trajetória e perspectivas**. Revista da ABPN, v. 4, n. 8, p. 107-135, jul./out. 2012.

PIZZANI, Luciana et al. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Pedagogia da Diferença: a tradição oral africana como subsídio para a prática pedagógica brasileira**. Belo Horizonte: Nandyala, 2011.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 37. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, Lorene dos. **Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática**. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.17, n.27, 2º sem. 2016.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

**A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À VIOLÊNCIA
PATRIMONIAL CONTRA A PESSOA IDOSA: Desafios e Potencialidades em
Chapadinha-MA**

**THE ACTION OF THE SOCIAL ASSISTANT IN THE FRONT OF PROPERTY
VIOLENCE AGAINST THE ELDERLY: Challenges and Potential in Chapadinha-MA**

Adriele Maria Diniz Sousa¹

Bárbara Cristynne Machado de Sousa²

Thaís Pontes Lira³

Orientadora: Professora Esp. Vilandia Soares da Silva⁴

RESUMO: Este estudo teve como objetivo geral compreender a atuação do assistente social frente à violência patrimonial contra a pessoa idosa em Chapadinha-MA. Sendo os objetivos específicos compreender as consequências da violência patrimonial contra a pessoa idosa, analisar como ocorre a intervenção do profissional de Serviço Social na rede de proteção em casos de ocorrências de violência patrimonial contra a pessoa idosa e identificar as potencialidades e dificuldades do assistente social diante da violência patrimonial contra a população idosa em Chapadinha-MA. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se a pesquisa exploratória e adotou-se uma abordagem qualitativa, bibliográfica e de campo. Na qual foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com as assistentes sociais do CRAS do bairro T, do CREAS do bairro U e a presidente do Conselho do Idoso da Casa dos Conselhos de Chapadinha-MA. Os resultados obtidos evidenciam que as principais consequências da violência patrimonial são a dependência financeira da pessoa idosa, fragilidade física e emocional comprometendo sua dignidade e bem-estar, no qual a intervenção do profissional, é crucial na mediação de conflitos familiares e no enfrentamento das violações dos direitos patrimoniais desses sujeitos, contudo enfrentam desafios no trabalho em rede, devido à ausência de assistentes sociais em algumas instituições do município.

Palavras-chave: Assistente social. Pessoa idosa. Violência patrimonial.

¹Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: dribilizario@gmail.com

²Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: bcristynne@outlook.com

³Graduada em Serviço Social pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: thais.ponteslira@gmail.com

⁴Assistente Social e Especializada em Docência do Ensino Superior pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: vilandiasoares@gmail.com

ABSTRACT: The general objective of this study was to understand the role of social workers in dealing with property violence against the elderly in Chapadinha-MA. The specific objectives were to understand the consequences of property violence against the elderly, to analyze how the social work professional intervenes in the protection network in cases of property violence against the elderly and to identify the potential and difficulties of the social worker in the face of property violence against the elderly in Chapadinha-MA. From a methodological point of view, exploratory research was used and a qualitative, bibliographical and field approach was adopted. Semi-structured interviews were conducted with social workers from CRAS in the T neighborhood, CREAS in the U neighborhood and the president of the Elderly Council at the Chapadinha-MA Council House. The results obtained show that the main consequences of property violence are the financial dependence of the elderly person, physical and emotional fragility compromising their dignity and well-being, in which the intervention of the professional is crucial in mediating family conflicts and confronting violations of the property rights of these subjects, however they face challenges in networking, due to the absence of social workers in some institutions in the municipality.

Keywords: Social worker. Elderly person. Property violence.

1 INTRODUÇÃO

O assistente social desempenha um papel fundamental na prevenção da violência patrimonial contra a pessoa idosa, pois este tipo de violência afeta diretamente a dignidade e autonomia desses sujeitos. Discutir esse tema é essencial, pois promove o acesso e proteção dos direitos sociais da pessoa idosa, a exemplo dos direitos econômicos, bem como, garante seu bem-estar emocional e psicológico através do acompanhamento com o profissional do Serviço Social.

A escolha da temática surgiu quando a Faculdade do Baixo Parnaíba, em outubro de 2021, promoveu o lançamento do livro “Violência Intrafamiliar contra a pessoa idosa: o trabalho das assistentes sociais no Ministério Público do Maranhão”, da autora chapadinhense Adriana Rodrigues Cunha. Na ocasião, foi realizada a conferência sobre “A violência contra a pessoa idosa como uma expressão da questão social e da negação dos direitos humanos”. O evento provocou o interesse sobre a discutir a temática sobre aos direitos da população idosa, bem como destacar o fazer profissional do assistente social mediante à violência contra a pessoa idosa, em específico a patrimonial.

Nesse pensamento, este artigo tem como foco a seguinte problemática: quais as estratégias mais efetivas utilizadas pelos assistentes sociais na prevenção da violência patrimonial contra a pessoa idosa e quais os resultados observados em Chapadinha-MA. O objetivo geral é compreender a atuação do assistente social frente à violência patrimonial exercida contra a pessoa idosa, por meio da análise de casos ocorridos no município de Chapadinha, estado do Maranhão. Quanto aos objetivos específicos, buscou compreender as consequências da violência patrimonial contra a pessoa idosa, analisar a intervenção do profissional de Serviço Social na rede de proteção em casos de ocorrências de violência patrimonial contra a pessoa idosa e identificar as potencialidades e dificuldades do assistente social diante da violência patrimonial contra a população idosa em Chapadinha-MA

Para a fundamentação deste trabalho, visando alcançar tais objetivos, destacam-se como referência bibliográfica os trabalhos dos autores Beauvoir (1990), Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2022), Minayo (2006), Cunha (2021), Abreu (2011), Chauí (2014), Constituição Federativa do Brasil (1988), Faleiros (2007) e Iamamoto (2008).

A relevância em explorar essa temática emerge da preocupação com a invisibilidade das violações de direitos da pessoa idosa, especialmente no que se refere à violência patrimonial. No âmbito acadêmico, torna-se fundamental pois possibilita a ampliação de conhecimentos e a construção de alternativas de enfrentamento a esse tipo de violação de direitos, a partir da visão do profissional do Serviço Social. Além de possibilitar uma maior proximidade com a temática e fomentar bases, não só ao curso de Serviço Social, mas toda a instituição acadêmica, para atuarem de forma propositiva e na produção de novos trabalhos. No âmbito social, a pesquisa da temática proporciona à sociedade a identificação da violência patrimonial contra a pessoa idosa, bem como observar as consequências na vida desses indivíduos e os mecanismos legais para combater essa violação.

A metodologia adotada para a realização deste estudo será apresentada em um tópico específico. Dentre os procedimentos adotados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo para o aprofundamento do tema.

2 VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

2.1 Contextualização e perspectivas sobre a velhice

Ao longo da história brasileira, surgiram vários autores que, através de suas pesquisas, enfatizaram o conceito de velhice, variando de cultura e época. A definição de

velhice segundo Durigan e Queiroz (2005, p. 114), trata-se de “[...] um conceito genérico e abstrato em que estão incluídas pessoas com 60 anos ou mais, surgindo no século XVII com a ciência do evolucionismo.”

Para Beauvoir (1990, p. 445) “[...] pode-se definir o velho como um indivíduo que tem uma longa vida por trás de si, e diante de si uma expectativa de sobrevivência muito limitada.” Ou seja, pendurou-se por muito tempo uma visão reduzida da pessoa idosa, restringindo suas capacidades e experiência de vida em relação aos jovens e adultos.

Diante disso, observa-se a efemeridade sobre o que é ser pessoa idosa na sociedade, mantendo-se uma visão limitada e discriminatória em relação a esse grupo. O conceito de velhice é marcado historicamente como uma fase de negatividade, preconceito e a comparação, o que ocasiona a exclusão de um grupo de pessoas idosas que têm sua dignidade humana ferida.

Por um lado, destaca-se que esses sujeitos acumulam sabedoria, experiência e respeito ao longo da vida. Por outro lado, vivencia-se uma conjuntura em que a juventude é mais valorizada pela sociedade, devido à força física, boa saúde e inovação. Nessa segunda situação, a velhice é vista como um sinal de declínio, fragilidade e inutilidade, resultando em uma diminuição do valor social atribuído à pessoa idosa como participantes ativos e cidadãos plenos na sociedade. (Santos, 1994). Bosi (1994, p. 81) reitera também que:

A noção que temos de velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso mudar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. A mulher, o negro, combatem pelos seus direitos, mas o velho não tem armas. Nós é que temos que lutar por eles.

A noção de velhice destacada pela autora é afirmada dentro de um contexto que coloca a pessoa idosa em um grupo discriminado intrinsecamente nas relações de trabalho no sistema capitalista comparado aos mais jovens. Contextualizando o processo de luta de classes, que consiste no antagonismo entre burguesia e proletariado no que se refere aos seus interesses econômicos, Bosi (1994) menciona a situação da pessoa idosa nesse contexto como um indivíduo fragilizado. Portanto, quem lutará por esses sujeitos, já que eles não podem lutar por eles?

A visão sobre a população idosa brasileira tem ganhado visibilidade ao longo do tempo, e hoje já existem leis que a amparam, rompendo com os estigmas de desprezo, desde a nomenclatura às formas de tratamento. Com a Lei de nº 14.423/2022, de 25 de julho de 2022, são substituídas as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas”, respectivamente. Consoante as mudanças apresentadas na lei citada, o Estatuto do

Idoso criado em 2003, sofreu alteração no seu Art. 1, ficando da seguinte forma: “Art. 1.º é constituído o Estatuto da Pessoa Idosa, designado a regular os direitos das pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (Brasil, 2022)

A evolução das normas e leis relacionados a esse grupo demonstra um avanço na proteção de seus direitos e no reconhecimento na sociedade. A mudança de vocabulário é símbolo de uma trajetória com uma visão mais humanizada. Tais mudanças no Estatuto da Pessoa Idosa corroboram para a inclusão social, independentemente da idade ou das limitações desses sujeitos.

A sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades. Enquanto algumas pessoas alcançam os 60 anos em boas condições de saúde, outras não conseguem chegar a essa idade. Sem contar que existem fatores que encurtam a vida, como o alcoolismo, má alimentação e sedentarismo, e outras, como pobreza e discriminação, são mais difíceis de mudar. Aumentar a expectativa de vida pode intensificar as desigualdades no Brasil. (Brasil, 2001)

Nesse âmbito, demonstra-se que a desigualdade social afeta diretamente a saúde e o bem-estar das pessoas idosas. Evidencia-se a discrepância na concentração de renda, em que muitos desses indivíduos vivem em condições de vulnerabilidade, sem acesso ao mínimo para uma vida saudável, alcançando a velhice com problemas de saúde ou nem chegam nessa fase da vida. Por isso, o aumento da expectativa de vida torna-se uma ameaça diante das condições de vida desiguais que impedem a oportunidade de um envelhecimento digno a uma parte da população idosa.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como população idosa o “[...] grupo etário de 65 anos ou mais nos países desenvolvidos e 60 anos ou mais nos países em desenvolvimento.” (Brasil, 2023, p. 2) Tendo em vista que essa população tende a crescer significativamente nos próximos anos, conforme ressalta também a Organização Mundial de Saúde, que, até o ano de 2025, o Brasil alcançará o sexto lugar no ranking de países com maior número de pessoas idosas.

No art. 3.º, assim como no § 3.º do art. 10.º do Estatuto da Pessoa Idosa, (BRASIL, 2022), é destacado a importância da proteção à dignidade da pessoa humana, assegurando os direitos fundamentais das pessoas idosas, refletindo em uma evolução significativa na forma de como a sociedade brasileira vê e cuida desses indivíduos. O art. 3º estabelece um comprometimento destinado à família, à comunidade, à sociedade e ao poder público de assegurar, com prioridade absoluta, que os direitos básicos da pessoa idosa sejam garantidos. Sendo esses direitos não apenas a vida e a saúde, mas também a alimentação, educação, cultura,

esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito e convivência familiar e comunitária.

Da mesma forma, o § 3.º do art. 10.º, enfatiza que todos precisam resguardar a pessoa idosa de tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Esse fato simboliza uma mobilização para a conscientização acerca do respeito e proteção integral para com as pessoas idosas, admitindo que qualquer forma de abuso ou desproteção social é inaceitável e deve ser hostilizada (Brasil, 2022).

Nesse diapasão, visualiza-se a ocorrência de um crescimento da taxa de perspectiva de vida dos brasileiros, à medida que a população começou a priorizar um estilo de vida saudável. Assim, diante do exposto no tópico, podemos observar um amadurecimento em políticas sociais, reconhecendo a importância de garantir uma vida digna e plena para todos os seus cidadãos, com atenção especial à população idosa, que tem crescido, conforme os dados destacados.

2.2 Os tipos de violência contra a pessoa idosa

Para apontar as principais violências sofridas pela pessoa idosa, é fundamental enunciar o que é a categoria violência com base na literatura brasileira. A palavra "violência" origina-se do latim "*violentia*", que significa impetuosidade, ardor e ferocidade (Houaiss, 2001). Seu substantivo refere-se à ação de usar força física ou intimidação moral contra alguém ou algo, ou ao uso injusto e muitas vezes ilegal de força ou poder.

Todos estão vulneráveis a vivenciar algum tipo de violência durante a vida. Em toda a história, sempre existiu o uso da força da elite sobre a camada popular. Por isso, Minayo (2006) define a violência decorrente de um fator histórico, apresentando formas particulares. A violência sofreu mutações desde a época colonial, contudo, não deixou de constituir sérios problemas às vítimas, principalmente quando estas são a população idosa, vítimas de isolamento social e afetivo, em certos casos.

Destarte, é importante destacar que a população idosa está entre, conforme datado pelas denúncias no Disque 100 em 2019, com percentual de 30%, dos casos de vítimas que sofreram algum tipo de violência. Na Cartilha de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, pondera-se que a desvalorização, falta de respeito, o desconhecimento das leis e dos direitos fundamentais estão entre os fatores e causas mais comuns de ocorrência da violência contra a pessoa idosa. (Brasil, 2020)

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência contra a pessoa idosa é definida como qualquer ato ou omissão intencional, ocasionando em consequências físicas, psicológicas que afetam a qualidade de vida da vítima. Qualquer forma de abuso que cause danos à saúde da pessoa idosa deve ser penalizada. (OMS, 2002)

A violência contra as pessoas idosas se manifesta de diversas formas. São destacados a violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência, violência institucional, discriminação e o abuso financeiro/violência patrimonial. A violência física, mais conhecida por suas consequências serem visíveis. A maioria das agressões físicas contra a pessoa idosa ocorre dentro de suas próprias casas, geralmente perpetradas por familiares próximos, como filhos, cônjuges, netos ou cuidadores (BRASIL, 2020). O Art. 99 do Estatuto da Pessoa Idosa a determina como a exposição da vítima a perigos físicos submetendo-o a condições desumanas pelo uso da força. (BRASIL, 2022)

A violência psicológica é acentuada e, apesar de não deixar marcas físicas, afeta profundamente a qualidade de vida da pessoa idosa. A população idosa é comumente submetida a agressões verbais, humilhações, insultos, ameaças, afetando sua saúde mental. Além do agressor, ter comportamentos que destroem a identidade da pessoa idosa fragilizada. (Brasil, 2020)

Quanto à violência sexual, sua exteriorização é efetivada quando o agressor incita estímulos, contatos sexuais ou atividades eróticas por meio de coerção, agressão física ou ameaças às vítimas contra sua vontade. Quando as pessoas idosas são agredidas, os principais agressores são os familiares e/ou seus cuidadores. As mulheres idosas que possuem enfermidades físicas são mais propensas a serem violentadas por meio de penetração e toques sem consentimento. (Brasil, 2020).

A desproteção social, violência institucional, discriminação também são configuradas como violência, ocasionando várias consequências às pessoas idosas, pois trata-se de omissão aos direitos básicos, desrespeito pela condição física, prejudicando sua vida. Segundo a Cartilha *Violência Contra a Pessoa Idosa: vamos falar sobre isso*, a negligência é a recusa ou a omissão de cuidados, ato comum, pois manifesta-se frequentemente tanto no seio familiar como em instituições que prestam serviços de cuidados e acolhimento às pessoas idosas. Como violência institucional, caracteriza-se qualquer tipo de violência exercida no ambiente institucional (público ou privado) praticada contra a pessoa idosa. (Brasil, 2020)

A discriminação refere-se às condutas discriminatórias, ofensivas, desrespeitosas vinculadas à condição física, característica de uma pessoa idosa, desvalorizando e

inferiorizando-a simplesmente por sua circunstância. No Estatuto da Pessoa Idosa, o Art. 96 estabelece que:

[...] discriminar a pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa. (Brasil, 2022)

Configurados como violência estão também o abuso financeiro e a violência patrimonial, pouco discutidas pelos autores, vítimas e sociedade, consistem no uso inapropriado dos recursos e bens da pessoa idosa. Conforme informações do Disque 100, relatório do primeiro semestre de 2019, foram registradas 11.240 queixas de Violação de Abuso Financeiro contra a pessoa idosa em todo o território nacional. De acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, em seu art. 102, determina-se que “[...] apropriar-se ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade: Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.” (Brasil, 2022)

Nos primeiros três meses de 2024, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH) registrou 42.995 denúncias de abusos contra pessoas com 60 anos ou mais. Esse número é significativamente maior do que os 33.546 casos do mesmo período de 2023 e os 19.764 de 2022. Entre os abusos mais frequentes este ano estão negligência (17,51%), risco à saúde (14,68%), tortura psicológica (12,89%), maus-tratos (12,20%) e violência patrimonial (5,72%). (IBDFAM, 2024)

Consoante a isso, infere-se que o percentual de pessoas idosas no Brasil aumentou progressivamente, juntamente com os índices dos diversos tipos de violência devido à sua desproteção. A violência patrimonial que, conforme destacado, sublinha-se entre os cinco tipos mais frequentes sofridas por estes sujeitos. Portanto, fica o questionamento: seu percentual é o menor ou a sociedade e as vítimas não reconhecem este tipo de violência, por isso não há denúncias?

3 A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL CONTRA A PESSOA IDOSA

3.1 A violência patrimonial intrafamiliar contra a pessoa idosa

A família é a primeira instituição de todo e qualquer ser humano. É nela que se apreende sobre amor, cuidado, respeito, solidariedade e viver em sociedade. Para Bronfenbrenner (1996), o ser humano é conduzido pela reação que faz de um estímulo. Dessa

forma, a família desempenha um papel fundamental na construção de valores e em sua transmissão para as próximas gerações.

O envelhecimento acarreta um aumento da vulnerabilidade da pessoa idosa, que necessita de maior cuidado e atenção. Fator que não representa o adoecimento, mas exerce uma influência nas condições de vida e saúde desses sujeitos, ensejando algumas fragilidades próprias desse processo. Porém, tornam-se vulneráveis a diversos tipos de violência, principalmente abusos financeiros, seja por instituições ou, em sua maioria, por parte de seus familiares, que deveriam proteger e cuidar desses indivíduos. (Barbosa, Oliveira, Fernandes; 2019).

A definição de violência intrafamiliar é definida pelo Ministério da Saúde (2002) como toda ação que prejudique o bem-estar, liberdade de direito, dignidade por um membro da família ou pessoas que assumem a função de cuidar da pessoa idosa. Diante disso, entende-se por violência intrafamiliar aquela oriunda no âmbito familiar, mas não se limita somente ao espaço físico do lar, pois pode ocorrer também em espaços onde predominam dinâmicas de controle e poder sobre a pessoa idosa. Ao incluir pessoas que assumem funções parentais, mesmo sem vínculo biológico, amplia potenciais violações.

Zimerman (2000) aponta que a falta de preparo dos familiares, a pobreza, bem como o histórico de agressões, contribui para maus tratos às pessoas idosas. Ele reitera que as condições financeiras não garantem que não ocorra violência, pois pode acontecer tanto em famílias consideradas ricas como naquelas que são consideradas vulneráveis. Em muitas situações, a necessidade da pessoa idosa não é reconhecida pela própria família.

Os elementos apontados pelo autor evidenciam que os maus-tratos dos agressores resultam de um histórico que estimula a prática dessa violência. As circunstâncias vivenciadas durante a infância e juventude, como a ausência de afeto e atenção durante os processos de formação, influenciam os adultos, ocasionando a desvalorização dos vínculos familiares. Quando não é ensinado pelos pais, através de diálogos, valores como o respeito e cuidado, os filhos crescem sem internalizar essas práticas, o que pode resultar em negligência ou a efetivação da violência física no futuro, especialmente quando se trata de pais envelhecidos e dependentes.

A violência patrimonial, objeto desse estudo, é muito praticada contra a pessoa idosa no seio familiar, manifesta como uma violência silenciosa. Simbolizada pela apropriação indevida, exploração dos recursos e bens financeiros. (BRASIL, 2003). Esse tipo de violência ocorre de forma sutil, mas possui grandes consequências. Em decorrência de suas limitações, a maioria das pessoas idosas reside com filhos, e em muitos casos se veem privados de seus

próprios bens e recursos financeiros por alguém que deveria zelar por seu bem-estar. Muitos não denunciam a violência sofrida para evitar conflitos com os familiares e acabam tolerando a situação vivida.

É nesse cenário de contradições e desigualdade social que a pessoa idosa é atingida por diversas manifestações dentro da família. Conforme destacado a seguir a violência praticada neste contexto em que:

As famílias, enquanto instituições que refletem dialeticamente as particularidades da sociedade capitalista, mesmo tendo sido transformadas em seus formatos, valores e versões, continuam paradoxalmente reproduzindo as contradições desse sistema, refletindo em algumas práticas conservadoras que desembocam em situações de opressão e violência entre seus membros. (Cunha, 2021. p. 73).

As famílias, como instituições sociais, mesmo com condições sociais e valores diferentes, reproduzem em sua maioria os mesmos comportamentos conversadores da sociedade capitalista, resultando em opressão, violência, desigualdade, perpetuados por diversas famílias. Segundo Faleiros (2007, p.35) “se [...] impõem pelo autoritarismo do agressor ou pelo medo e pelo simbolismo ou imaginário de uma confiança entre vítima e agressor.” Essa dinâmica dentro da família, em que o agressor utiliza de seu autoritarismo para dominar a vítima, cria um ambiente sem opções de reação da vítima. Muitas vezes, esse agressor aproveita-se da confiança, propiciando um imaginário justificado ou até mesmo mascarando a violência praticada. Minayo *apud* Cunha (2021, p. 29) aponta que:

Uma média de 27% dos lares brasileiros tem pelo menos uma pessoa idosa que, por sua vez, faz parte de famílias intergeracionais nas quais 29,1% têm 60 a 79 anos e 451, 10 uma ou mais. Embora haja um aumento do número de pessoas idosas que vivem sozinhas (cerca de 6,7 milhões) - vendo que desse conjunto, 40% são mulheres - é na família que ocorre a maior parte das violências contra eles.

Os dados acima constatarem a frequência de violação de direitos da pessoa idosa no âmbito familiar. Assim, pode-se concluir que emerge uma realidade complexa e preocupante, sendo necessário repensar as políticas desenvolvidas para a pessoa idosa e, sobretudo, provocar a conscientização dentro das moradias. Essas ações são fundamentais para atenuar esse tipo de violência e desmitificar sua naturalização tolerada no seio das famílias.

Segundo o site do Ministério dos Direitos Humanos, os dados sobre o vínculo do agressor com a vítima revelam a gravidade da violência sofrida pela pessoa idosa dentro das famílias. A saber: Filho, 38.911 (52,96%); neto, 5.782 (7,87%); genro/nora, 3.444 (4,69%). (Cunha, 2021). Os registros demonstram que esse tipo de violência em sua maioria é cometido pelos filhos. Essa predominância levanta questões sobre a dinâmica familiar, da necessidade de intervenções que abordem as raízes dessa situação.

Para Cunha (2021), essa violência apresenta uma contradição, uma vez que a pessoa idosa, que mantém a subsistência da casa, com seus benefícios previdenciários ou benefícios assistenciais são as principais vítimas de violência da própria família, pois estes não compreendem que a consequência é a morte e isso levará a única fonte de renda do lar.

Perante o exposto, é fundamental compreender as ações e atos que qualificam e tipificam as diversas formas de violência patrimonial contra a pessoa idosa. À exemplos típicos incluem-se as práticas de forçar a vítima a assinar documentos, alterar testamentos, ultrapassar os poderes de uma procuração, ou ainda vender bens móveis e imóveis sem o seu consentimento. Essas ações configuram abusos legais e financeiros que, além de violar os direitos desses indivíduos, comprometem sua autonomia e segurança, sendo crucial o entendimento e a identificação desses atos para um efetivo enfrentamento dessa problemática.

Vale ressaltar que a análise dos envolvidos na prática da violência patrimonial contra a pessoa idosa é primordial para entender as diversas dinâmicas desse crime. Embora existe um destaque aos familiares ou pessoas próximas cometerem esse tipo de violação, é importante enfatizar que esse tipo de abuso também pode ser perpetrado por instituições financeiras, bancos, estelionatários e até mesmo organizações criminosas, que exploram a vulnerabilidade desses sujeitos para obter vantagens financeiras.

3.2 A ascensão dos direitos da pessoa idosa: parâmetros e leis de proteção

O reconhecimento dos direitos da pessoa idosa sobreveio no século XX, a partir da Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 203, que apresenta: 203: A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivo a proteção à adolescência, à família, à infância, à maternidade e à velhice. (Brasil, 1988).

As Nações Unidas, em 1982 e 2002, foram fundamentais para influenciar as legislações sobre o envelhecimento de vários países, inclusive o Brasil. Nessas reuniões, as nações se comprometeram a adotar uma série de medidas em defesa desse segmento populacional, elaborando planos de ação internacional para o envelhecimento. O plano é considerado o primeiro documento internacional sobre os direitos e, em 1991, foi publicada a carta de princípios para as pessoas idosas. (Alcântara, 2016).

Do mesmo modo, no Art. 230. “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.” (BRASIL, 1988). Essa disposição

reforça a importância de promover a inclusão da população idosa em sociedade, defendendo sua dignidade e garantindo seus direitos, reafirmando a responsabilidade coletiva na proteção e valorização desse grupo.

Em 4 de janeiro de 1994 foi criada a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei 8.842, regulamentada pelo Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996. (Câmara Dos Deputados, 1996) Apesar de sua criação envolver vários debates entre vários setores sociais, essa lei não se tornou o principal instrumento de defesa da pessoa idosa. Diante disso, foi necessário criar políticas e leis para a promoção dos direitos desses indivíduos.

No século XXI, houve maiores avanços na legislação em relação aos direitos desses sujeitos. Isso ocorreu especificamente com a elaboração, em 2003, do Estatuto da Pessoa Idosa. Esse documento representa a mais completa lei de proteção à pessoa idosa no País. O Estatuto da Pessoa Idosa regula os direitos da pessoa idosa com 60 anos ou mais. Essas pessoas devem ser totalmente integradas à sociedade, tratadas com o máximo respeito e valorização. Dessa forma, busca efetivar os direitos básicos, com medidas de proteção específicas previstas em seus art. 44 e 45. Conforme o Art. 44. “As medidas de proteção à pessoa idosa previstas nesta Lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.” (BRASIL, 2022) Reiterando também o Art. 45:

Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas –encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade; II –orientação, apoio e acompanhamento temporários [...]. (Brasil, 2022).

As leis e dispositivos são fundamentais para assegurar os direitos da pessoa idosa. São mecanismos de proteção e prevenção de abusos e violações que possam ser cometidas, mas recebam a devida punição. Além disso, as denúncias também possibilitam a esses sujeitos que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. Dessa forma, esses direitos são elaborados e aplicados para amparar sua particularidade, assegurando direitos fundamentais, como o direito à vida.

Com o decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, foi aprovado o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3, incluindo a pessoa idosa, dispondo sobre “[...] a valorização da pessoa idosa e a promoção de sua participação na sociedade”. À vista disso, o Programa tem como objetivo garantir sua igualdade na diversidade, considerando assim os direitos da pessoa idosa como direitos humanos. (Brasil, 2009)

Em 2010, foi instituído o Fundo Nacional do Idoso, Lei Nº 12.213, de 20 de janeiro, com o intuito de financiar programas e ações voltadas à garantia dos direitos sociais das pessoas

idosas, promovendo sua autonomia, integração e participação ativa na sociedade (Brasil, 2010). A criação desse fundo representa um passo importante na criação e implantação de políticas voltadas para esses sujeitos, refletindo a dimensão prática das iniciativas de proteção para esse grupo.

Dessa forma o autor Who (2020), enfatiza sobre os grupos de pessoas idosas heterogêneos. Por isso, as políticas a serem desenvolvidas devem reconhecer as diversidades desses grupos, suas condições socioeconômicas, de saúde, culturais e experiências de vida, de modo a assegurar que nenhum indivíduo seja desassistido pelas políticas Estaduais. A população idosa vai aumentar significativamente no Brasil, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2023). Dessa forma, o Estado deve estar comprometido em promover um envelhecimento saudável e incluso para esse grupo tão diversificado.

É válido pontuar que se caracteriza como crime de omissão compactuar com a violência patrimonial contra a pessoa idosa. Seja por ação da sociedade, do Estado, da família, curador e em razão de sua condição pessoal. Mediante as condições de violência patrimonial omitidas, é necessário realizar as devidas denúncias, com os mecanismos de defesa disponíveis, são eles: o Disque 100, a Defensoria Pública, a Delegacia, o Ministério Público e muitos outros.

Compreende-se, portanto, que embora avanços tenham sido alcançados na garantia dos direitos da pessoa idosa, ainda há muito a ser feito para que a família e a sociedade a reconheçam como sujeitos de plenos direitos. Esse reconhecimento é fundamental, pois representa o valor social da pessoa idosa, que ao longo de sua vida contribuiu para o progresso da sociedade.

4 A VIOLÊNCIA PATRIMONIAL SOB A ÓTICA DO SERVIÇO SOCIAL

4.1 Serviço Social na promoção dos direitos e dignidade da pessoa idosa

Conhecer e reconhecer os princípios, bem como o arcabouço legal (leis, resoluções e normativas) do conjunto CFESS–CRESS, é indispensável para a construção de uma cultura em direitos humanos e para a busca por uma sociedade justa e igualitária para todos. Sendo assim, o Serviço Social desempenha um papel fundamental na promoção dos direitos e da dignidade da pessoa idosa, especialmente em um contexto de envelhecimento da população em que se têm crescentes desafios sociais.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), instituída pela Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, é um dos marcos principais na garantia dos direitos sociais no Brasil. Com

objetivo de promover a integração das pessoas em situação de vulnerabilidade social, assegurando os direitos básicos à sobrevivência, como a segurança alimentar, habitação, saúde e renda. Segundo Abreu (2004), a ação profissional influencia as formas de pensar e agir das pessoas, com uma dimensão pedagógica que se expressa em práticas educativas formadoras de cultura.

Segundo aborda Bieger *et.al* (2013), vários indicativos empíricos influenciam o curso de Serviço Social a se interessar pela temática do fenômeno do envelhecimento. Dentre as manifestações destacam-se três: o contínuo aumento da população, que implementou os interesses pelos assuntos gerontólogos; o advento de novas necessidades, que possibilitou que a temática tomasse uma dimensão grandiosa, deixando de ser exclusivamente biológico, como também, psicológico, econômico, social e de cidadania das pessoas idosas; e o reconhecimento de uma retificação de respostas as novas necessidades.

Abreu (2011) destaca o papel do assistente social como um agente com função pedagógica, que vai além do atendimento imediato às necessidades individuais. Esse papel pedagógico está ligado à criação e à difusão de ideologias, ou seja, contribuinte para a formação de valores e ideais. Assim, o assistente social, ao cumprir essa função, também atua na formação de consciências e na construção de uma cultura que pode tanto perpetuar quanto questionar as relações de poder existentes.

Chauí (2014) enfatiza que no fazer profissional do assistente social existe um embate às expressões da questão social, que necessita da promoção e defesa dos direitos humanos e a inclusão social. Nessa perspectiva, o Serviço Social, dentro das suas particularidades, entendendo e conhecendo a realidade no espaço onde está inserido, deve buscar condições para o estudo do objeto sobre o qual incidirá uma ação transformadora, através do seu aparato teórico-metodológico

Com efeito, pontua-se a questão da pessoa idosa na sociedade marcada por momentos de exclusão social, o Serviço Social tem como desafio propor dinâmicas da realidade, através de uma análise de suas particularidades, com possibilidades para a construção desse novo cenário, construídas por meio de diálogos entre as faixas etárias, para, assim, estimular a sensibilidade e compreensão da exclusão como um ato de discriminação e incorporar a pessoa idosa como protagonista.

4.2 A atuação do assistente social contra a violência patrimonial

O Assistente Social trabalha diretamente com estratégias para viabilizar uma vida digna aos sujeitos, através de suas ações e das políticas. Nas ações teóricas o profissional se

norteia pelas fundamentações e abordagens que buscam compreender e intervir nas questões sociais, com base em teorias sociológicas, filosóficas, políticas e econômicas. Para Iamamoto (2008), essas ações teóricas estão orientadas pela análise crítica da realidade social e pela práxis transformadora, buscando superar as expressões da questão social por meio de uma intervenção ética e política.

Na visão de Faleiros (2007), quando falamos de violência patrimonial, em particular contra as mulheres e as pessoas idosas, é preciso pensar na intervenção do assistente social para promover tanto a acessibilidade à justiça quanto a proteção dos direitos infringidos, assegurando a restituição do controle sobre os bens e a autonomia das vítimas, pois este trabalha tanto na prevenção quanto no atendimento e suporte às vítimas através da identificação e atendimento, mediando conflitos e na inserção em políticas públicas.

Conforme a Lei Maria da Penha de 2006, a Violência Patrimonial, no inciso IV do art. 7º da Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006, é definida como: “[...] qualquer ato que implique retenção, subtração, destruição parcial ou total de bens, valores, documentos, direitos e recursos econômicos sobre os quais a vítima possua titularidade”. (BRASIL, 2006). Esse tipo de violência também encontra uma definição no Código Penal entre os delitos considerados contra o patrimônio, tais como furto, dano, apropriação indébita, entre outros. Contudo, a violência patrimonial infreqüentemente se apresenta separada das demais, sendo, na maioria das vezes, um meio de agredir física ou psicologicamente a vítima.

Para Schraiber (2005, p. 28) “Os assistentes sociais desempenham um papel crucial na articulação das demandas sociais com as políticas públicas, atuando como mediadores entre o Estado e a população, especialmente no que se refere aos direitos sociais.” Essa articulação em rede do assistente social ocorre, principalmente, com as delegacias especializadas, defensoria pública, serviços de apoio psicológico e jurídico, e instituições que possam garantir a proteção do patrimônio e a segurança da vítima.

O profissional de Serviço Social certifica-se das necessidades dos usuários, encaminhando-os para os serviços fornecidos pelas políticas públicas e programas sociais, como Educação, Saúde, Habitação e Assistência Social. Além de colaborar, com outras instituições e profissionais, a integração de ações e o fortalecimento da rede de proteção, viabilizando o acesso a direitos e melhoria das condições de vida.

Os serviços socioassistenciais, desempenhados pelo profissional, estabelecem-se essenciais ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como:

Acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função

protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania. (Brasil, 2009, p. 13).

O trabalho dos Assistentes Sociais em centros de atendimento e programas de apoio garante que as vítimas de violência patrimonial recebam o apoio necessário para superação desse abuso. Contribuindo, assim, para que a pessoa idosa viva com condições favoráveis e se envolva em questões da sociedade, como agente protagonista de sua vida, lutas e história. Nesse sentido, o assistente social deve identificar a violência patrimonial como o primeiro passo, já que muitas vezes são invisibilizadas ou normalizadas, especialmente em contextos familiares.

No protocolo de identificação, o assistente social utiliza-se de entrevistas, escuta qualificada e a compreensão da dinâmica de poder entre os envolvidos. Em casos de violência patrimonial, o profissional pode orientar em situações de conflitos, promovendo o diálogo entre as partes e, quando necessário, encaminhar para os serviços especializados, incluindo o auxílio na articulação com a rede de proteção social, como, por exemplo, as delegacias especializadas, defensoria pública, serviços de apoio psicológico e jurídico e instituições que garantem a proteção do patrimônio e a segurança da vítima.

Diante do exposto, as especificidades do Serviço Social nos direitos e dignidade da pessoa idosa exigem um cuidado ao buscar informações e esclarecimentos a respeito da violência contra as pessoas idosas. Para assim, haver uma percepção do impacto do fazer profissional, dinâmico e estratégico frente às atividades realizadas contra a violência patrimonial, a partir das intervenções em rede junto aos sujeitos em situação de violência.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho pautou-se no método do materialismo histórico-dialético de Marx. Quanto à sua natureza, trata-se de uma pesquisa básica, qualitativa quanto à abordagem, exploratória quanto aos objetivos e tem como base a pesquisa bibliográfica e de campo. Para Vergara (2010, p. 47), os “[...] sujeitos da pesquisa são os que fornecem os dados necessários ao estudo”. Assim, o universo deste estudo são as Assistentes Sociais que atuam frente à violência patrimonial contra a pessoa idosa em Chapadinha-MA. Minayo (2007) reitera que a amostra escolhida é aquele grupo que melhor contribui ao estudo para obter maior leque de informações.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas assistentes sociais, uma atuante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outra do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Para compreender o

contexto da pessoa idosa no município de Chapadinha-MA, foi feita entrevista com o (a) responsável por presidir o Conselho do Idoso. Ressalta-se que, a escolha das profissionais para o processo de investigação em campo foi elaborada levando em consideração os objetivos e os espaços em que o profissional atua frente a essa expressão da questão social no município de Chapadinha-MA.

As entrevistas foram previamente marcadas pessoalmente, gravadas com a permissão dos profissionais e posteriormente transcritas, oferecendo flexibilidade ao pesquisador para explorar tópicos específicos, enquanto mantêm uma estrutura básica. A escolha desse instrumento contribuiu significativamente para maior clareza sobre a temática no município de Chapadinha-MA.

Com base nos procedimentos metodológicos adotados, espera-se que o trabalho forneça contribuições acerca da atuação do assistente social em Chapadinha-MA em casos de violência patrimonial contra a pessoa idosa, contribuindo para o desenvolvimento teórico e prático e oferecendo subsídios para a formação profissional.

6 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOAS IDOSA NO MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA

6.1 Análise das entrevistas com os profissionais de Chapadinha-MA

Com o objetivo de preservar a confidencialidade das assistentes sociais entrevistadas, serão apresentadas como Assistente Social A (CRAS), Assistente Social B (CREAS) e Conselheira C.

Os resultados desta pesquisa revelam, através das falas da Conselheira C, que os principais tipos de violência observados contra as pessoas idosas no município de Chapadinha-MA são casos de negligência, maus-tratos, abandono afetivo e, no que diz respeito à violência patrimonial, os casos mais recorrentes são quando terceiros administram o benefício da pessoa idosa, através do desvio dos bens patrimoniais da vítima, do uso inapropriado do cartão magnético, da realização de empréstimo sem o consentimento.

Através da análise dos dados das entrevistas, percebeu-se que a violência, em destaque a patrimonial, ocasiona diversas consequências que afetam a qualidade de vida da pessoa idosa, sendo as mais enfatizadas aquelas que afetam diretamente o psicológico da vítima, que, na maioria dos casos, não aceita que está sendo violentada. As consequências mais citadas pelas profissionais são uma má alimentação, a negligência nos cuidados físicos, sentimento de

inutilidade, incapacidade e/ou impotência, estado de desidratação e desnutrição, e o medo excessivo, crescendo o número de demandas por motivo de desproteção social.

Nessa abordagem, especificamente da violência patrimonial contra a pessoa idosa, com os dados obtidos na pesquisa de campo, nota-se que suas manifestações acontecem com maiores índices no âmbito familiar, por meio de abusos mascarados de auxílio financeiro em que o agressor utiliza de seu autoritarismo ou laço afetivo para dominar a vítima.

No campus de Chapadinha, observa-se um fenômeno preocupante em relação à subnotificação de casos de violência contra a pessoa idosa, especialmente quando os agressores são os próprios filhos. Muitos deles optam por não denunciar as situações de abuso, motivados pelo temor das repercussões que uma denúncia poderia acarretar para suas famílias. Essa dinâmica revela uma complexa relação de dependência e afeto, em que a vítima prefere suportar a violação de seus direitos a enfrentar o doloroso processo de expor seus filhos à penalização. Esse cenário contribui para a perpetuação de um ciclo de violência que compromete a dignidade e o bem-estar dessa população vulnerável.

A partir dessa perspectiva, compreende-se que a violência patrimonial contra a população idosa é uma questão complexa e preocupante, refletindo tanto a fragilidade financeira das vítimas quanto a desvalorização social da terceira idade. Essa forma de violência requer politização, já que é frequentemente ignorada ou minimizada pela própria família. É crucial implementar políticas públicas e estratégias de proteção que garantam os direitos e a dignidade da pessoa idosa, promovendo um envelhecimento saudável e seguro.

6.2 Estratégias de intervenção do assistente social contra a violência patrimonial

A partir das entrevistas foi possível identificar as potencialidades e estratégias utilizadas pelo Serviço Social, aduzindo debates e discussões sobre o tema. Em destaque as potencialidades frente à violência patrimonial, está o olhar crítico da realidade vivenciada, a intervenção através de orientações, acompanhamentos individualizados e em grupo que orientam sua prática e auxiliam a interpretar a realidade e, assim, estruturar uma intervenção propositiva. O olhar crítico, citado pelas profissionais, demonstra o diferencial e uma das potencialidades do assistente social desempenhada nesses casos, analisando para além da realidade posta, ou seja, um olhar para a família, suas necessidades e o local onde está inserida.

Dessa maneira, o estudo afirma que os instrumentais mais utilizados pelas assistentes sociais, em casos de violência patrimonial, é a escuta qualificada, uma entrevista com o próprio familiar que realiza a denúncia, seguido da visita domiciliar, para introduzir o acompanhamento e, de acordo com as violações identificadas, são realizados os possíveis

encaminhamentos para redes de proteções do município. E, assim, a profissional redige seu parecer técnico através do relatório social.

Por meio de suas experiências, as profissionais destacaram analogicamente, que o diferencial para minimizar a violência patrimonial, são os acompanhamentos mensais com a vítima e a família, uma das características da proteção básica, realizado pelo PAIF (Programa de Atendimento Integral à Família). Portanto, com base em suas competências e atribuições, o Serviço Social promove estratégias para viabilizar a proteção da pessoa idosa, através de campanhas de divulgação dos direitos, definição de violência patrimonial, tornando-os cientes e incentivando-os a fazer a denúncia.

Quanto aos desafios e dificuldades vivenciadas pelas assistentes sociais A e B enfatiza-se a quantidade de membros da família da pessoa idosa, pois a dinâmica com as famílias é um fator determinante para a atuação do profissional, principalmente em caso de violência patrimonial. A ausência, dentro do equipamento, de uma equipe volante, sobrecarrega os profissionais, pois limita os atendimentos de expandirem à zona rural. Fora do equipamento há limitações devido atrasos no trabalho em rede com outros órgãos municipais.

Nesse contexto, há algumas instituições em Chapadinha-MA que não possuem o assistente social em sua equipe, conforme o relato da Conselheira C (2024) da Casa dos Conselhos, a falta desse profissional causa impasses na viabilização dos direitos da pessoa idosa, pois é o assistente social que trabalha diretamente com essas situações em que o direito está para ser ou foi violado. Outra instituição muito importante em Chapadinha-MA que também não conta com a presença de um profissional do Serviço Social é o Ministério Público. Isso gera a sobrecarga dos demais profissionais que acabam desempenhando funções além de suas atribuições, ao atender as demandas de outras instituições.

Sendo assim, é necessário que haja uma articulação de diversos serviços para que as ações se fortaleçam de forma integrada, a fim de contribuir no enfrentamento e mitigação da violência contra a pessoa idosa. Fica evidente, pois, a importância do assistente social para proteger os direitos desses cidadãos em situação de vulnerabilidade e garantir sua proteção contra qualquer tipo de violência.

7 CONCLUSÃO

A violência patrimonial contra a pessoa idosa é uma realidade alarmante que atinge de maneira silenciosa esse grupo social mais vulnerável. A atuação do assistente social nesse contexto é imprescindível, uma vez que esse profissional pode contribuir na identificação das

múltiplas formas de violência que se manifestam no cotidiano das famílias e instituições. Promovendo, assim, intervenções que visam garantir os direitos humanos e sociais da população idosa.

Com base nos resultados obtidos, é possível afirmar que os objetivos específicos propostos foram alcançados. Por meio das entrevistas semiestruturadas, pôde-se compreender que, entre as consequências da violência patrimonial contra as vítimas, destacam-se a dependência financeira da pessoa idosa, fragilidade física e emocional, e até mesmo o isolamento social. A dignidade e o bem-estar também são comprometidos, devido à privação de seus recursos, o que os deixa em situação de desnutrição e/ou desidratação, sem acesso aos medicamentos, acompanhados do sentimento de impotência. Soma-se a isso os impactos sociais, já que muitos acreditam ser um peso para os filhos/cuidadores e deixam de se reconhecer como sujeito de direito. Em casos mais delicados, a pessoa idosa chega a óbito.

Ao analisar a intervenção do profissional de Serviço Social, conclui-se que este desempenha seu papel na mediação de conflitos familiares e no enfrentamento das violações dos direitos patrimoniais da pessoa idosa. Realizada por meio de uma escuta qualificada, orientações, acompanhamentos contínuos e encaminhando os casos aos órgãos competentes. Além disso, busca-se fomentar a criação e o fortalecimento de redes de apoio, com o objetivo de proteger a pessoa idosa contra abusos financeiros. Tais ações visam identificar, prevenir e intervir em situações de abuso, viabilizando seus direitos e sua dignidade, bem como orientar as famílias e a pessoa idosa sobre seus direitos e as formas de proteção existentes.

Os resultados demonstram a potencialidade e a eficácia do trabalho em rede com outros equipamentos, como Saúde, Assistência Social, Educação e o setor Sociojurídico, promovendo uma abordagem multidimensional para atender às demandas complexas da população. No entanto, apesar da existência desse serviço, que promove uma articulação com as profissionais do Serviço Social, há uma lacuna quanto a quantidade de profissionais disponíveis nas equipes e nos serviços em Chapadinha-MA.

No decorrer das entrevistas com as assistentes sociais, ficou evidente essa lacuna, uma vez que ainda existem diversas barreiras no exercício profissional. Dentre elas, destacam-se as condições de trabalho mínimas e a falta de instrumentais adequados para desenvolverem suas ações e estratégias, o que compromete a autonomia profissional. Cabe salientar a ausência de profissionais do Serviço Social na rede de proteção à pessoa idosa no município de Chapadinha. A título de exemplo, o Ministério Público e o Conselho do Idoso.

Diante do exposto, sugere-se a realização contínua de capacitações com os assistentes sociais, que devem estar atentos às mudanças legislativas e às novas formas de

violência que surgem em nossa sociedade. Visto que há potencialidades em sua atuação no município de Chapadinha-MA, contudo há uma predominância nos desafios, sendo fundamental a contratação de profissionais nos quadros e o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção da pessoa idosa. Assim, haverá estratégias mais eficazes para prevenir e combater a violência patrimonial, garantindo assim a dignidade e o respeito aos direitos da população idosa.

Por fim, espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre a violência patrimonial contra a pessoa idosa e inspire novas pesquisas e ações profissionais, especialmente no âmbito da atuação do assistente social, que visem à construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todas as gerações.

REFERÊNCIAS

Abreu, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases históricos – conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.79, p.43-71, 2004.

_____. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Associação Municipal de Apoio Comunitário. 2018. Disponível em: <<http://amac.org.br/>>. Acesso em: 05 de out. 2024.

Alcântara, Alexandre de Oliveira. **Da Política Nacional do Idoso ao Estatuto do Idoso: a difícil construção de um sistema de garantias de direitos da pessoa idosa**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9128/1/Da%20Pol%c3%adtica%20nacional.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2024

Barbosa, Keylla Talitha Fernandes; OLIVEIRA, Fabiana Maria Rodrigues Lopes de; FERNANDES, Maria das Graças Melo. **Vulnerabilidade da pessoa idosa: análise conceitual**. Publicado em 05 de dezembro de 2019, Paraíba, Brasil. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reben/a/yBvHGpXJDHXQyGMKSqCJcsz/?lang=pt#>>>. Acesso em: 21 de set. 2024

Beauvoir, Simone de. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Bieger, Jessica *et al.* **O Envelhecimento (como) expressão da Questão Social e algumas considerações pertinentes ao Exercício Profissional**. Florianópolis/ SC, 2013. Disponível em: <<https://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-envelhecimento-como-expressão-da-questão-social.pdf>>. Acesso em: 07 de set. 2024

Bosi, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos**, 3ª ed. – São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 07 de set. 2024

_____. Ministério da Previdência e Assistência Social Lei n. 8.842. **Política Nacional do Idoso**. Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994.

_____. Congresso. Senado Federal. Secretaria de Comunicação Social. **Manual de redação**: Agência Senado, Jornal do Senado. Brasília: Senado Federal, 2001.

_____. Ministério da Mulher, da família e Direitos Humanos. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Lei n. 10.471, de 1º de outubro de 2003.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Brasília, DF, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm>. Acesso em: 07 de set. 2024

_____. **Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010**. Fundo Nacional do Idoso. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 jan. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112213.htm>. Acesso em: 07 de set. 2024

_____. **Lei Nº 14.423, de 22 de julho de 2022**. Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para substituir, em toda a Lei, as expressões “idoso” e “idosos” pelas expressões “pessoa idosa” e “pessoas idosas” respectivamente. Casa civil: subchefia para assuntos jurídicos. Brasília, DF, 22 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14423.htm>. Acesso em: 05 de out. 2024

_____. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 dez. 1993. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em 05 out. 2024

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional dos direitos da pessoa idosa. **Violência contra a pessoa idosa: vamos falar sobre isso?** Perguntas mais frequentes sobre direitos das pessoas idosas. Brasília, DF, 2020.

Bronfenbrenner, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.948, de 3 de julho de 1996** Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Brasília, 3 de jul. de 1996

Chauí, Marilena. A questão democrática. In: _____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 2014. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4657030/mod_resource/content/1/Chaui%20Cultura%20e%20Democracia.pdf> Acesso em 05 de out. 2024

Cunha, Adriana Rodrigues. Violência intrafamiliar contra a pessoa idosa: o trabalho das assistentes sociais do Ministério Público do Maranhão. Curitiba. Editora: Appris, 2021.

Durigan, M.; Queiroz, I. A. Discurso sobre a velhice: da campanha da fraternidade ao Estatuto do idoso. In: GUERRA, V. M. L. **Olhares interdisciplinares na investigação sobre linguagem**. Cuiabá: Editora Unemat, 2005.

Houaiss, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

Iamamoto, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2008.

IBDFAM. Assessoria de Comunicação do IBDFAM. Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. **2024 registra aumento em denúncias de violência contra pessoas idosas**.

(2024) Disponível em:

<<https://ibdfam.org.br/noticias/11785/2024+registra+aumento+em+denúncias+de+violência+contra+pessoas+idosas>>. Acesso em: 05 out. 2024

Minayo, M. C. S.; **Violência e saúde**. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books. Editora Fiocruz, 2006.

Minayo, M. C. S.; Deslandes, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007.

Ministério da Saúde. (2002) *Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço*.

Brasília, DF: Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, 2002. (Cadernos de Atenção Básica, n. 8. Série A – Normas e Manuais Técnicos, n. 131). Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf> Acesso em: 07 de set. 2024

OMS. Organização Mundial Da Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OMS. Organização Mundial de Saúde. **Relatório Mundial de Violência e Saúde**. Genebra: OMS, 2023.

Vergara, Sylvia Constant. **Métodos Pesquisa em Administração**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. (Ver capítulo 1 – Análise de Conteúdo e capítulo 2 – Análise do Discurso)

Who. World Health Organization. **Década do Envelhecimento Saudável: Relatório de linha de base. 2020** Disponível em: <<https://iris.paho.org/handle/10665.2/56894>>. Acesso em: 21 de set. 2024

Zimmerman, Guite. I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre. Artmed Editora, 2000.

CONTABILIDADE GERENCIAL: o impacto da formalização no processo de crescimento das empresas da cidade de Anapurus – MA

MANAGEMENT ACCOUNTING: the impact of formalization on the growth process of companies in the city of Anapurus – MA

Carla Lorrane da Silva Lima¹

Emmanuel Monteles Garreto Souza²

Lucas Martins Monteles³

Orientador: Esp. Rodrigo Lima de Andrade⁴

RESUMO: O presente trabalho tem como foco analisar o papel da contabilidade gerencial na formalização e no crescimento de empresas, com uma atenção especial às micro e pequenas empresas (MPE's) da cidade de Anapurus-MA. A contabilidade gerencial se apresenta como uma ferramenta estratégica essencial para a administração, uma vez que fornece informações úteis para a tomada de decisões e para o planejamento organizacional. A pesquisa aborda como a formalização das empresas, acompanhada de práticas contábeis eficazes, pode aumentar a competitividade e a sustentabilidade dos negócios em um mercado cada vez mais competitivo. Dentre os problemas enfrentados pelas empresas brasileiras, destacam-se a falta de estrutura contábil robusta e a resistência à mudança, que dificultam o desenvolvimento e a conformidade regulatória. Neste contexto, a contabilidade gerencial é apresentada como um recurso valioso, oferecendo suporte à gestão ao promover controle de custos, economia de recursos e agregar valor às atividades da organização. O objetivo geral consiste em analisar como a formalização contribui para o desenvolvimento empresarial das organizações da cidade de Anapurus-MA, evidenciando a relevância da contabilidade gerencial como aliada no fortalecimento das entidades empresariais. A metodologia adotada neste estudo é uma pesquisa bibliográfica, explorando livros, dissertações, teses e artigos relacionados ao tema, para formar a base teórica do estudo. A pesquisa possui caráter descritivo, com interesse em evidenciar os fatos mediante a coleta de dados. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo, visando compreender as condições em que os fenômenos ocorrem. A pesquisa de campo foi realizada no município de Anapurus-MA.

Palavras-chave: Formalização de empresas. Contabilidade Gerencial. Empreendedorismo.

¹Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade do Baixo Paranaíba. Email: carlalorranelima02gmail.com

²Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Baixo Paranaíba. Email: emmanuelmonteles@gmail.com

³Graduado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Baixo Paranaíba. Email: lucasmonteles@outlook.com.br

⁴Administrador, pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA (2010-2015); Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Ceuma (2018-2021), Especialista em Qualidade e Produtividade pela Faculdade de Negócios - FAENE (2018 - 2020). rodrigo_andrade41@hotmail.com

ABSTRACT: This study focuses on analyzing the role of managerial accounting in the formalization and growth of businesses, with special attention given to micro and small enterprises (MSEs) in the city of Anapurus-MA. Managerial accounting is presented as a crucial strategic tool for management, providing valuable information for decision-making and organizational planning. The research explores how business formalization, combined with effective accounting practices, can enhance competitiveness and business sustainability in an increasingly competitive market. Among the challenges faced by Brazilian businesses are the lack of a robust accounting structure and resistance to change, which hinder development and regulatory compliance. In this context, managerial accounting is highlighted as a valuable resource, supporting management by promoting cost control, resource savings, and adding value to organizational activities. The overall objective is to analyze how formalization contributes to business development in Anapurus-MA, emphasizing the importance of managerial accounting as an ally in strengthening business entities. The methodology is a bibliographic research, using books, dissertations, theses, and articles related to the topic to build the theoretical framework. The study is descriptive in nature, focusing on highlighting facts through data collection. It adopts a qualitative and field-based approach, aiming to understand the conditions under which these phenomena occur. The field research was conducted in the municipality of Anapurus-MA.

Keywords: Business Formalization. Managerial Accounting. Entrepreneurship.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade é uma das áreas de conhecimento mais antigas, surgindo da necessidade humana de controlar seu patrimônio, abrangendo bens, direitos e obrigações. Ela pode ser entendida como um conjunto de métodos e práticas que visam captar, registrar, acumular, resumir e interpretar eventos que impactam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de diferentes entidades, sejam elas pessoas físicas, organizações sem fins lucrativos, empresas ou entidades públicas.

Com a evolução da sociedade, a necessidade de fornecer informações contábeis passou a ser obrigatória para todas as organizações, não apenas para pessoas físicas, mas também para empresas privadas, entidades públicas e outras formas jurídicas. Tais informações são fundamentais para garantir o controle dos recursos financeiros e promover maior transparência e responsabilidade na administração dos recursos, seja no setor público ou

privado. Dessa forma, a Contabilidade se revela não apenas como uma técnica, mas como uma ciência social essencial para a boa gestão e para a confiança nas relações econômicas.

Historicamente, a ciência contábil tem suas raízes nas primeiras civilizações. Com a sedentarização e a capacidade de armazenar bens, surgiu a necessidade de controlar essas posses. Civilizações como os sumérios, babilônios, egípcios e gregos já praticavam formas rudimentares de contabilidade, com registros feitos em tábuas de argila. A invenção do sistema de "débito" e "crédito" pelos sumérios e babilônios, por exemplo, foi fundamental para o desenvolvimento das primeiras noções de contabilidade.

A Contabilidade nesse contexto evolui com a civilização desenvolvendo-se de maneira a demonstrar o fluxo da riqueza tornando-se instrumento de controle e gestão indispensáveis para a sobrevivência das empresas, a atual dinâmica empresarial e tecnológica resultou em uma demanda crescente de informações para as empresas, impulsionando ao gestor a tomada de decisões de modo a atenuar riscos que ameaçam a sobrevivência, e desenvolvimento de estratégias, a contabilidade gerencial nesse contexto se constitui em um instrumento de gestão empresarial. Nesse contexto, a Contabilidade Gerencial se destaca como um ramo da Contabilidade que fornece não apenas dados financeiros, mas também informações analíticas e estratégicas, essenciais para a gestão empresarial.

A Contabilidade Gerencial é uma ferramenta essencial para a realização da formalização de empresas e para o crescimento dessas mesmas organizações, a abordar a importância dela durante o processo de formalização e, por consequência, durante o processo de crescimento, isso se justifica tendo como base vários motivos.

No contexto empresarial, a contabilidade exerce diversas funcionalidades e incrementa inúmeras atividades internas da entidade, não representando apenas uma forma de registro de fatos econômicos, mas sim, um sistema integrado e inteligente que favorece o controle, a economia no uso dos recursos e a agregação de valor à entidade. Desta maneira, o presente trabalho visa discorrer sobre como a contabilidade gerencial pode ser utilizada no processo de formalização e crescimento das empresas da cidade de Anapurus-MA.

No Brasil, a criação, funcionamento e sucesso de uma empresa dependem de uma série de fatores relacionados a aspectos políticos, econômicos e sociais. A formalização e o fortalecimento dessas empresas são essenciais para o desenvolvimento sustentável do setor empresarial. No entanto, as micro e pequenas empresas brasileiras enfrentam diversas barreiras que dificultam seu crescimento e competitividade, sendo uma das mais significativas a ausência de uma estrutura contábil robusta e bem implementada. Diante desse contexto, surge a seguinte

questão: de que maneira o processo de formalização das empresas pode contribuir para o gerenciamento e desenvolvimento empresarial através de práticas contábeis eficazes?

A metodologia adotada neste estudo é uma pesquisa bibliográfica, explorando livros, dissertações, teses e artigos relacionados ao tema, para formar a base teórica do estudo. A pesquisa possui caráter descritivo, com interesse em evidenciar os fatos mediante a coleta de dados. Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo, visando compreender as condições em que os fenômenos ocorrem. A pesquisa de campo foi realizada no município de Anapurus-MA, com a aplicação de um questionário online a 13 micro e pequenas empresas da região, enviado aos gestores dessas empresas para coleta de dados, com o intuito de atender aos objetivos propostos e fornecer uma visão abrangente sobre a importância da contabilidade no processo de formalização e crescimento empresarial.

2 O PROCESSO DE FORMALIZAÇÃO DAS ENTIDADES PRIVADAS NO BRASIL

O histórico do processo de formalização no Brasil ocorre a partir do período entre a década de 1930 a 1980, no qual o cenário do mercado de trabalho no Brasil naquela época caracterizava-se pela estruturação incompleta de fato, pois essa estruturação possuía altas taxas de informalidade e não tinha nenhum tipo de regulamentação adequada para ser feita, fazendo com que essas deficiências encontradas nesse período pudessem ser o começo para que houvesse uma busca constante pela formalização. De acordo com Cardoso (2000), a formalização das empresas é um passo crucial para o crescimento econômico do Brasil, pois abre portas para o acesso a crédito, novos mercados e serviços essenciais, contribuindo para o fortalecimento dos negócios e a melhoria da economia como um todo.

No período seguinte, entre a década de 1980 a 1990, há a ocorrência de uma desestruturação drástica e bastante significativa dentro do mercado de trabalho, com o aumento exponencial da informalidade e a ocorrência da precarização das condições laborais.

Durante a década de 1990, esses casos continuavam a acontecer, essa década foi marcada pelos altos níveis de desemprego e de informalidade, dois fatores que só cresciam cada vez mais no país, fazendo assim com que a formalidade fosse vista por muitos como um privilégio concedido somente para poucos trabalhadores, e somente esses formalizados podiam usufruir dos direitos trabalhistas. E tudo isso foi causado por conta de políticas neoliberais, por privatizações e por reestruturação produtiva, que geraram as consequências de desregulamentação do mercado e condições precárias de emprego.

A partir da década de 2000, ocorreu a retomada da estruturação do mercado de trabalho, através de iniciativas para que houvesse o aumento da formalização e houvesse o melhoramento das condições de trabalho. Algumas dessas iniciativas foram a desvalorização da moeda nacional, no caso, o real, e o crescimento constante das exportações, que acabaram provocando consequências positivas no mercado, tais como o crescimento dos empregos nas áreas dos setores de exportação.

A partir dos anos de 2003 e 2004, a alta demanda que era agregada pôde viabilizar e auxiliar no crescimento cada vez maior de empregos, além de ajudar no crescimento da formalização, na queda do desemprego e na diminuição da informalidade.

Entre os anos de 2003 e 2008, ocorreu um crescimento alto e intenso com relação aos empregos formais e com relação à economia cada vez mais formalizada, com níveis que superavam até então a variação que ocorria no Produto Interno Bruto (PIB). Segundo a RAIS, o PIB teve, nesse período em específico, uma média anual que chegava a 5,1%, enquanto isso os empregos formalizados apresentavam um crescimento de 6,8%, ou seja, uma diferença de pouco mais de 1% e que as informações descritas anteriormente.

Sendo que esse crescimento, de certa forma expressivo, da formalização se deu por causa do aumento de consumo e do aumento dos investimentos e também por conta da valorização da moeda nacional nessa época. Segundo Almeida (2020), o processo de formalização das empresas no Brasil exige uma abordagem integrada, que envolva o governo, os empresários e a sociedade civil, com o objetivo de criar um ambiente propício para o crescimento sustentável e a inclusão econômica.

Algumas razões foram tidas como responsáveis por esse aumento, como um novo projeto social desenvolvimentista, que seria focado em políticas e iniciativas que visassem promover o desenvolvimento econômico e social, implementar políticas sociais universais e focalizadas, que seriam aplicadas tendo como foco principal tanto a população no geral como também alguns grupos em específico dessa mesma população.

O processo de formalização de empresas no Brasil, mesmo ainda sendo muito burocrático e custoso, é fundamental para garantir a atuação da empresa de forma regular e traz várias vantagens de diversas ordens para as atividades da organização. O processo de formalização abrange vários aspectos e pontos de reflexão, sendo necessário desde o início o auxílio do profissional contábil para a formalização do negócio. Todo o processo começa com a fase de planejamento, onde serão definidos o tipo societário a ser aplicado à empresa, o regime tributário em que a empresa atuará, além de ser nessa fase que serão definidos os direitos e deveres dos sócios.

Após o planejamento com a respectiva definição dos pontos centrais da empresa, é necessário prosseguir o registro da empresa nos órgãos competentes; tanto em nível federal, estadual e municipal. Porém, é necessário que inicialmente seja elaborado o contrato social da sociedade, sendo o documento responsável por dar vida a empresa, definindo sua área de atuação, o seu capital social, sua sede, os sócios que a compõem, além de definir outros instrumentos. Coelho (2011, p. 156) explica que:

A sociedade empresária nasce do encontro de vontades de seus sócios. Este encontro, de acordo com o tipo societário que se pretende criar, será concretizado em um contrato social ou estatuto, em que se definirão as normas disciplinadoras da vida societária.

É necessário iniciar o registro da empresa com a criação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ - junto à Receita Federal do Brasil, a depender da atividade realizada pela empresa, poderá ser necessário o registro em outros órgãos competentes, como o registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para sociedades que explorem atividade rural.

No âmbito estadual, a empresa deverá ser registrada e ter seus atos constitutivos guardados junto a órgãos como a Junta Comercial e Secretária da Fazenda Estadual para inscrição estadual e para recolhimento dos tributos de sua competência, como o ICMS.

No município, poderá ser necessário a obtenção de alvarás e licenças para funcionamento e início das atividades, a depender da atividade e do local onde a empresa se sediará. As prefeituras são os entes responsáveis por fiscalizar e regulamentar as atividades comerciais e industriais nos seus respectivos territórios.

3 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE NO PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS

A contabilidade desempenha um importante papel na administração das empresas, em especial quando tratamos da eficiência agregada à gestão financeira e patrimonial, associada a geração de informações úteis e relevantes para a tomada de decisão dentro da organização, especificamente relaciona à obtenção e aplicação dos recursos disponíveis, correção de desvios, controle de custos e composição do orçamento empresarial. Nesse ponto, o administrador tem a função de realizar a tomada de decisão sobre os recursos e estratégias, que, conforme Chiavenato (2000, p. 348) é o “processo de análise e escolha entre as alternativas disponíveis de cursos de ação que a pessoa deverá seguir”.

Entende-se que a contabilidade é constituída por um conjunto de técnicas e procedimentos, que hoje, alinhadas com as tecnologias emergentes, apresenta uma base de dados confiável para subsidiar a administração da organização com informações sobre o passado, a atualidade e o futuro da organização.

Em relação a gestão financeira, a contabilidade reúne informações necessárias ao controle dos recursos que entram e que saem do patrimônio da empresa, ou seja, cuida do caixa relacionado às atividades da empresa. A gestão financeira influencia na análise sobre receitas, despesas, custos, lucro e prejuízo, influenciando decisões que impactam direta ou indiretamente a saúde financeira da entidade, seu desempenho econômico e valor percebido pelo sócio. Esses aspectos inauguram o uso da Contabilidade Gerencial. Segundo Marion (2009, p. 30):

Contabilidade Gerencial: voltada para fins internos, procura suprir os gerentes de um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões. Diferencia-se das contabilidades já abordadas, pois não se prende aos princípios tradicionais aceitos pelos contadores. O profissional que exerce a Contabilidade Gerencial também é conhecido como controller.

Quanto à gestão patrimonial, a contabilidade é um importante instrumento de registro dos atos e fatos que geram alterações quantitativas ou qualitativas no patrimônio da entidade. A contabilidade registra e evidencia por meio das demonstrações contábeis o patrimônio da entidade, composto pelos seus bens, direitos e obrigações, possibilitando a análise do crescimento da empresa e de sua riqueza agregada. Com base nessas informações, o gestor poderá decidir sobre novos investimentos, venda de ativos, liquidação de passivos ou novas fontes de financiamento. Assaf Neto (2008, p. 65) descreve que:

Somente pelo entendimento da estrutura contábil das demonstrações é que se pode desenvolver avaliações mais acuradas das empresas. Mais especificamente, todo processo de análise requer conhecimentos sólidos da forma de contabilização e apuração das demonstrações contábeis, sem os quais ficam seriamente limitadas as conclusões extraídas sobre o desempenho da empresa.

No mesmo sentido, a contabilidade de maneira geral influencia a tomada de decisão dos gestores, fornecendo informações sobre o patrimônio, seu desempenho no período, evidenciando ainda a relação entre as receitas, despesas e o lucro/prejuízo. Garantindo informações que sejam fidedignas e úteis para gestores, investidores e órgãos reguladores.

3.1. A Contabilidade Gerencial como Ferramenta Estratégica

A contabilidade gerencial é amplamente reconhecida como uma ferramenta essencial no apoio à gestão empresarial, desempenhando um papel decisivo no processo de

tomada de decisões. Ao contrário da contabilidade financeira, que se concentra principalmente no cumprimento de obrigações fiscais e legais, a contabilidade gerencial tem um foco interno, voltado para a análise detalhada das operações da organização. Esse enfoque estratégico permite que as empresas não apenas atendam às suas exigências regulatórias, mas também otimizem seus processos, identifiquem oportunidades de melhoria e adotem práticas que potencializam a eficiência operacional.

Enquanto a contabilidade financeira é mais voltada à elaboração de relatórios para externos, como investidores e órgãos reguladores, a contabilidade gerencial se dedica ao fornecimento de informações críticas para a tomada de decisões internas. Essa distinção é fundamental, pois as informações produzidas pela contabilidade gerencial fornecem a base necessária para ações estratégicas e operacionais, além de auxiliar na definição de metas e na previsão de resultados. Ao integrar dados financeiros com outras variáveis, como indicadores de desempenho e análises de mercado, a contabilidade gerencial oferece uma visão mais abrangente e estratégica da organização, essencial para se adaptar rapidamente às mudanças do mercado e superar desafios.

A contabilidade gerencial também se destaca pela sua capacidade de coletar e analisar informações de forma contínua e dinâmica, o que permite a implementação de um ciclo de feedback rápido. Esse ciclo permite que os gestores possam avaliar o impacto de suas decisões de maneira mais eficiente e ajustar suas estratégias conforme necessário. Além disso, a contabilidade gerencial oferece aos gestores um controle aprimorado sobre os custos e as receitas da empresa, possibilitando uma alocação mais eficiente dos recursos e um planejamento mais eficaz para o futuro. Com isso, as organizações conseguem se posicionar de maneira mais competitiva no mercado, ao mesmo tempo em que gerenciam de forma mais eficaz os riscos e as oportunidades que surgem. Marion (2009, p. 30) afirma que:

A contabilidade gerencial, voltada para fins internos, procura suprir os gestores com um elenco maior de informações, exclusivamente para a tomada de decisões. Diferencia-se das contabilidades já abordadas, pois não se prende aos princípios tradicionais aceitos pelos contadores.

O papel da contabilidade gerencial se torna ainda mais crucial em contextos de crescente competitividade e volatilidade do mercado. No cenário atual, onde as mudanças acontecem de forma rápida e imprevisível, a contabilidade gerencial oferece uma base sólida para as decisões empresariais. Ela permite que os gestores não apenas compreendam a situação financeira da empresa, mas também antecipem tendências e ajustem estratégias conforme necessário para garantir a sustentabilidade e o crescimento.

Esse processo envolve uma análise detalhada de diversos aspectos financeiros, como custos, controle de receitas, fluxo de caixa e a avaliação do desempenho de diferentes departamentos dentro da organização. Ao integrar essas informações, os gestores têm uma visão mais clara e precisa das operações da empresa, o que facilita a tomada de decisões informadas e a implementação de estratégias mais eficazes.

A contabilidade gerencial desempenha um papel fundamental na identificação de áreas que necessitam de ajustes, possibilitando a adoção de medidas corretivas em tempo hábil. Como afirma, (Coelho, 2020, p. 156): A contabilidade é fundamental para a tomada de decisões estratégicas, permitindo uma visão clara da saúde financeira da empresa, o que auxilia na otimização de recursos e no planejamento a longo prazo.

A formalização das empresas e o uso da contabilidade gerencial são interdependentes, especialmente no Brasil, onde as micro e pequenas empresas enfrentam dificuldades estruturais, como a falta de uma contabilidade robusta. A implementação de práticas contábeis sólidas ajuda a superar desafios como a resistência a mudanças, a falta de conhecimento sobre as ferramentas contábeis e a dificuldade em manter a conformidade tributária. Em muitos casos, a falta de estrutura contábil robusta impede que as empresas realizem um planejamento estratégico eficaz e prejudica o acesso a novos mercados e fontes de crédito. Nesse sentido, a contabilidade gerencial se torna uma ferramenta indispensável, pois não apenas organiza a informação contábil, mas também orienta o planejamento estratégico e as ações operacionais.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O trabalho foi desenvolvido com base em pesquisas de ordem quantitativa e qualitativa. Para entender como ocorre o uso da contabilidade na administração de empresas, o relacionamento entre empresário e contador e o processo de formalização de empresas, visando sobretudo influenciar o corpo empresarial predominante da cidade de Anapurus-MA, na qual realizou-se uma pesquisa de campo, que tem como sua principal característica fazer investigações a respeito dos dados das pessoas, no caso da nossa pesquisa, investigar sobre os dados das empresas informais e buscar entender através do recurso do questionário sobre qual ou quais motivos essas mesmas entidades não buscam a formalização ou porque não querem se tornar empresas formais, além disso, se essas entidades buscarem a sua formalização, poderão ser apresentadas pela equipe entrevistadora sobre a formalização com foco nas vantagens que decorrem deste processo. O uso de ferramentas de pesquisa típicas contribuiu para o

aprofundamento da pesquisa, garantindo maior abrangência e qualidade das informações adquiridas. Assim, com base nas pesquisas de campo, bibliográficas e nas entrevistas e aplicação de questionários a serem realizadas, será possível identificar como a contabilidade é utilizada e pode ser utilizada como uma ferramenta para formalização e potencialização das empresas.

Richardson (2008, p. 91), considera que os estudos que abordam uma metodologia qualitativa podem relatar a obscuridade de determinado problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

As pesquisas foram realizadas para coletar e analisar dados numéricos e estatísticos relacionados à formalização de empresas e ao uso da contabilidade nas empresas situadas em Anapurus-MA, dentre esses métodos quantitativos, foram feitas aplicações de questionários, estruturados de forma a maximizar a quantidade de informações passíveis de extração para análise, especialmente relacionadas a formalização das empresas de Anapurus-MA, o uso da contabilidade nos negócios e a percepção dos empresários da cidade sobre a importância da contabilidade em seus negócios; de mesmo modo, foi realizada a análise de dados secundários, como os disponíveis em relatórios e estatísticas nacionais e regionais, para assim se compreender a situação atual das empresas situadas em Anapurus-MA e identificar possíveis tendências. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que a pesquisa qualitativa busca entender o significado e o contexto dos fenômenos, analisando as experiências e percepções dos indivíduos envolvidos, a fim de obter uma compreensão mais profunda e contextualizada sobre o que está sendo investigado.

Por sua vez, as pesquisas qualitativas são realizadas para analisar as percepções, opiniões e experiências dos empresários locais com relação à contabilidade e sua aplicação nos seus negócios, ressaltando também a questão da formalização legal das empresas. Nesta pesquisa foram realizadas entrevistas, havendo a prática de observação realizada pelos integrantes do trabalho nas atividades administrativas de algumas das empresas selecionadas. Lüdke e André (2013) explicam que a pesquisa qualitativa é um método investigativo que tem como objetivo captar a complexidade dos dados, proporcionando uma análise detalhada dos fenômenos e suas múltiplas dimensões.

Para a realização da pesquisa, foi considerado o universo treze empresas situadas no município de Anapurus-MA, tanto formais como informais, sendo elas empresas de pequeno porte ou empresas de grande porte. Entretanto, não foi possível realizar uma pesquisa do tipo censitária, onde se entrevista e analisa todas as empresas do município, pois esse tipo de

pesquisa demanda um grande espaço de tempo e de pessoas para sua realização, além de ser mais onerosa. Além disso, os questionamentos usados como base para a análise dessas entidades foram: como as empresas utilizam a contabilidade para a sua gestão operacional? Como a contabilidade ajuda a entidade a crescer e a se consolidar no mercado de trabalho perante a concorrência? Como a contabilidade pode auxiliar as entidades de pequeno porte para crescer e se tornar atraentes para o mercado de trabalho?

Desta forma, o trabalho está estruturado com base em uma pesquisa amostral, onde foi utilizada como amostra um conjunto de até 13 empresas situadas em Anapurus, selecionadas de forma aleatória, de modo a resguardar o teor aleatório e livre de viés da pesquisa, buscando representar de maneira fidedigna a realidade do município de Anapurus em relação ao problema apresentado.

Como abordado anteriormente, as pesquisas foram realizadas usando métodos quantitativos e qualitativos, sendo fundamentadas principalmente no uso de questionários estatísticos fechados, pesquisas bibliográficas e em informativos e relatórios estatísticos nacionais e regionais, de forma a analisar a situação em que as empresas do município de Anapurus-MA se encontram. E o parâmetro utilizado para pesquisa foi observar como a contabilidade está atuando e como ela está ajudando essas entidades privadas em relação à sua organização e à sua evolução no mercado de trabalho mediante as empresas concorrentes. Ademais, além da implementação da pesquisa por observação, em que alguns integrantes do grupo de pesquisa acompanharam as atividades de uma empresa, de forma a analisar como a contabilidade é utilizada no dia a dia da empresa e como ela contribui para o crescimento e perenidade desta no município.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

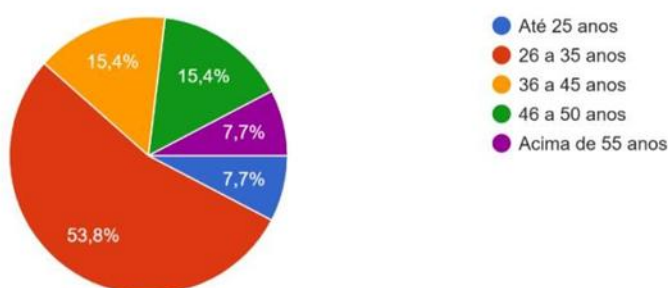
Este capítulo tem como finalidade analisar e apresentar os resultados obtidos através do questionário aplicado às empresas da cidade de Anapurus – MA, com o objetivo de investigar o impacto da formalização no processo de crescimento dessas empresas, enfatizando a importância da contabilidade gerencial nesse contexto.

De acordo com Lima (2019), para que um questionário forneça dados válidos e relevantes, ele deve ser estruturado de forma a refletir o tema em análise, contemplando aspectos como a problemática, as hipóteses e as indagações que guiarão o estudo, além de todos os objetivos estabelecidos.

O questionário visou entender como a formalização das empresas afeta a utilização da contabilidade gerencial e de que maneira os gestores reconhecem a relevância dessa prática para o crescimento de seus negócios. De acordo com Marconi e Lakatos (2017), um questionário bem estruturado possibilita a coleta de dados precisos sobre a visão e as experiências dos participantes em relação a um fenômeno específico.

Os resultados obtidos refletem as percepções dos gestores sobre a importância da contabilidade gerencial e a influência da formalização no desenvolvimento e na sustentabilidade de suas empresas.

Gráfico 1 – Faixa etária

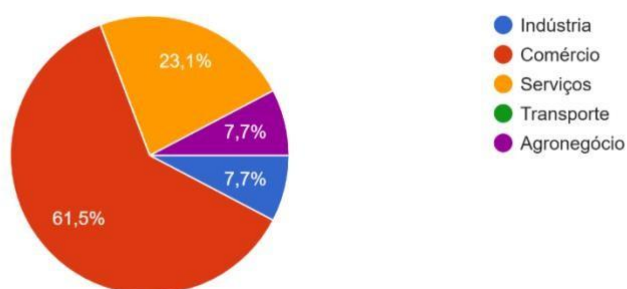


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A distribuição etária dos respondentes foi a seguinte: Conforme o gráfico 1, a distribuição etária dos respondentes mostra que 53,8% possuem entre 26 e 35 anos, enquanto 15,4% estão na faixa de 36 a 45 anos e 15,4% têm entre 46 e 50 anos. Apenas 7,7% dos respondentes estão na faixa de mais de 55 anos e a mesma porcentagem se aplica ao grupo de até 25 anos.

Esse resultado revela que a maioria (53,8%) tem entre 26 e 35 anos, o que pode indicar que os gestores ou proprietários das empresas é composta por profissionais jovens, porém bem experientes, o que pode indicar uma maior vivência no mercado. Apesar da predominância de uma faixa etária menos elevada, observa-se que esses gestores estão ativos e aplicando conhecimentos relevantes em suas práticas de contabilidade gerencial.

Gráfico 2 – Ramo da empresa

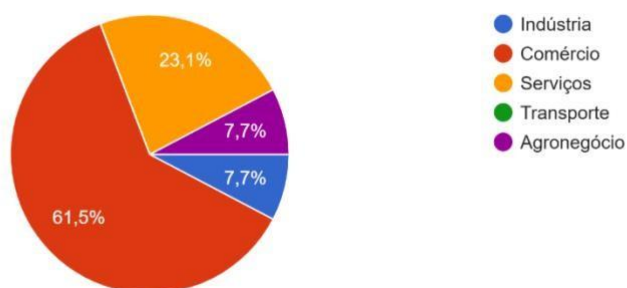


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O gráfico sobre o ramo das empresas revela uma predominância significativa do setor de comércio, que representa 61,5% das empresas pesquisadas. Além disso, 23,1% pertencem ao ramo de serviços, enquanto apenas 7,7% estão no agronegócio e 7,7% na indústria. Esses dados indicam uma diversidade maior em relação ao que foi observado em Anapurus, onde o comércio dominava.

Os resultados sugerem que, em comparação com outros municípios, a economia local é sustentada principalmente por empresas de comércio e serviços, o que pode refletir as necessidades e demandas específicas da comunidade. Esse perfil também sugere que as MPEs na região podem estar se adaptando a uma economia mais diversificada, onde o setor de comércio desempenha um papel crucial na movimentação de bens e serviços. Essa realidade pode influenciar as estratégias de gestão e o desenvolvimento econômico do município, exigindo, possivelmente, uma abordagem diferenciada em relação ao planejamento e à capacitação dos empreendedores.

Gráfico 3 – Anos de empreendedorismo.

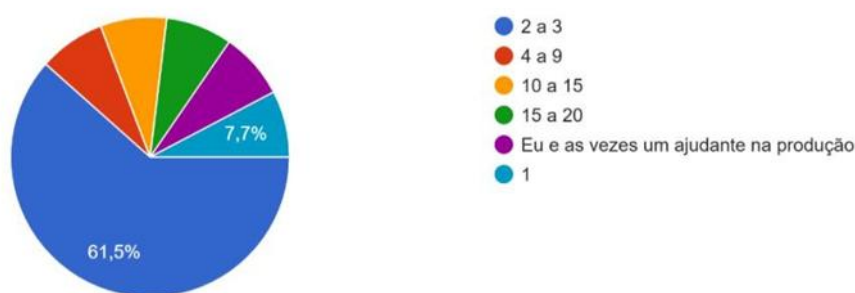


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

De acordo com os resultados apresentados, entre as 13 empresas que responderam ao questionário, 46,2% (5 empresas) possuem entre 0 e 3 anos de atuação. Além disso, 23,1% (3 empresas) têm de 4 a 7 anos, enquanto 7,7% (1 empresa) estão na faixa de 8 a 11 anos. Por fim, apenas 23,1% (1 empresa) possuem mais de 15 anos de atividade.

Esses dados indicam que a maioria das micro e pequenas empresas do comércio local possui uma pequena experiência no mercado, refletindo uma taxa de sobrevivência robusta. A contabilidade gerencial desempenha um papel essencial na continuidade dessas empresas, permitindo que os empresários analisem informações financeiras e identifiquem oportunidades de crescimento, fundamentais para resistir às adversidades de um mercado cada vez mais competitivo.

Gráfico 4 – Quantidade de colaboradores.



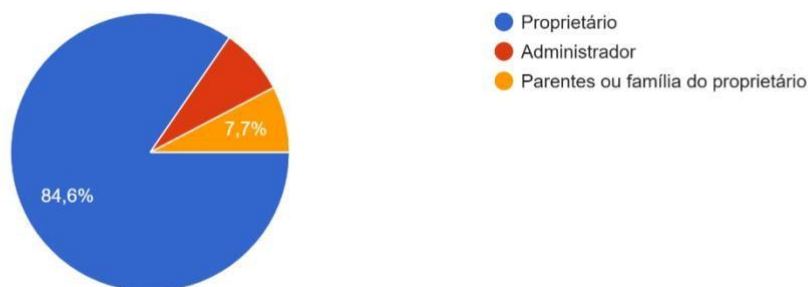
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A distribuição dos funcionários nas empresas revela um padrão de microempresas, onde a maioria (61,5%) é composta apenas pelo proprietário e mais 2 ou 3 funcionários e, em alguns casos, um ajudante (7,7%). Esse cenário sugere que essas empresas operam em um modelo muito enxuto, onde o proprietário assume múltiplas funções, desde a gestão até a produção.

A estrutura reduzida pode indicar um foco em operações locais e um relacionamento mais próximo com os clientes. Isso pode influenciar a forma como a contabilidade é abordada, pois esses empresários podem priorizar práticas simples e práticas, em vez de sistemas contábeis complexos.

Além disso, essa configuração pode ter implicações na capacidade de expansão e na adoção de tecnologias, uma vez que a limitação de recursos humanos pode restringir a implementação de processos mais robustos. A gestão do tempo e a eficiência tornam-se cruciais, já que o proprietário é frequentemente o principal responsável por todas as áreas do negócio.

Gráfico 5 – Gerenciamento da empresa.



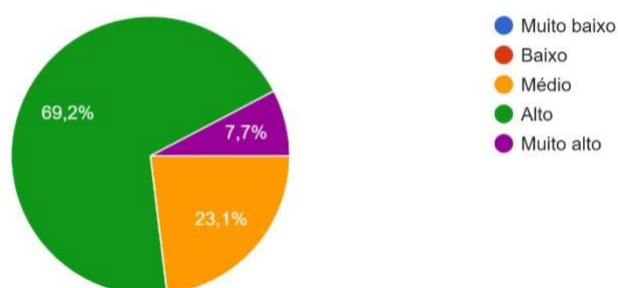
Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O gráfico sobre a gestão das empresas revela que a maioria dos participantes (84,6%) é composta diretamente e apenas pelo proprietário. Apenas 7,7% são geridos por parentes ou membros da família do e outra parcela equivalente por administradores. Isso pode indicar uma estrutura de gestão mais direta da parte do empresário, o que pode impactar a adoção de práticas contábeis formais e estruturadas.

Esses dados reforçam a ideia de que muitas micro e pequenas empresas (MPEs) operam sob uma estrutura familiar, onde a gestão é frequentemente exercida por pessoas próximas ao proprietário.

Esse modelo de gestão familiar pode resultar em um acúmulo de responsabilidades para o proprietário, que pode se ver sobrecarregado por diversas funções. De acordo com estudos de Lemes Junior e Pisa (2010) e Ferronato (2011), essa dinâmica impede que os gestores se dediquem a atividades estratégicas, como avaliação e planejamento, limitando a capacidade de crescimento e inovação. Assim, muitas empresas em Anapurus carecem de um administrador qualificado e de uma abordagem técnica adequada na gestão, o que pode impactar sua eficiência e competitividade no mercado.

Gráfico 6 - O grau de importância associado à contabilidade ao sucesso da empresa.

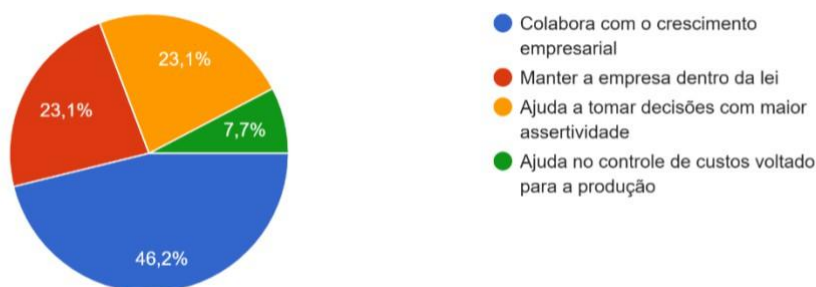


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

A análise dos dados revela uma clara valorização da contabilidade pelos gestores em relação ao sucesso empresarial. Entre os entrevistados, 69,2% consideram a contabilidade de "alto" grau de importância, evidenciando sua função crítica na gestão eficaz das empresas. Apenas 7,7% atribuem um grau de " muito alto" à sua relevância, enquanto 23,1% a classificam como "média". Importante notar que nenhuma resposta indicou "baixo" ou "muito baixo".

Esses resultados demonstram que a contabilidade é amplamente reconhecida como um elemento fundamental para o êxito organizacional. A predominância de respostas indicando alta importância sugere que os gestores veem a contabilidade como uma ferramenta vital para a tomada de decisões informadas e para a administração financeira. Como afirma Iudícibus (2016), "a contabilidade é um instrumento indispensável para a gestão, permitindo não apenas a fiscalização dos recursos, mas também a análise do desempenho econômico e financeiro das organizações." Essa perspectiva reforça a ideia de que um sistema contábil sólido é essencial em um mercado cada vez mais competitivo.

Gráfico 7 – Aspectos em que a contabilidade é considerada importante para a empresa.

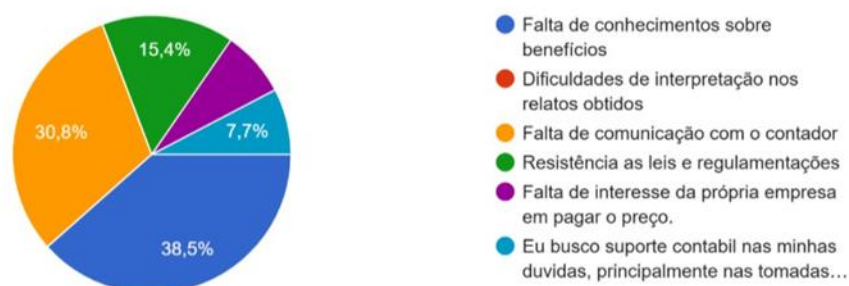


Fonte: Dados da pesquisa (2024).

No gráfico 7, ao serem questionados sobre os aspectos em que consideram a contabilidade importante, 46,2% dos gestores responderam que ela colabora com o crescimento empresarial. Já 23,1% afirmaram que a contabilidade é importante para manter a empresa dentro da lei, e outros 23,1% disseram que ela ajuda a tomar decisões com maior assertividade. Apenas 7,7% indicaram que ela ajuda no controle de custos voltado para a produção.

Esses resultados mostram que os gestores reconhecem a contabilidade como essencial, especialmente no crescimento empresarial, que é fundamental para a produção. Embora um número considerável também valorize a contabilidade para a conformidade legal e a tomada de decisões, a ênfase no controle de custos destaca a necessidade de um gerenciamento financeiro eficiente para a sustentabilidade e a competitividade das empresas.

Gráfico 8 – Os fatores que impedem ou dificultam a utilização da contabilidade como suporte na gestão.



Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O gráfico 8 mostra que 38,5% dos entrevistados respondem que a falta de conhecimento sobre os benefícios impede de utilizar a contabilidade na sua empresa, enquanto que apenas 30,8% responderam que é a falta de comunicação com o contador, apenas 15,4% respondem que é a resistência às leis e regulamentações, outros 7,7% respondem que é falta de interesse da própria empresa e outros 7,7% respondem que busca suporte contábil na internet.

Esses dados indicam que a maioria dos entrevistados não conhecem sobre os vários benefícios que a contabilidade, mais precisamente a contabilidade gerencial, pode proporcionar a essas empresas, o que representa uma situação lamentável, pois a contabilidade gerencial visa justamente ajudar o empresário a tomar decisões mais assertivas com relação à sua gestão. Além disso, muitos resistem às leis, pois não querem sair da informalidade muito por conta das altas cargas tributárias que existem nesse país.

Outra alternativa que obteve uma expressiva resposta por parte dos empresários foi a falta de comunicação com o contador, onde essas empresas só procuram o contador na maioria das vezes para ajudá-las quando elas estão com dívidas muito altas, muitas vezes causadas pela falta de planejamento financeiro, que é algo que a contabilidade gerencial ajuda para que os empresários possam sair dessa situação e possam buscar a melhor solução possível.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de ciência, a contabilidade é uma ferramenta que analisa, administra e auxilia nas tomadas de decisões, através dos profissionais da classe. Este estudo buscou analisar como

a contabilidade gerencial, especificamente, proporciona facilidades e melhorias nas empresas, auxiliando com rapidez o seu crescimento ou no processo em que ele acontece.

A função gerencial vai além de um instrumento de controle de contas e obrigações tributárias; temos por meio dela uma instrumentalização para realizar planejamentos estratégicos, planejamento de organizações de objetivos e de execução.

Diante disto, a investigação resultou que a contabilidade é necessária principalmente na área gerencial, conforme o IBGE destaca que aproximadamente acima de 50% das empresas, por falta de planejamento, encerram suas atividades econômicas.

A pesquisa teve como foco principal analisar como a formalização contábil contribui para o desenvolvimento empresarial das organizações no município de Anapurus-MA. A formalização contábil é entendida como a adoção de práticas contábeis estruturadas e regulamentadas, que permitem às empresas operarem de maneira transparente e eficiente. Essas práticas incluem a emissão de notas fiscais, a manutenção de registros financeiros precisos e a conformidade com as exigências fiscais e regulatórias. A formalização contábil não apenas facilita o cumprimento das obrigações legais, mas também melhora a gestão financeira e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e crescimento das empresas.

A construção do estado da arte envolveu uma análise detalhada de estudos realizados ao longo dos últimos quatro anos, entre 2019 e 2023, sobre a formalização de empresas e o uso da contabilidade gerencial. A pesquisa bibliográfica incluiu a revisão de livros, dissertações, teses e artigos científicos, utilizando palavras-chave como "Formalização de Empresas", "Contabilidade Gerencial" e "Empreendedorismo". Esses estudos foram fundamentais para compreender como a contabilidade pode ser utilizada para dar forma e legitimidade às novas organizações, modificar tarefas informais e competências profissionais, e proporcionar desafios e oportunidades para a evolução das entidades.

Durante a pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades e limitações na coleta de materiais relacionados ao tema. A principal dificuldade foi a escassez de estudos específicos sobre a formalização contábil em micro e pequenas empresas no contexto de municípios menores, como Anapurus-MA. Além disso, a resistência à mudança e a falta de conhecimento contábil entre os gestores e colaboradores das empresas também foram identificadas como barreiras significativas. Essas limitações destacam a necessidade de mais pesquisas e estudos focados em contextos específicos e em estratégias para superar essas barreiras.

O referencial teórico da pesquisa foi construído com base em autores renomados na área de contabilidade e gestão empresarial. Marion (2009) destaca que a contabilidade é um

instrumento essencial para a administração, auxiliando na coleta, mensuração e registro de dados econômicos, que são posteriormente sumarizados em relatórios para a tomada de decisões. Richardson (2008) complementa que estudos com metodologia qualitativa podem relatar a obscuridade de determinados problemas, analisando a interação de variáveis e compreendendo processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Esses conceitos foram fundamentais para a análise e interpretação dos dados coletados durante a pesquisa de campo.

Quanto as vantagens de formalização, o tipo societário será definido como sociedade simples, sociedade anônima ou sociedade limitada. Por segundo será definido o tipo de regime tributário que será executado e apurado os impostos e obrigações que a empresa deve realizar. Após essas definições, há outro benefício adquirido pela empresa que podemos destacar, que é o registro da mesma nos órgãos competentes em níveis, federais, estaduais e municipais. Essas informações obtêm-se através de uma assessoria gerencial por meio do contador.

A pesquisa realizada oferece uma contribuição significativa para estudos futuros ao fornecer uma base sólida sobre a importância da formalização contábil para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Os resultados destacam a necessidade de capacitação contínua de gestores e colaboradores na área contábil, a fim de melhorar a eficiência das práticas contábeis e fortalecer as empresas. Além disso, a pesquisa sugere que políticas públicas devem ser direcionadas para facilitar o acesso a informações e recursos necessários para a formalização e desenvolvimento das empresas. Estudos futuros podem explorar estratégias específicas para superar as barreiras identificadas e investigar o impacto de programas de capacitação e suporte técnico na formalização e crescimento das micro e pequenas empresas.

De acordo com as análises obtidas através da pesquisa, recebemos os resultados acerca das seguintes perguntas: diante da idade a faixa etária que se sobressai está entre 26 a 35 anos; quanto ao ramo da empresa, o comércio se destacou como principal; em relação ao tempo que a empresa atua, se mostra que elas existem entre 0 a 3 anos; no que se refere a quantidade de funcionários na empresa, destaca-se entre 2 a 3 funcionários; a respeito do responsável por gerenciar a empresa, evidencia o proprietário; sobre o grau de importância associado a contabilidade ao sucesso da empresa, é visto pelos proprietários e administradores em alto grau de importância; correlacionado ao aspecto mais importante para as empresas, considera-se a colaboração com o crescimento empresarial; e por fim, questionado sobre os fatores que impedem ou dificultam a utilização da contabilidade como suporte na gestão, comprova-se a falta de conhecimento sobre benefícios.

A contabilidade gerencial auxilia as organizações de diversas maneiras, tornando-se também uma ferramenta fundamental. Há semelhanças em alguns aspectos da auditoria que se relacionam com a contabilidade gerencial, ambas auxiliam para a tomada de decisões das empresas, verificam se as normas estão sendo exercidas da forma certa, ajudam na formalização e orientam também apontando falhas em áreas que estão em baixa, ganhando tempo para a resolução destes problemas.

Em conclusão, a formalização contábil é um elemento crucial para o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas. A adoção de práticas contábeis estruturadas e regulamentadas não só facilita o cumprimento das obrigações legais, mas também melhora a gestão financeira e a tomada de decisões estratégicas. A pesquisa realizada contribui para a compreensão das barreiras e desafios enfrentados pelas empresas na formalização contábil e oferece insights valiosos para a formulação de políticas públicas e programas de capacitação. A continuidade de estudos nessa área é essencial para promover um ambiente de negócios mais transparente, eficiente e sustentável, beneficiando tanto as empresas quanto a economia local e nacional.

Conclui-se que, a partir da verificação, por meio das pesquisas teóricas e de campo, na cidade de Anapurus – MA, que a contabilidade gerencial para as organizações, é considerada essencial, embora a falta de conhecimento sobre a existência dela, bem como as vantagens e desvantagens que ela pode proporcionar, gerem impacto direto sobre as empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Desenvolvimento Econômico e Formalização Empresarial**. Editora da Universidade de São Paulo. 2020.
- ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **O Desafio Brasileiro**. Editora da Universidade de São Paulo. 2000.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.
- COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Contabilidade**. Editora Saraiva. 2020.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. Editora Saraiva.2020.
Como usar a contabilidade a favor do sucesso do seu negócio. Disponível em:
<https://www.finbits.com.br/blog/post/como-usar-a-contabilidade-a-favor-do-sucesso-do-seu-negocio>. Acesso em 16 de outubro de 2024.

IUDÍCIBUS, Sérgio. Contabilidade Introdutória. São Paulo: Atlas.2016.

LIMA, E. F. **O papel estratégico da auditoria nas empresas em crescimento**. São Paulo: Atlas, 2019.

LÜDKE, Menga; André, Marli, E. D. A. **Pesquisa em Educação**. Editora Cortez.2013.

MARION, J. **Contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

NETO, Alexandre Assaf. **Estrutura e análise de balanços**: Um enfoque econômico financeiro. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Markin. **Como saber qual enquadramento tributário ideal para a minha empresa**. Disponível em: <https://bit.ly/3ZiV50L>. Acesso em 01 de dez. de 2024.

RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: a influência do acompanhamento familiar nos anos iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento integral do aluno do município de Chapadinha-MA

FAMILY-SCHOOL RELATIONSHIP: the influence of family support in the initial years of elementary school for the integral development of students in the municipality of Chapadinha-MA

Camila Cuimbra Ferreira¹

Fabiana Ferreira Silva²

Jessica Bruna Cuimbra Ferreira³

Orientadora: Prpf^a. Ma. Grazieli Brito da Silva⁴

RESUMO: A presente pesquisa, "relação família-escola: a influência do acompanhamento familiar nos anos iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento integral do aluno no município de Chapadinha-MA", teve como objetivo geral compreender a influência da família no desempenho escolar das crianças nos anos de iniciais do ensino fundamental. E estabeleceu-se como objetivos específicos: investigar os fatores que contribuem para a falta de acompanhamento familiar na escola; identificar estratégias e práticas que possam ser implementadas para aumentar o desenvolvimento dos pais na educação dos alunos; entender as consequências da ausência de apoio familiar, analisar o impacto da falta de acompanhamento para então no desenvolvimento escolar dos alunos. A questão norteadora do estudo foi: como a falta de acompanhamento dos pais na escola durante os anos iniciais afeta o desempenho escolar? Para fundamentação teórica busca-se apoio em autores como: Almeida (2019), Albuquerque (2022), Marconi (2017) entre outros. A metodologia da pesquisa, foi composta por análise documental, pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com a aplicação de questionários semiestruturados a pais e professores de duas escolas de ensino fundamental. Os resultados indicaram que o acompanhamento familiar tem uma influência positiva no desenvolvimento escolar das crianças. Foi constatado que a comunicação contínua e a parceria entre família e escola contribuem para o aumento da autoestima, da motivação e das habilidades sociais dos alunos. Conclui-se que a participação ativa dos pais é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos, sendo fundamental que a escola adote estratégias para fortalecer essa relação, garantindo uma educação de qualidade que promova o bem-estar e o sucesso acadêmico dos estudantes.

Palavras-chave: Relação família-escola, ensino e aprendizagem, acompanhamento familiar na escola.

¹Pedagoga pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: camilacuimbra@gmail.com

²Pedagoga pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: faby8284@gmail.com

³Pedagoga pela Faculdade do Baixo Parnaíba. E-mail: jessicabrunando@gmail.com

⁴Pedagoga pela Faculdade do Baixo Parnaíba e Agrônoma pela Universidade Federal do Maranhão, Mestra em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul. E-mail: grazibs96@gmail.com

ABSTRACT: The present research, "family-school relationship: the influence of family support in the early years of elementary school for the integral development of the student in the municipality of Chapadinha-MA", had the general objective of understanding the influence of the family on the school performance of children in the initial years of elementary school. And specific objectives were established: to investigate the factors that contribute to the lack of family support at school; identify strategies and practices that can be implemented to increase parental development in student education; understand the consequences of the lack of family support, analyze the impact of the lack of support on students' academic development. The guiding question of the study was: How does the lack of parental support at school during the early years affect school performance? For theoretical foundation, support is sought from authors such as: Almeida (2019), Albuquerque (2022), Marconi (2017) among others. The research methodology consisted of documentary analysis, bibliographical research and field research, with the application of semi-structured questionnaires to parents and teachers from two elementary schools. The results indicated that family support has a positive influence on children's academic development. It was found that continuous communication and partnership between family and school contribute to increasing students' self-esteem, motivation and social skills. It is concluded that the active participation of parents is essential for the integral development of students, and it is essential that the school adopts strategies to strengthen this relationship, ensuring quality education that promotes the well-being and academic success of students.

Keywords: Family-school relationship, teaching and learning, family support at school.

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada "Relação família-escola: o acompanhamento familiar nos anos iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento integral do aluno no município de Chapadinha-MA" tem como objetivo compreender como a participação familiar influencia o desempenho escolar nos anos iniciais. A justificativa do estudo baseia-se na importância de fortalecer a parceria entre família e escola como fator essencial para o desenvolvimento integral do estudante. Observações realizadas durante o estágio supervisionado revelaram que, apesar de amplamente reconhecida, a participação dos pais nem sempre ocorre de forma efetiva, revelando lacunas que comprometem o processo educativo.

Diante disso, a pesquisa busca responder à questão: “Como a falta de acompanhamento dos pais na escola durante os anos iniciais afeta o desempenho dos alunos?” Para isso, foram definidos objetivos específicos que envolvem a identificação de fatores que

dificultam o envolvimento familiar, a análise das consequências dessa ausência e a proposição de estratégias que promovam uma maior participação dos pais na vida escolar dos filhos.

A investigação parte de hipóteses como a baixa participação familiar no processo educativo, a fragilidade da escola em estimular esse vínculo e a constatação de que o envolvimento ativo dos pais está associado a melhores resultados acadêmicos. Metodologicamente, o estudo utilizou abordagens documental, bibliográfica e de campo, com aplicação de questionários a pais e professores, combinando dados qualitativos e quantitativos para melhor embasar a análise.

A relevância social da pesquisa está na contribuição para uma educação mais equitativa, especialmente em contextos socioeconômicos desfavoráveis, ao propor soluções práticas para superar barreiras ao envolvimento familiar. Espera-se, assim, que os resultados subsidiem a construção de práticas pedagógicas e políticas públicas que reforcem a parceria família-escola, promovendo um ambiente educacional mais inclusivo, colaborativo e propício ao desenvolvimento pleno dos alunos.

2 RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA

A família é a primeira instituição com a qual a criança tem contato e é responsável por oferecer o suporte inicial para que ela compreenda seu lugar no mundo, influenciando a formação de sua identidade e personalidade. De acordo com Sambrano (2010, p. 141), “a família determina as dimensões das práticas educativas direcionadas às crianças e, além disso, é o primeiro ambiente onde se desenvolve a personalidade e o contexto inicial de aprendizagem”.

A família, apesar das mudanças ao longo do tempo, provocadas pelas transformações sociais, continua sendo crucial para o desenvolvimento psicológico e social da criança. Sambrano (2010, p. 141) reafirma essa importância ao afirmar “que, mesmo com as transformações pelas quais as famílias passam, elas continuam sendo essenciais para o desenvolvimento humano e a construção da identidade pessoal e social”.

Independentemente da configuração familiar, o primeiro contato da criança com o mundo se dá no ambiente familiar, que, apesar das influências de outros espaços socializadores, exerce um papel central. A partir do século XVII, com a escolarização formal, os professores passaram a valorizar o acompanhamento dos pais na educação dos filhos. Inicialmente, as instituições de atendimento infantil no Brasil tinham um caráter assistencialista, focadas em crianças cujas mães precisavam trabalhar, como enfatiza Valle (2010, p. 25), ao discutir que “o

desenvolvimento da educação infantil no Brasil foi marcado pela concepção de creches e jardins de infância voltados mais para o assistencialismo do que para a educação". Durante o século XIX, com o avanço do capitalismo, as instituições começaram a suprir a necessidade das mães da classe trabalhadora, que precisavam de um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Essas instituições, muitas vezes ligadas a entidades religiosas, tinham como principal objetivo cuidar das crianças de famílias trabalhadoras, ressaltando a importância da colaboração entre a família e as instituições educativas. A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) asseguram o direito das crianças a um ambiente de qualidade, reforçando a necessidade de diálogo entre família e escola. A escola desempenha um papel fundamental na transmissão de valores morais e sociais, complementando as responsabilidades da família. Como observam da Rosa, Magalhães e Silveira (2024, p. 61), "a relação entre família e escola é essencial para o desenvolvimento integral das crianças", destacando que ambas as instituições compartilham a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, moral e social dos alunos.

A partir das relações estabelecidas no ambiente escolar e familiar, o aluno desenvolve suas próprias representações sobre o mundo, conectando o conhecimento adquirido na escola às experiências vividas na sociedade. Prioste (2020, p. 21) afirma que esses espaços, "[...] por serem frequentemente únicos, nos quais a vida cotidiana infantil acontece", são essenciais para o desenvolvimento integral da criança. Isso reforça a importância da colaboração entre escola e família no processo formativo.

Trabalhos relacionados à família e suas relações com a escola têm sido realizados por pesquisadores de diversas áreas, como psicologia e demografia, e têm sido publicados em revistas desses campos de conhecimento. Embora essa abordagem enriqueça a reflexão, permitindo o diálogo interdisciplinar e a incorporação de fontes teóricas e metodológicas de áreas distintas, ela também cria dificuldades para a realização de um levantamento. Os estudos sobre a família e a escola não são recentes. A busca por essa articulação esteve presente em obras de diferentes campos do saber, mas, até então, essa relação era tratada como mais uma dimensão da escolarização ou da vida doméstica, sendo analisada de forma genérica (Romanelli; Nogueira; Zago, 2013).

Nem a família nem a escola podem ser consideradas entidades homogêneas; ambas são diversificadas, tanto entre si quanto internamente. "São grupos nos quais há intensa convivência social, com formas específicas de sociabilidade. Simultaneamente, ambas são instituições, estruturadas por normas que definem direitos, obrigações e limites, tanto entre seus

membros quanto entre estes e os não membros” (Therborn, 2006, p. 12). Essa reflexão reforça a importância do diálogo contínuo e colaborativo entre pais e professores. Ao reconhecer as especificidades e os limites de cada instituição, o intercâmbio constante de informações e expectativas pode criar um ambiente mais coeso e favorável ao desenvolvimento dos alunos. Quando família e escola mantêm uma comunicação aberta e construtiva, os benefícios se estendem à aprendizagem e ao bem-estar dos estudantes, pois ambos os lados colaboram para atender melhor às necessidades individuais, fortalecendo a relação de confiança e corresponsabilidade na educação.

Essa generalidade da instituição familiar não obscurece o fato de que ela assume diferentes formas, dependendo de seu contexto social e dos estilos de vida culturais dos seus integrantes (Bourdieu, 1983). Mesmo em sua dimensão mais geral, a família é uma entidade onde ocorre a vida privada, composta por indivíduos com características singulares, e a sociabilidade é regida por normas informais (Romanelli; Nogueira; Zago, 2013). Essa pluralidade destaca ainda mais a importância do diálogo contínuo e colaborativo entre pais e professores, pois, ao reconhecer as particularidades de cada família, a escola pode adotar abordagens mais personalizadas no processo educacional. Um relacionamento sólido entre essas duas instituições permite que os professores compreendam melhor o contexto social e cultural dos alunos, facilitando uma comunicação mais eficaz e estratégias pedagógicas que valorizem as diferenças individuais.

Segundo Romanelli, Nogueira e Zago (2013), existe a complexidade da vida doméstica, onde convivem afetividade, solidariedade e, por vezes, tensões. Essa dualidade indica que as famílias são espaços de intensa dinâmica emocional, que podem ser tanto criativos quanto desafiadores. Além disso, o reconhecimento de que as famílias não são imunes a determinações macroestruturais, como as influências econômicas e políticas, reforça a necessidade de um diálogo contínuo e colaborativo entre pais e professores. Ao fomentar um relacionamento próximo e aberto, a escola e a família podem trabalhar juntas para criar um ambiente que respeite a diversidade de experiências e promova o desenvolvimento integral dos alunos, reconhecendo as complexidades que permeiam a vida doméstica.

Como lembra Montandon (2005), como delimitar o impacto de cada uma das partes nesse processo? Na trilha aberta por essa autora, deve-se considerar o modo como ocorrem as relações entre família e escola. Essas relações não seguem uma única direção, seja da família em relação à escola, seja no sentido inverso. Esse entendimento é fundamental para reconhecer os benefícios do diálogo contínuo e colaborativo entre pais e professores. Quando há uma comunicação aberta, ambos os lados se tornam agentes ativos no processo educativo,

permitindo que os educadores compreendam melhor as necessidades e expectativas das famílias, enquanto os pais têm a oportunidade de entender as práticas pedagógicas e o ambiente escolar.

Por outro lado, as inter-relações entre família e escola são mútuas e se realimentam constantemente, podendo, em alguns casos, formar um círculo vicioso. No plano empírico, documentado e discutido em pesquisas, registram-se queixas sobre a ineficácia e a inoperância de ambas as instâncias. Contudo, isso não significa que esses estudos endossem tais posturas. De um lado, os pais, ou a família, expressam queixas contra a escola e os professores, que são frequentemente avaliados como despreparados e omissos diante dos alunos e de seus responsáveis. De outro lado, professores e outros agentes escolares argumentam que os pais não se interessam pelos estudos dos filhos, não comparecem a reuniões e frequentemente lançam uma condenação, afirmando muitas vezes de forma categórica que o mau desempenho dos alunos se deve à negligência familiar, especialmente quando estes pertencem a famílias das camadas populares (Romanelli; Nogueira; Zago, 2013).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia de pesquisa é essencial em qualquer estudo acadêmico, pois orienta todas as etapas da investigação por meio de técnicas e procedimentos sistemáticos. Conforme Marconi e Lakatos (2017), ela representa o caminho do pensamento e da prática na abordagem da realidade, sendo fundamental para transformar hipóteses em conclusões válidas.

Neste estudo, a metodologia permitiu delinear a investigação sobre a influência do acompanhamento familiar no desempenho escolar de alunos dos anos iniciais. O processo envolveu análise documental, pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e aplicação de questionários, etapas que proporcionaram uma compreensão ampla da relação entre escola e família.

A análise documental, baseada nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas envolvidas, revelou informações importantes sobre a estrutura pedagógica, os objetivos educacionais e a relação das instituições com suas comunidades. Já a pesquisa bibliográfica, fundamentada em livros e artigos, ofereceu o suporte teórico necessário, contribuindo para a formulação das hipóteses e para o diálogo com o conhecimento científico existente sobre o tema.

A pesquisa de campo, realizada em duas escolas de Chapadinha-MA, envolveu a coleta de dados com pais e professores, permitindo observar de forma concreta o

acompanhamento familiar no processo educacional. Essa etapa foi enriquecida com a utilização de questionários semiestruturados, que captaram tanto dados objetivos quanto percepções subjetivas dos participantes, ampliando a compreensão sobre as práticas familiares.

A definição do universo e da amostra também foi criteriosa. O universo abrangeu os pais dos alunos das turmas selecionadas, e a amostra foi composta por participantes escolhidos aleatoriamente, respeitando critérios que garantissem representatividade. Essa amostra permitiu comparar o nível de acompanhamento familiar com os resultados do IDEB das escolas analisadas, revelando correlações relevantes entre participação dos pais e desempenho escolar.

Em suma, a metodologia adotada neste estudo foi fundamental para a construção de uma investigação sólida, crítica e estruturada. Cada etapa contribuiu para aprofundar o entendimento sobre como o envolvimento da família impacta o desenvolvimento educacional dos alunos nos anos iniciais, evidenciando a importância da parceria entre escola e comunidade no processo de aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Questionário aplicado aos pais

Para a presente pesquisa, foram aplicados questionários aos pais e professores de duas escolas do ensino fundamental, a fim de avaliar como o acompanhamento familiar ocorre em cada uma dessas instituições e quais são as práticas adotadas pelas famílias para apoiar o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos estudantes nos anos iniciais.

Na primeira pergunta direcionada aos pais, foi questionado qual a importância que atribuem à relação entre família e escola no desenvolvimento acadêmico e social de seus filhos(as). As respostas obtidas foram:

Responsável A - *É muito importante para criança se desenvolver melhor.*

Responsável B - *NÃO RESPONDEU.*

Responsável C - *É o desenvolvimento da criança e o processo de aprendizagem seja aplicado.*

Responsável D - *Participação de reuniões escolares ajudar nas tarefas de casa, acompanhamento e comportamento e o desenvolvimento da criança e mantendo uma boa comunicação com os professores e a escola.*

Responsável E - *Os professores sempre informam nos pais a tudo o que acontece e o que irá acontecer na escola.*

Ao analisar as respostas dos responsáveis à primeira pergunta do questionário, é possível perceber que muitos pais reconhecem o valor da parceria entre família e escola para o

desenvolvimento acadêmico e social de seus filhos. A maioria dos responsáveis destaca que o acompanhamento próximo e a boa comunicação com a escola são essenciais para que as crianças se desenvolvam melhor. Observa-se também que alguns pais estão mais conscientes das formas específicas de participação, como a presença em reuniões e o apoio nas tarefas escolares, enquanto outros se referem de maneira mais geral ao papel positivo dessa relação.

Chraim (2009) ressalta que o fator central para o desenvolvimento das crianças não é o tipo ou o tamanho da família, mas sim a qualidade dos laços afetivos e o compromisso com o desenvolvimento emocional dos filhos. Essa ideia reforça que, mais do que qualquer estrutura familiar específica, é o apoio contínuo e a presença significativa dos adultos que realmente impactam a formação da identidade e a segurança emocional das crianças. Além disso, a autora sublinha a importância do acompanhamento atento nos primeiros anos de vida, pois é nesse período que os adultos desempenham um papel essencial em orientar e fortalecer o bem-estar emocional dos filhos, criando uma base sólida para seu futuro.

As respostas dos pais na pesquisa refletem uma percepção semelhante à observada no estudo de Rosa, Magalhães e Silveira (2024), que destaca a importância do envolvimento família-escola para o desempenho dos alunos. Enquanto alguns pais enfatizam a importância de comparecer às reuniões e manter a comunicação com a escola, outros se concentram no apoio às tarefas de casa e no acompanhamento da vida escolar. Esses aspectos, conforme o estudo, são fundamentais para a supervisão e o suporte ao aprendizado. O estudo também identifica que os professores veem essa parceria de forma muito positiva e compreendem seu papel fundamental nesse processo. Esse entendimento reforça o impacto que a colaboração entre pais e professores pode ter no desempenho acadêmico, tornando a relação mais efetiva e orientada para o sucesso dos estudantes, algo que os pais da pesquisa também parecem valorizar, embora de maneiras diversas.

Na segunda pergunta direcionada aos pais, foi questionado como perceberam a influência da relação família-escola no bem-estar emocional de seus filhos(as) e se havia algum relato específico que gostariam de compartilhar. As respostas foram as seguintes:

Responsável A - *É bom para ele que a família esteja sempre presente. Não.*

Responsável B - *Não.*

Responsável C - *Mais dialogo, encontros.*

Responsável D - *A relação entre família e escola é muito importante o bem-estar emocional do meu filho. Com o apoio de ambos, ele se sente mais confiante e motivado. Quando teve dificuldades, a ajuda conjunta melhorou seu desempenho e autoestima.*

Responsável E - *O acompanhamento dela é normal, e ela tem amigos (a) que sempre ajudam ela, ela é uma menina muito alegre.*

Ao observar as respostas dos pais à segunda pergunta, fica claro que muitos percebem a importância do envolvimento familiar no bem-estar emocional dos filhos. A presença e o apoio da família e da escola trazem benefícios, como o aumento da confiança e da motivação, como apontado pelo responsável D. Esse relato mostra que, quando pais e escola trabalham juntos, a criança se sente mais segura e motivada a enfrentar desafios, fortalecendo tanto o aprendizado quanto a autoestima. Outros responsáveis mencionam a importância de manter diálogos e encontros, indicando que a comunicação contínua é vista como uma forma eficaz de promover o bem-estar emocional dos filhos.

Therborn (2006) aponta que nem a família nem a escola são entidades homogêneas; ambas representam grupos diversos, com dinâmicas de convivência e normas próprias que estabelecem direitos e deveres. Essa visão ajuda a entender as respostas dos pais sobre o impacto da relação família-escola no bem-estar emocional dos filhos. Cada família possui suas particularidades na forma de se envolver com a escola e no modo como percebem seu papel nesse apoio emocional. Assim, enquanto alguns pais destacam a presença familiar e o apoio conjunto com a escola como fatores que fortalecem a confiança e motivação da criança, outros reconhecem que o diálogo e os encontros são essenciais para promover o bem-estar.

As respostas dos pais sobre a influência da relação família-escola no bem-estar emocional de seus filhos estão em consonância com os achados de Colli e Luna (2019), que destacam o papel das práticas de integração na melhora do desempenho acadêmico. Assim como o estudo revela que atividades como reuniões de pais e o acompanhamento das tarefas influenciam positivamente as notas dos alunos, as respostas mostram que a colaboração entre família e escola também reflete no bem-estar emocional e na motivação das crianças aspectos fundamentais para o aprendizado. A confiança e autoestima mencionadas por alguns responsáveis indicam que, quando os pais se mantêm presentes e envolvidos na vida escolar, a criança se sente mais segura e apoiada.

Na pergunta de número 3, aplicada aos pais, foi questionado se já ouviram seu filho(a) comentar sobre a falta de interação entre a escola e a família e como isso afeta a experiência escolar dele(a). As respostas foram as seguintes:

Responsável A - Não. Mas acho que sim.

Responsável B - Meu filho não falou nada não. Sim afetaria.

Responsável C - Afeta sim pois tem que ter diálogo entre escola e família.

Responsável D - Meu filho nunca falou sobre falta de comunicação entre a escola e a família, mas se isso acontecesse, poderia afetar sua motivação e aprendizagem.

Responsável E - Não. A escola sempre há ajuda em tudo o que ela precisa.

Ao analisar as respostas dos pais, fica evidente que, embora a maioria das crianças não comente diretamente sobre uma possível falta de interação entre escola e família, os responsáveis entendem que essa comunicação é essencial. Muitos acreditam que a ausência de diálogo poderia afetar a motivação e a aprendizagem dos filhos, o que indica uma percepção compartilhada sobre a importância dessa parceria. Isso demonstra que, mesmo que nem todos os pais percebam sinais explícitos dessa necessidade nas falas dos filhos, eles valorizam a comunicação contínua como um fator positivo para a experiência escolar.

Conforme Carvalho e Santos (2020), a comunicação entre pais e educadores é fundamental para criar um ambiente escolar acolhedor que favoreça o desenvolvimento social e emocional das crianças. Esse ponto se reflete nas respostas dos pais, que, mesmo quando não percebem comentários diretos dos filhos sobre a falta de interação entre escola e família, compreendem que essa comunicação tem um impacto importante na experiência escolar. Alguns pais acreditam que a ausência de diálogo poderia afetar a motivação e o aprendizado dos filhos, o que corrobora a visão dos autores sobre o papel da escola em promover um espaço seguro e colaborativo.

As respostas dos pais sobre a percepção de seus filhos quanto à falta de interação entre escola e família estão alinhadas com o estudo de Santos (2020), que ressalta a importância do envolvimento familiar para o sucesso escolar. Embora a maioria dos pais não tenha observado comentários diretos dos filhos sobre essa questão, muitos reconhecem que uma comunicação próxima entre escola e família é essencial para manter a motivação e o rendimento dos alunos. Assim como Santos (2020) aponta que a participação dos pais, seja em reuniões ou eventos, cria um ambiente favorável ao aprendizado, os pais da pesquisa parecem entender que essa interação impacta positivamente a experiência escolar.

Na pergunta seguinte, os pais foram questionados sobre a forma como os professores têm promovido um diálogo aberto com eles sobre o progresso e as dificuldades de seus filhos(as) e se essa comunicação tem sido eficaz. As respostas foram as seguintes:

Responsável A - Pelo o celular é reunião. Bastante.

Responsável B - Chamando na escola pra conversar. Sim

Responsável C - Não tem um diálogo até agora.

Responsável D - Os professores mantêm um diálogo aberto por meio de reuniões, informando sobre o processo e as dificuldades do meu filho.

Responsável E - Todos os professores conversam comigo em relação ao seu desempenho, e não têm sido, eficaz.

As respostas dos pais à pergunta sobre o diálogo promovido pelos professores revelam uma diversidade de experiências na comunicação entre escola e família. Enquanto

alguns pais, como o responsável A e o responsável D, destacam a eficácia das reuniões e das conversas por celular para manter um diálogo aberto sobre o progresso e as dificuldades dos filhos, outros, como o responsável C, sentem a falta dessa interação. A resposta do Responsável E também é interessante, pois, embora reconheça os esforços dos professores em tentar se comunicar, considera essa comunicação ineficaz. Isso sugere que, embora haja tentativas de promover o diálogo, a qualidade e a consistência dessa comunicação ainda podem ser aprimoradas, destacando a necessidade de um envolvimento mais ativo e eficaz dos educadores no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos.

As respostas dos pais sobre a comunicação dos professores em relação ao progresso e dificuldades dos alunos estão em consonância com as conclusões de Souza e Almeida (2020), que enfatizam a importância da parceria entre escola e família para o desenvolvimento integral das crianças. Enquanto alguns pais relatam experiências positivas e um diálogo aberto com os educadores, outros expressam a falta de comunicação eficaz, o que pode comprometer a motivação e o bem-estar emocional dos filhos. A pesquisa dos autores reforça que, quando as famílias se sentem envolvidas e informadas sobre o processo educativo, há um impacto significativo no desempenho das crianças.

Na pergunta número cinco, os pais foram questionados sobre como avaliam a atuação da gestão escolar em promover a participação das famílias na vida escolar e quais iniciativas acham que poderiam ser implementadas. As respostas foram as seguintes:

Responsável A - Boa.

Responsável B - Eu acho muito bom.

Responsável C - Tem que ser implantados.

Responsável D - A gestão escolar promover a participação das famílias, mas pode melhorar com reuniões frequentes, eventos para os pais para facilitar a comunicação.

Responsável E - A gestão escolar está fazendo um ótimo trabalho, só deveriam estar mais atentos em relação aos alunos, porque as vezes as crianças brigam na sala de aula.

As respostas dos pais à pergunta sobre a atuação da gestão escolar em promover a participação familiar revelam uma visão positiva, mas também indicam áreas para melhoria. Enquanto alguns pais, como o responsável A e o responsável B, elogiam a gestão e consideram suas ações eficazes, outros, como o responsável D, sugerem a necessidade de aumentar a frequência das reuniões e criar eventos para facilitar a comunicação entre a escola e as famílias. Essa diversidade de opiniões mostra que, embora haja um reconhecimento das iniciativas já implementadas, muitos pais ainda desejam um maior envolvimento e uma comunicação mais robusta. Além disso, a preocupação levantada pelo responsável E em relação ao comportamento

dos alunos indica que, além da participação familiar, é fundamental que a gestão escolar também esteja atenta ao ambiente dentro da sala de aula, promovendo um clima escolar saudável e seguro para todos os alunos.

As respostas dos pais sobre a atuação da gestão escolar em promover a participação das famílias ressaltam a importância de uma comunicação eficaz, conforme destacado por Chraim (2009). Embora muitos pais tenham uma percepção positiva sobre as iniciativas da gestão, como o responsável D, que sugere a realização de reuniões frequentes e eventos, isso reforça a ideia de que a comunicação é uma ferramenta crucial para estabelecer diálogos construtivos entre família e escola. Chraim enfatiza que esse processo de escuta e fala são essenciais para resolver problemas e promover o crescimento mútuo. Assim, a implementação de mais oportunidades de interação, como sugerido pelos pais, não apenas fortaleceria a colaboração entre a gestão escolar e as famílias, mas também contribuiria para um ambiente educacional mais harmonioso e eficaz.

Essas respostas dos pais sobre a avaliação da atuação da gestão escolar em promover a participação familiar refletem questões centrais abordadas por Coutinho, Cunha e Alcântara (2021) em sua pesquisa. Os pais reconhecem as ações da gestão, mas também apontam áreas para melhoria, como a necessidade de reuniões mais frequentes e eventos que incentivem a comunicação. Esse cenário se alinha com a ideia de que uma comunicação clara e estratégias proativas são fundamentais para construir parcerias efetivas entre a escola e as famílias. A pesquisa ressalta que a resistência de alguns pais e a falta de clareza nas políticas de comunicação podem ser barreiras a serem superadas, e as sugestões dos pais de aumentar a interação e a atenção aos alunos são passos importantes nessa direção.

No questionamento número 6, foi perguntado aos pais se já receberam feedback do seu filho(a) sobre como os professores lidam com a comunicação e o envolvimento dos pais, e como essa percepção influencia sua relação com a escola. As respostas foram as seguintes:

Responsável A - NÃO RESPONDEU.

Responsável B - NÃO RESPONDEU.

Responsável C - Não temos essas redes sociais.

Responsável D - Sim, meu filho elogiou a comunicação dos professores e o desenvolvimento dos pais, o que motiva a participação mais nas atividades da escola.

Responsável E - Não! Acho que deveriam nos informar mais sobre o comportamento dos alunos.

Enquanto alguns pais não responderam ou mencionaram a falta de redes sociais para esse tipo de interação, outros destacaram a importância da comunicação efetiva. O responsável D, por exemplo, elogiou a forma como os professores se comunicam e reconheceu

que isso motiva sua participação nas atividades escolares, o que é um ponto positivo que indica como um bom relacionamento entre professores e famílias pode impactar o engajamento familiar. Por outro lado, a insatisfação expressa pelo responsável E evidencia a necessidade de um canal de comunicação mais robusto, para que os pais sejam informados sobre o comportamento dos alunos, refletindo que, mesmo em um ambiente com boa comunicação, sempre há espaço para melhorias.

O retorno dos filhos em relação à comunicação dos professores e ao envolvimento familiar reflete a complexidade da interação escola-família na era digital. A ausência de respostas de alguns responsáveis, como observado nas respostas A e B, e a menção à falta de redes sociais, como no caso do responsável C, evidenciam como a tecnologia pode impactar a comunicação e o envolvimento familiar. Como destaca Chraim (2009), a interação deve ir além da virtualidade, permitindo que as famílias se apropriem das experiências educativas por meio de um diálogo efetivo, que respeite os estágios de desenvolvimento dos alunos e crie um ambiente de aprendizado mais inclusivo e participativo.

O parecer dos filhos em relação à comunicação dos professores e ao envolvimento familiar está em sintonia com os desafios abordados por Castro e Machado (2022) sobre a relação família-escola nas redes sociais. A falta de respostas de alguns responsáveis e a preocupação do responsável E sobre a comunicação insuficiente evidenciam a fragilidade da interação entre pais e escola, o que pode refletir um sentimento de desvalorização e desconexão em relação ao papel dos educadores, similar ao que os professores expressam nas redes sociais. A pesquisa de Castro e Machado destaca como as representações sociais dos professores, moldadas por interações sociais, revelam conflitos na relação com as famílias, enfatizando que esses desafios não recaem apenas sobre os docentes, mas envolvem um contexto mais amplo que impacta a eficácia da comunicação.

Na pergunta de número 7, foi questionado aos pais quais dificuldades enfrentaram para se envolver nas atividades escolares do seu filho(a) e foi pedido que comentassem. As respostas obtidas foram:

Responsável A - Não participa de todos, mas faça o impossível para esta algumas.

Responsável B - NÃO RESPONDEU.

Responsável C - Não tenho nenhuma.

Responsável D - Uma dificuldade que enfrentamos é que os responsáveis não sabem ler e nem escrever, o que dificulta a compreensão nas atividades.

Responsável E - Não há nenhuma dificuldade.

De acordo com as respostas dos pais, podemos observar que, enquanto alguns, como o responsável A, tentam participar ao máximo, outros, como o responsável D, apontam

um desafio importante: a falta de habilidades de leitura e escrita, o que pode dificultar a compreensão das atividades. Já os responsáveis C e E afirmam não ter dificuldades, o que sugere que, para algumas famílias, o envolvimento escolar é mais fácil. Essas respostas revelam que, apesar das boas intenções, existem barreiras que podem impedir a participação efetiva de todos os pais nas atividades escolares.

As dificuldades enfrentadas pelos pais para se envolver nas atividades escolares de seus filhos refletem a necessidade de uma comunicação contínua e transparente entre a escola e a família, como destacam Lima e Oliveira (2022). A dificuldade mencionada pelo responsável D, que aponta a falta de habilidades de leitura e escrita como um obstáculo, evidencia que a escola precisa adaptar sua comunicação para garantir que todos os responsáveis compreendam as atividades e possam participar efetivamente. Assim, fortalecer essa parceria por meio de uma comunicação acessível pode facilitar o envolvimento dos pais, contribuindo para o desenvolvimento pleno das crianças.

Essas respostas dos pais sobre as dificuldades para se envolver nas atividades escolares estão alinhadas com a pesquisa de Silva e Santos (2021), que ressalta a importância do engajamento familiar para o sucesso acadêmico. Enquanto alguns pais expressam a vontade de participar, mas enfrentam obstáculos, como a falta de habilidades de leitura e escrita, isso demonstra que o envolvimento ativo na educação das crianças é essencial para criar um ambiente propício ao aprendizado. A pesquisa enfatiza que políticas que incentivem essa participação são necessárias para superar tais dificuldades e promover o desenvolvimento acadêmico das crianças.

No questionamento de número 8, foi perguntado aos pais como percebem a receptividade dos professores e gestores em relação às preocupações e sugestões da família e se isso tem impactado a relação deles com a escola. As respostas foram:

Responsável A - *Elas estão muito atentas a isso. Não.*

Responsável B - *NÃO RESPONDEU.*

Responsável C - *Mais ou menos.*

Responsável D - *Os professores e a gestão escolar são receptivos às novas preocupações e sugestões, o que fortalece nossa relação com a escola.*

Responsável E - *Em relação a isso, as crianças brigam em sala de aula e os professores não fazem nada em relação a isto.*

Alguns pais percebem que os educadores estão atentos e abertos às preocupações e sugestões, o que fortalece a relação com a escola. No entanto, há também aqueles que sentem que a comunicação não está tão boa, especialmente em relação ao comportamento das crianças na sala de aula. Isso indica que a forma como os professores lidam com as preocupações das

famílias é fundamental. Quando os educadores são receptivos, isso pode melhorar a relação entre pais e escola, mas falhas na comunicação podem gerar descontentamento.

Como afirma Silva (2021), a interação entre família e escola é um pilar fundamental para o aprendizado e desenvolvimentos das crianças, destacando a importância de um diálogo eficaz e respeitoso. A percepção dos pais sobre a receptividade dos professores e gestores revela que essa interação é crucial para o fortalecimento da relação entre família e escola. Quando os educadores estão abertos a ouvir as preocupações e sugestões dos pais, isso não apenas melhora a comunicação, mas também contribui para o desenvolvimento acadêmico das crianças. No entanto, se as famílias sentem que suas preocupações não são devidamente atendidas, como mencionado por alguns pais em relação ao comportamento dos alunos, isso pode afetar negativamente a confiança e o engajamento.

Antunes e Ciríaco (2021) ressaltam que a colaboração constante e aberta entre pais e educadores é essencial para fortalecer essa relação e, assim, promover um aprendizado mais eficaz e enriquecedor para os alunos. As percepções dos pais sobre a receptividade dos professores e gestores destacam a importância da colaboração entre família e escola no processo de ensino-aprendizagem. Quando os educadores estão abertos a ouvir as preocupações e sugestões, cria-se um ambiente onde as crianças se sentem apoiadas, o que pode resultar em melhor desempenho acadêmico e comportamental.

No questionamento de número 9, foi perguntado se os pais acreditam que a falta de uma boa relação entre a família e a escola pode afetar o desempenho acadêmico de seus filhos. As respostas foram:

Responsável A - Pode. Porque os pais devem estar sempre atentos à escola onde seu filho estudar.

Responsável B - Sim.

Responsável C - Sim.

Responsável D - Pode prejudicar o desempenho do meu filho, pois sem apoio e comunicação, ele pode se desmotivar e enfrentar dificuldades.

Responsável E - Sim, pois a escola e a família são, os elementos principais na da criança e na educação.

Os pais expressaram claramente que acreditam que a falta de uma boa relação entre a família e a escola pode impactar negativamente o desempenho acadêmico de seus filhos. Eles ressaltam que a atenção e a participação dos pais na vida escolar são fundamentais para o sucesso das crianças. Por exemplo, o Responsável A destacou que os pais devem estar sempre atentos à escola onde seus filhos estudam, enquanto o Responsável D enfatizou que, sem apoio e comunicação, a criança pode se sentir desmotivada e enfrentar dificuldades. Essas respostas

refletem a percepção de que uma conexão sólida entre a família e a escola é essencial para criar um ambiente que favoreça o aprendizado.

De acordo com Silva e Santos (2021), a presença e o engajamento dos familiares na educação são fatores decisivos para o sucesso acadêmico das crianças. O que os pais relataram corrobora essa ideia, pois a falta de comunicação e apoio pode levar à desmotivação e dificuldades no aprendizado. Quando as famílias participam ativamente da vida escolar, elas criam um ambiente que favorece o desenvolvimento acadêmico, mostrando que essa parceria é vital para que os alunos alcancem seu potencial.

Além disso, Lima e Oliveira (2022) reforçam que a parceria entre a escola e a família deve ser fortalecida por meio de uma comunicação contínua e transparente. As respostas dos pais demonstram que, quando essa comunicação não ocorre, pode haver um impacto negativo no desempenho escolar das crianças. Assim, é fundamental que tanto as escolas quanto as famílias trabalhem juntas, estabelecendo um diálogo aberto, para que as crianças tenham o suporte necessário em todas as etapas de seu desenvolvimento educacional.

Na última pergunta feita aos pais, de número 10, foi questionado que tipo de apoio ou recursos a escola poderia oferecer para fortalecer a parceria entre a família e a instituição. As respostas foram:

Responsável A - NÃO RESPONDEU.

Responsável B - NÃO RESPONDEU.

Responsável C - Fazer encontros entre a família e professores em cada sala.

Responsável D - Reuniões regulares, comunicação clara, atividades em conjunto e matérias de apoio.

Responsável E - Em minha opinião a escola está com bons recursos, não precisa mudar com nada.

Os pais ofereceram sugestões variadas sobre como a escola pode fortalecer a parceria entre a família e a instituição. Enquanto alguns pais não deram respostas, outros destacaram a importância de reuniões regulares e de uma comunicação clara entre a escola e a família, como mencionou o responsável D. Além disso, o responsável C sugeriu a realização de encontros entre famílias e professores em cada sala, o que poderia facilitar a construção de uma relação mais próxima e colaborativa. Por outro lado, o responsável E expressou confiança nos recursos atuais da escola, indicando que não vê a necessidade de mudanças, o que mostra que a percepção dos pais pode variar consideravelmente.

Nesse contexto, Chraim (2009) argumenta que a comunicação é uma ferramenta crucial no processo educacional, permitindo que pais e professores estabeleçam diálogos construtivos. A proposta de realizar reuniões e encontros entre as famílias e os educadores,

citada pelos responsáveis C e D, está alinhada com a ideia de que uma comunicação clara e aberta é fundamental para resolver problemas e promover um ambiente escolar saudável. Portanto, ao implementar essas iniciativas, a escola não apenas fortalece sua relação com as famílias, mas também cria um espaço mais propício para o aprendizado dos alunos.

Dessa forma, Montandon (2005) destaca que a interação entre família e escola é essencial para a educação integral da criança. A busca por atividades conjuntas e a comunicação regular sugeridas pelos pais estão em consonância com a visão de que essas relações devem ser ativamente cultivadas. O envolvimento das famílias em atividades escolares e a clareza na comunicação contribuem para um ambiente educativo mais harmonioso e colaborativo, onde todos se sentem parte do processo de aprendizado e desenvolvimento das crianças.

4.2 Questionário aplicado aos professores

Foram aplicados questionários também aos professores, com o intuito de entender melhor o acompanhamento familiar dos pais na escola. Na primeira pergunta, foi questionado, na opinião deles, qual a importância do envolvimento dos pais ou responsáveis no desempenho escolar dos alunos. As respostas dos três participantes foram:

Professor A - A participação dos pais ou responsáveis é de extrema importância no desenvolvimento escolar do aluno. Ajudo a criar uma personalidade de boas condutas ao aluno durante seu crescimento.

Professor B - A parceria entre família e educação escolar cria uma base sólida para o desenvolvimento, ajudando a criança a prosperar nos estudos e na vida.

Professor C - O envolvimento dos pais, desempenho, um papel fundamental no desempenho escolar dos alunos, aumentando sua motivação, melhorando o comportamento e, em último eleva a melhoria das notas.

As respostas dos professores evidenciam a significativa importância do envolvimento dos pais no desempenho escolar dos alunos. O professor A ressalta que a participação dos responsáveis é fundamental para ajudar a formar a personalidade e a conduta dos estudantes, o que é essencial durante o seu crescimento. O professor B também destaca que a parceria entre família e escola cria uma base sólida que auxilia as crianças a prosperarem tanto nos estudos quanto na vida. Já o professor C enfatiza que o envolvimento dos pais impacta diretamente o desempenho escolar, aumentando a motivação, melhorando o comportamento e, conseqüentemente, elevando as notas dos alunos. Essas observações sublinham a relevância do apoio familiar para o desenvolvimento educacional.

A visão expressa pelos professores encontra respaldo nas ideias de Silva e Santos (2021), que destacam a importância da participação familiar para o sucesso escolar. Eles

argumentam que o engajamento dos familiares no acompanhamento das atividades escolares e na vida educacional dos filhos é crucial para a formação de um ambiente propício ao aprendizado. Assim, a afirmação dos professores de que a presença dos pais é vital para o desenvolvimento acadêmico está alinhada com a pesquisa que indica que a falta de envolvimento familiar pode impactar negativamente o desempenho dos alunos.

Dessa forma, as ideias de Montandon (2005) complementam essa discussão ao abordar a necessidade de construir uma relação efetiva entre família e escola. Montandon enfatiza que a comunicação e a colaboração entre os dois ambientes são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Assim, as respostas dos professores refletem a consciência de que, para que o aluno tenha um desempenho satisfatório, é essencial que haja uma sinergia entre as expectativas da escola e o apoio da família, evidenciando a importância de fortalecer esses laços na busca por um melhor aprendizado.

Na pergunta de número 2, foi questionado com que frequência os pais ou responsáveis dos seus alunos participam de reuniões escolares. As respostas foram:

Professor A - *A maioria participa, mas poucos estão realmente ali pra ajudar o professor no desenvolvimento de seu filho. Talvez pela falta de tempo ou mesmo pelo conforto. Poucos pais se preocupam com o comportamento e desenvolvimento escolar de seu filho.*

Professor B - *Não sei responder, pois comecei a trabalhar nessa escola no mês anterior, mas procuro interagir com os responsáveis no zap (ZAP).*

Professor C - *O envolvimento dos pais, desempenho, um papel fundamental no desempenho escolar dos alunos, aumentando sua motivação, melhorando o comportamento e, em último eleva a melhoria das notas.*

As respostas dos professores evidenciam a significativa importância do envolvimento dos pais no desempenho escolar dos alunos. O professor A ressalta que a participação dos responsáveis é fundamental para ajudar a formar a personalidade e a conduta dos estudantes, o que é essencial durante seu crescimento. O professor B também destaca que a parceria entre família e escola cria uma base sólida que auxilia as crianças a prosperarem tanto nos estudos quanto na vida. Já o professor C enfatiza que o envolvimento dos pais impacta diretamente o desempenho escolar, aumentando a motivação, melhorando o comportamento e, consequentemente, elevando as notas dos alunos. Essas observações sublinham a relevância do apoio familiar para o desenvolvimento educacional.

A visão expressa pelos professores encontra respaldo nas ideias de Silva e Santos (2021), que destacam a importância da participação familiar para o sucesso escolar. Eles argumentam que o engajamento dos familiares no acompanhamento das atividades escolares e na vida educacional dos filhos é crucial para a formação de um ambiente propício ao

aprendizado. Assim, a afirmação dos professores de que a presença dos pais é vital para o desenvolvimento acadêmico está alinhada com a pesquisa, que indica que a falta de envolvimento familiar pode impactar negativamente o desempenho dos alunos.

Dessa forma, as ideias de Montandon (2005) complementam essa discussão ao abordar a necessidade de construir uma relação efetiva entre família e escola. Montandon enfatiza que a comunicação e a colaboração entre os dois ambientes são fundamentais para o desenvolvimento integral da criança. Assim, as respostas dos professores refletem a consciência de que, para que o aluno tenha um desempenho satisfatório, é essencial que haja uma sinergia entre as expectativas da escola e o apoio da família, evidenciando a importância de fortalecer esses laços na busca por um aprendizado mais eficaz.

Posteriormente, foi questionado com que frequência os pais ou responsáveis dos alunos participam de reuniões escolares. As respostas foram:

Professor A - *Os alunos sentem-se mais motivados a participar das atividades, quando sabem que seu esforço será reconhecido e acompanhado pelos pais.*

Professor B - *Comunicação eficazes transparente entre a escola e os responsáveis e tornar o ambiente escolar o mais receptivo e colaborativo possível.*

Professor C - *Os fatores- Chave incluem (oferecer a disponibilidade dos pais, a comunicação eficaz entre a escola e as famílias e a compreensão da importância do seu envolvimento para o sucesso educativo dos seus filhos.*

Na opinião dos professores, os fatores que contribuem para o acompanhamento parental na escola são bastante claros. Muitos deles destacam a motivação dos alunos, que aumenta quando percebem que os pais estão envolvidos em sua educação. Essa participação dos responsáveis faz com que as crianças sintam que seus esforços são reconhecidos, o que, por sua vez, as encoraja a se engajar mais nas atividades escolares. Além disso, a comunicação entre a escola e os pais é fundamental para criar um ambiente em que todos se sintam parte do processo educativo.

De acordo com Montandon (2005), a comunicação eficaz e transparente entre a escola e os responsáveis é essencial para fortalecer essa relação. Montandon aponta que um ambiente escolar acolhedor e colaborativo não só incentiva a participação dos pais, mas também estabelece um vínculo de confiança entre família e escola. Isso é crucial, pois, quando os pais estão informados e se sentem parte da comunidade escolar, tornam-se aliados no desenvolvimento dos alunos, o que pode impactar positivamente o desempenho acadêmico e o comportamento das crianças.

Complementando essa perspectiva, Assis-Fernandes e Bolsoni-Silva (2020) enfatizam que a compreensão da importância do envolvimento dos pais é um fator-chave para

o sucesso educativo. Elas argumentam que, quando os responsáveis se tornam cientes do papel que desempenham na educação dos filhos, isso pode motivá-los a participar mais ativamente. Essa conscientização é fundamental, pois um acompanhamento parental efetivo pode influenciar diretamente não apenas as notas dos alunos, mas também seu comportamento e motivação, refletindo em um ambiente escolar mais produtivo e harmônico.

Na pergunta seguinte, foi questionado quais estratégias ou práticas o professor considera eficazes para aumentar o envolvimento dos pais na educação dos alunos. As respostas obtidas foram:

Professor A - Atividades que os pais participam como: trabalhos envolvendo natureza e família, reciclagem, festas nas datas especiais, gincanas, pesquisas.

Professor B - Convidar as famílias a participarem de atividades culturais e ou específicas para elas promovidas pela escola, realizar atividades pedagógicas em espaços públicos, inserir os pais nas atividades diárias da escola.

Professor C - Entrevista que incluem oferecer uma comunicação regular com as famílias por meio de eventos organizador que envolvem pais e alunos, como palestras e workshops.

Os professores têm ideias claras sobre como aumentar o envolvimento dos pais na educação dos alunos. Muitos destacam a importância de atividades que reúnam famílias e estudantes, como gincanas, festivais e projetos relacionados à natureza e à reciclagem. Essas iniciativas não apenas tornam o aprendizado mais divertido, mas também fortalecem os laços entre a escola e as famílias, incentivando os pais a acompanharem mais de perto o progresso dos filhos.

Nascimento e Santos (2023) afirmam que promover eventos que integrem pais e alunos é uma estratégia eficaz para fomentar a participação familiar. Eles argumentam que esses encontros criam um ambiente escolar colaborativo, no qual os responsáveis se sentem valorizados e parte integrante da comunidade educativa. Essa integração ajuda os pais a entenderem melhor seu papel na educação e os incentiva a se envolverem mais ativamente.

Assis-Fernandes e Bolsoni-Silva (2020) ressaltam a importância de uma comunicação regular entre a escola e as famílias. As autoras sugerem que palestras e workshops são formas eficazes de manter os pais informados e engajados nas atividades escolares. Essa comunicação fortalece a relação entre a escola e os responsáveis, permitindo que os pais expressem suas opiniões e compartilhem suas experiências, enriquecendo assim o ambiente escolar.

Na pergunta seguinte, questionou-se como o professor avalia a influência do acompanhamento familiar no desenvolvimento socioemocional dos estudantes e de que forma esse acompanhamento ocorre. Os professores responderam:

Professor A - *Aquele aluno que não tem interesse, que só vai para escola obrigado, que só tira nota baixa que não participa de nada. Ele melhora 100% com a participação da família, com paciência e amor.*

Professor B - *Um ambiente familiar amorosa, seguir e solidárias promove a autoestima, a confiança e a habilidade de estabelecer vínculos saudáveis.*

Professor C - *O envolvimento familiar positivo promove o desenvolvimento de competências socioemocionais com empatia e resiliência. Por exemplo as crianças que falam sobre as suas emoções com os pais tendem a lidar com os conflitos nas escolas de forma mais eficaz.*

Os professores reconhecem claramente a influência do acompanhamento familiar no desenvolvimento socioemocional dos alunos. Eles apontam que estudantes que demonstram desinteresse e obtêm notas baixas frequentemente apresentam melhorias significativas quando suas famílias se envolvem ativamente. Esse apoio familiar, caracterizado por paciência e afeto, é essencial para que os alunos se sintam mais motivados e seguros, o que se reflete diretamente em seu comportamento e participação nas atividades escolares.

Conforme discutido por Carvalho e Santos (2020), as relações familiares exercem um impacto profundo no desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Os autores argumentam que um ambiente familiar positivo, que valoriza a comunicação e o apoio emocional, é fundamental para promover a autoestima e a confiança nos alunos. Quando as famílias estão presentes e participativas, proporcionam um contexto seguro que estimula o desenvolvimento de habilidades socioemocionais essenciais.

Além disso, Colli e Luna (2019) destacam que práticas de integração entre família e escola são preditoras importantes do desempenho escolar. Os autores ressaltam que essa colaboração não apenas melhora as notas, mas também contribui para o desenvolvimento de competências como empatia e resiliência. Por meio do diálogo familiar, os alunos aprendem a expressar suas emoções e a lidar com conflitos de maneira mais eficaz, fortalecendo sua capacidade de enfrentar desafios no ambiente escolar e na vida cotidiana.

Em seguida foram questionados se o professor acredita que a falta de acompanhamento parental pode afetar negativamente o desenvolvimento socioemocional dos alunos e por quê. As respostas foram:

Professor A - *Sim. O aluno sente uma carência e quer chamar atenção pela a falta dela. o aluno se sente desmotivado e acredita que é em vão a educação.*

Professor B - *Crianças ignoradas pelos pais tanto na esfera social, quanto acadêmicas podem sofrer transtornos psicológicos na vida adulta.*

Professor C - *A falta de apoio dos pais pode levar a problemas como baixa autoestima e dificuldades nos relacionamentos. Por exemplo, as crianças que não recebem apoio em casa podem sentir-se isolada e perder a motivação.*

Os professores estão cientes de que a falta de acompanhamento familiar pode ter um impacto negativo significativo no desenvolvimento socioemocional dos alunos. Eles observam que muitos estudantes que não recebem atenção em casa acabam se sentindo carentes e desmotivados, o que pode afetar não apenas suas notas, mas também seu comportamento na escola. Essa falta de apoio pode levar os estudantes a acreditar que a educação não é importante, prejudicando tanto seu desempenho quanto suas relações com os colegas.

Conforme mencionado por Costa et al. (2019), a parceria entre família e escola é fundamental para a formação integral da criança. Os autores afirmam que a ausência de apoio familiar pode resultar em problemas como baixa autoestima e dificuldades em estabelecer relacionamentos saudáveis. Isso reforça a ideia de que os alunos que não contam com um suporte emocional adequado em casa podem enfrentar desafios significativos no ambiente escolar, comprometendo seu desenvolvimento socioemocional e acadêmico.

Além disso, a pesquisa de Costa (2021) ressalta que o diálogo familiar é uma estratégia essencial para o aprendizado. O autor aponta que crianças que não recebem a atenção necessária em casa podem não apenas perder a motivação, mas também desenvolver transtornos psicológicos a longo prazo. Essa situação pode resultar em dificuldades nas relações interpessoais e na vida acadêmica, evidenciando a importância do envolvimento dos pais no crescimento emocional e educacional dos filhos.

Na pergunta seguinte, questionou-se, na opinião dos professores, quais medidas poderiam ser implementadas pela escola para melhorar o relacionamento com os pais e incentivar a participação na vida escolar dos alunos. As respostas foram:

Professor A - *As reuniões e o acompanhamento mais eficazes do conselho escolar e conselho tutelar e polícia militar, corpo de bombeiros. Pois são instituições que a sociedade teme e respeita.*

Professor B - *Estabelecer cronogramas de reuniões presenciais (e que os pais se programem para isso) e incentivar eventos que chamem a família para o espaço escolar.*

Professor C - *Ações que incluem a criança de canais de comunicação eficazes, a oferta de atividades que envolvem os pais na rotina escolar e a orientação sobre como acompanhar o desempenho dos filhos.*

Os professores ressaltam a importância de adotar medidas concretas para melhorar o relacionamento com os pais e aumentar sua participação na vida escolar dos alunos. Um professor sugere que o envolvimento de instituições respeitadas, como o conselho tutelar e a polícia militar, pode contribuir para criar um ambiente seguro e de confiança. Além disso, a proposta de agendar reuniões presenciais permite que os pais se organizem e se sintam mais motivados a participar. A criação de atividades que incluam os pais na rotina escolar também é

essencial para reforçar esse vínculo e garantir que estejam cientes do que ocorre no ambiente educacional.

Nessa perspectiva, Rosa (2019) destaca a relevância da colaboração entre família e escola, apontando que essa relação positiva contribui significativamente para o desempenho escolar dos alunos nos anos iniciais. A autora argumenta que, quando os pais estão envolvidos, os alunos tendem a obter melhores resultados acadêmicos e a desenvolver habilidades socioemocionais importantes. Portanto, implementar ações que estimulem essa colaboração não apenas fortalece a comunicação, mas também impacta diretamente o sucesso escolar.

Por sua vez, Rocha e Martins (2021) afirmam que métodos de ensino que incentivam a participação dos pais são fundamentais para um aprendizado eficaz. Eles sugerem que a escola deve adotar práticas pedagógicas que incluam os responsáveis no processo educativo, como reuniões informativas e eventos comunitários. Essa interação proporciona aos pais uma compreensão mais profunda do que seus filhos estão aprendendo e de como podem contribuir para o desenvolvimento escolar.

Na próxima pergunta, questionou-se se o professor tem alguma experiência ou exemplo específico relacionado ao envolvimento parental que gostaria de compartilhar. As respostas foram:

Professor A - *Sim. Tenho um aluno que a participação da família na escola é inexistente. O aluno falta muito, não tem desenvolvimento algum em sala de aula. Não lê e não escreve. Já chamei várias vezes a família, mas é em vão.*

Professor B - *Não.*

Professor C - *Uma escola um programa de “Mentores de pais” conseguiu encorajar pais voluntários a ajudar outros a envolverem-se mais na vida escolar dos seus filhos, promovendo um ambiente escolar mais colaborativo.*

Os professores têm experiências variadas sobre o envolvimento familiar, o que revela a complexidade da dinâmica entre famílias e escolas. Um professor relata o caso de um aluno com desenvolvimento prejudicado pela falta de participação da família, destacando que as tentativas de engajamento foram em vão. Essa situação ilustra como a ausência de apoio familiar pode afetar negativamente o desempenho e a motivação do aluno, criando um ciclo de dificuldades.

A experiência do professor A corrobora as discussões de Carvalho e Santos (2020) sobre o impacto das relações familiares no desenvolvimento cognitivo infantil. Os autores afirmam que a falta de envolvimento dos pais não apenas prejudica a aprendizagem, mas pode levar a problemas mais graves. Para que a criança prospere, é essencial uma colaboração ativa entre a família e a escola, com comunicação constante.

A iniciativa do professor C, com o programa “Mentores de Pais”, reflete a visão de Rosa e Magalhães (2024) sobre a importância do envolvimento família-escola. Criar um ambiente colaborativo, onde pais ajudam outros a se envolverem, pode ser uma solução eficaz para fortalecer a relação entre famílias e escola. Essa abordagem pode empoderar os pais e resultar em benefícios tanto para as crianças quanto para a comunidade escolar.

Em seguida, questionou-se se os professores já observaram diferenças no desenvolvimento socioemocional entre alunos com acompanhamento parental próximo e aqueles que não o têm, e quais seriam essas diferenças. As respostas foram:

Professor A - Sim. Aluno que é ruim e tem a família acompanhamento ele melhora 100%, tem um desenvolvimento mais rápido. O que não tem ele só vai piorando. A escola aciona a família, mas eles não vão.

Professor B - Aprenderem a lidar com suas próprias emoções, os alunos não desenvolvem apenas a capacidade de selecionar informações e processá-las com senso crítico, para tomar decisões e resolver problemas de maneira criativa. Eles também aprendem a lidar com as emoções (próprias e dos outros) e a trabalhar em equipe.

Professor C - Sim; os alunos com apoio dos pais são geralmente mais confiantes e apresentam melhores habilidades sociais. Àqueles que não têm esse apoio, apresentam ansiedade e problemas comportamentais.

Os professores observaram diferenças claras no desenvolvimento socioemocional dos alunos em função do acompanhamento parental. O professor A destaca que os alunos com suporte familiar demonstram uma melhora significativa, enquanto aqueles sem esse apoio tendem a apresentar dificuldades. Isso evidencia como a presença dos pais pode fazer toda a diferença na trajetória escolar, influenciando diretamente a motivação e o desempenho dos alunos.

Essas observações estão alinhadas com o argumento de Costa (2021) sobre o diálogo familiar. O autor defende que o envolvimento dos pais na educação dos filhos é crucial não apenas para o desempenho acadêmico, mas também para o desenvolvimento emocional das crianças. Quando os pais estão presentes, as crianças se sentem mais seguras, o que contribui para o fortalecimento da autoestima e das habilidades sociais.

Por outro lado, a afirmação do professor C complementa a ideia de que a ausência de apoio familiar pode levar a problemas emocionais e comportamentais. Rocha e Martins (2021) apontam que, sem um acompanhamento adequado, os alunos podem enfrentar dificuldades na gestão de suas emoções e nas relações interpessoais. Assim, a colaboração entre família e escola torna-se essencial para promover um ambiente saudável de aprendizado e desenvolvimento.

Posteriormente, questionou-se como a escola pode apoiar as famílias em situações de crise ou dificuldades pessoais que possam impactar a aprendizagem dos alunos. As respostas dos professores foram:

Professor A - *Ajudando na aprendizagem, na participação nas obrigações, reunindo, juntando da –se para a melhoria daquele aluno. Mas é uma batalha conjunta entre escolar e família.*

Professor B - *A escola pôde apoiar as famílias em situações de crise ou dificuldade pessoais que possam impactar a aprendizagem dos alunos, por exemplo através de comunicação aberta, encontros individuais, reconhecimento de situações de violência e equipe de apoio interna ou externa.*

Professor C - *As escolas podem oferecer serviços de aconselhamento, criar grupos de apoio aos pais e colaborar com organização comunitárias para fornecer recursos educacionais.*

Os professores concordam que a escola pode desempenhar um papel crucial no apoio às famílias que enfrentam crises que afetam a aprendizagem dos alunos. O professor A menciona que a colaboração entre escola e família é essencial para superar dificuldades, enfatizando a importância de trabalharem juntos para o bem-estar do aluno. Essa visão reforça a ideia de que a escola não deve atuar sozinha, mas como parte de uma rede de suporte que envolve os pais e a comunidade.

Nesse sentido, Rosa (2019) destaca a importância da comunicação aberta para o apoio familiar. O autor argumenta que a interação contínua entre escola e famílias pode facilitar o reconhecimento de problemas e a busca de soluções conjuntas. Essa abordagem ajuda a criar um ambiente escolar mais acolhedor, no qual os pais se sentem à vontade para compartilhar suas dificuldades e buscar o suporte necessário.

Por outro lado, a proposta do professor C de implementar serviços de aconselhamento e grupos de apoio é reforçada por Colli e Luna (2019), que defendem que ações estruturadas podem facilitar o envolvimento dos pais e proporcionar um espaço seguro para discutir desafios. Essa colaboração pode não apenas melhorar a situação das famílias, mas também ter um impacto positivo no desempenho dos alunos, já que um suporte sólido em momentos de crise é fundamental para a recuperação e o desenvolvimento emocional das crianças.

Na última pergunta, questionou-se quais os principais desafios que os professores enfrentam ao tentar engajar os pais no processo educacional. As respostas foram:

Professor A - *Chamar a atenção dos pais, pois tem aqueles que só agem quando informamos que seremos obrigados a chama o conselho tutelar ou que a bolsa família vai ser cortado.*

Professor B - *Desinteresse dos pais.*

***Professor C** - Os principais desafios incluem as limitações dos pais, o índice de alfabetismo muito alto das famílias e falta de compreensão da importância do envolvimento dos pais no desenvolvimento educacional dos filhos.*

Os professores enfrentam muitos desafios para engajar os pais na educação dos filhos. O professor A comenta que muitos pais só se preocupam quando há ameaças, como a possibilidade de chamar o conselho tutelar ou perder o benefício do bolsa família, o que revela um desinteresse geral. O professor B também aponta essa falta de interesse como um problema, dificultando a participação dos pais na vida escolar, algo essencial para o sucesso das crianças.

Costa e Carneiro da Silva (2019) destacam a importância de conscientizar os pais sobre como seu envolvimento impacta o aprendizado dos filhos. Eles ressaltam que muitos responsáveis não compreendem essa relevância, e que as escolas precisam ajudar as famílias a perceberem o valor de participar mais ativamente. Essa conscientização pode fazer toda a diferença no apoio que os alunos recebem.

Além disso, Prioste (2020) aponta que a alfabetização dos pais pode ser um obstáculo ao envolvimento. Quando os pais têm dificuldades de leitura e escrita, torna-se mais complicado para eles entenderem as informações enviadas pela escola ou participarem das reuniões. Por isso, as escolas devem facilitar essa participação, oferecendo suporte que ajude os pais a se sentirem mais incluídos no processo educacional.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa “Relação família-escola: a influência do acompanhamento familiar nos anos iniciais do ensino fundamental para o desenvolvimento integral do aluno no município de Chapadinha-MA” investigou a importância do envolvimento familiar no desempenho escolar e no desenvolvimento integral das crianças. Os dados revelaram que uma comunicação eficaz entre escola e família promove um ambiente seguro e de confiança, impactando positivamente o rendimento, o comportamento e as habilidades sociais dos alunos. Ao mesmo tempo, foram identificadas dificuldades significativas nessa parceria, como a baixa frequência de participação efetiva dos pais, dificuldades de tempo, preparo e acesso, além de uma atuação ainda limitada da escola em fortalecer essa relação.

O objetivo central da pesquisa foi compreender como a participação familiar influencia o desempenho escolar nos anos iniciais, com foco na análise dos fatores que dificultam esse acompanhamento e na proposição de estratégias para melhorar a colaboração entre os dois contextos. As hipóteses levantadas — como a baixa participação familiar e a

contribuição positiva dos pais engajados — foram confirmadas, demonstrando que a ausência desse acompanhamento afeta negativamente o desempenho acadêmico e a adaptação social dos estudantes.

A análise dos dados reforçou que a participação da família vai além do aspecto cognitivo, influenciando também a autoestima, a segurança emocional e o desenvolvimento de competências socioemocionais das crianças. O estudo propôs práticas como eventos integradores, oficinas e melhorias na comunicação escola-família, com o objetivo de aproximar os pais do cotidiano escolar e criar uma cultura de acolhimento.

Conclui-se, portanto, que a relação família-escola é um elemento fundamental para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, acolhedor e eficiente. O envolvimento familiar contribui diretamente para o sucesso escolar e o bem-estar emocional dos alunos, sendo essencial que escolas e famílias atuem em conjunto na construção de uma rede de apoio sólida durante os anos iniciais da educação básica.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, T. R.; MACHADO, L. B. **A relação família-escola como elemento das representações sociais veiculadas na rede social Facebook**. Revista de Educação e Pesquisa em Saúde, v. 12, n. 2, p. 45-60, 2022.

ALMEIDA, J. de; SOUZA, M. S. F. **Impacto do envolvimento parental na aprendizagem durante os anos iniciais**. Revista de Psicopedagogia, v. 38, n. 4, p. 307-318, 2020.

ALMEIDA, J. M.; **O papel da família no processo educativo: impactos no desempenho escolar**. Revista Brasileira de Educação, v. 25, n. 79, p. 123-145. 1986.

ALMEIDA, J. M.; RODRIGUES, T. **O envolvimento familiar e seu reflexo no desempenho escolar**. Cadernos de Pesquisa em Educação, v. 10, n. 2, p. 87-101. 2019.

ANTUNES, B. C.; CIRÍACO, K. T. **A RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA: Implicações para o processo ensino-aprendizagem**. Revista Brasileira de Educação, v. 26, n. 3, p. 400-415, 2021.

ASSIS-FERNANDES, R. de P.; BOLSONI-SILVA, A. T. **Como as relações entre mães e filhos influenciam nos comportamentos infantis?** Revista Brasileira de Educação, 2020.

BACICH, L.; NETO, J. F.; TREVISANI, F. **Educação híbrida: como potencializar o ensino com novas tecnologias**. Porto Alegre: PUC-RS, 2015.

BORDENAVE, Joan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino e aprendizado**. 30. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Brasília: Edições Câmara, 1990.

BUENO, I. C. V. **O desenvolvimento integral do educando: a relevância da afetividade**. Revista de Psicologia da Educação, v. 22, n. 2, p. 220-235, 2021.

CARVALHO, R. T., SANTOS, P. L. **O impacto das relações familiares no desenvolvimento cognitivo infantil**. Jornal de Psicologia e Educação, 5(1), 34-45. 2020.
CHRAIM, Albertina de Mattos. **Família e escola: a arte de aprender para ensinar**. Rio de Janeiro: Wark Ed., 2009.

COLLI, D. R.; LUNA, S. V. de. **Práticas de integração Família-Escola como Predictoras do Desempenho Escolar de Alunos**. Revista de Psicologia Escolar e Educacional, v. 23, n. 2, p. 105-120, 2019.

COSTA, L. A. **O diálogo familiar como estratégia de aprendizagem**. Revista de Educação e Formação, v. 8, n. 1, p. 45-56. 2021.

COSTA, M. A. A.; CARNEIRO DA SILVA, F. M.; SOUZA, D. da S. **Parceria entre escola e família na formação integral da criança**. Revista Brasileira de Educação, v. 24, n. 3, p. 365-380, 2019.

COSTA, M. A. A.; SOUZA, D. da S. **Parceria entre escola e família na formação integral da criança**. Caderno de Pesquisa, v. 25, n. 1, p. 100-115, 2019.

COUTINHO, P. O.; CUNHA, M. A. A.; ALCÂNTARA, G. **A relação família-escola na percepção da gestão escolar: entre estratégias e negociações para a convivência**. Revista Brasileira de Política Educacional, v. 22, n. 1, p. 80-95, 2021.

FERREIRA, L. A.; FERREIRA, J. D. **Estratégias pedagógicas: construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Editora Moderna, 2013.

FIGUEIREDO, M. da S.; OLIVEIRA, J. L. **A colaboração entre pais e professores na promoção do sucesso acadêmico das crianças**. Revista Brasileira de Educação, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, J. P. **O papel da escola no desenvolvimento emocional da criança**. Revista PsicoFAE, 7(3), 45-55. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Didática do ensino superior**. 1. ed. 10. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, S.; SILVA, I.; VELOSO, A. **Trabalho por turnos e vida familiar e social na perspectiva dos/as filhos/as**. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 3, p. 175-190, 2020.

LIMA, A. P. R. de; SILVA, R. G. C. da. **A relação família-escola: implicações no desempenho escolar dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental**. Revista Brasileira de Educação, 2021.

LIMA, D. C. de; LACERDA, R. R. de A.; SILVA, D. F. da; LAVOR, F. I. G. de; AMORIM, S. F. de; BELCHIOR, S. M. S. de. **A relação família e escola no desenvolvimento da**

aprendizagem de alunos do ensino fundamental. Revista Brasileira de Educação, v. 28, n. 1, p. 120-135, 2023.

LIMA, G. F., OLIVEIRA, S. R. **Comunicação entre escola e família:** Impactos no desenvolvimento infantil. Revista Educação Integral, 9(1), 22-33. 2022.

LOCKMANN, F. **Educação infantil:** práticas e desafios na sala de aula. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, R. S.; SOUZA, P. H. **A influência do apoio familiar no desempenho acadêmico dos alunos.** Revista de Psicologia Educacional, v. 15, n. 3, p. 56-69. 2018.

MELO, D. A. **UMA ANÁLISE DOCUMENTAL: a relação das famílias no Projeto Político-Pedagógico no contexto escolar.** Revista de Educação e Políticas Públicas, v. 9, n. 4, p. 150-165, 2021.

MONTANDON, A. **Educação e Família: relações e interações.** São Paulo: Papirus, 2005.

NASCIMENTO, E. L.; SANTOS, V. L. dos. **A relação família-escola na percepção da gestão escolar: entre estratégias e negociações para a convivência.** Revista Brasileira de Educação, 2023.

NÓVOA, A. **A educação em tempos de pandemia:** desafios e reflexões. Lisboa: Almedina, 2020.

PAROLIN, I. **Professores formadores:** a relação entre família, à escola e a aprendizagem. Série: práticas educativas. Curitiba: Positivo, 2007.

PEREIRA, F. C. **O impacto do envolvimento familiar na educação dos alunos.** Anais do Congresso Nacional de Educação, v. 3, p. 233-245. 2019.

PEREIRA, M. A. M. **Relação família/escola: reflexões para o desenvolvimento integral da criança.** Revista Brasileira de Educação Infantil, v. 27, n. 1, p. 88-104, 2022.

PRIOSTE, C. **Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Educação e Sociedade, v. 41, n. 3, p. 233-250, 2020.

PRIOSTE, C. **Hipóteses docentes sobre o fracasso escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental.** Revista Educação em Questão, v. 32, n. 1, p. 15-30, 2020.

ROCHA, C. P.; MARTINS, F. S. M. **Métodos de ensino que incentivam a participação dos pais.** Caderno de Educação, v. 25, n. 2, p. 95-110, 2021.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir (orgs.). **Família & escola: novas perspectivas de análise**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Coleção Ciências Sociais da Educação).

ROSA, L. de F. da. **Relação família e escola: As contribuições no desempenho escolar de alunos nos anos iniciais**. Revista Educação e Pesquisa, v. 45, n. 2, p. 101-115, 2019.

ROSA, T. da; MAGALHÃES, C. R.; SILVEIRA, L. M. de O. B. **Envolvimento família-escola e suas implicações no desempenho escolar na educação básica**. Revista Brasileira de Educação, v. 29, n. 1, p. 45-62, 2024.

ROUXEL, M. **Leitura e escrita na educação infantil: mediação e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAMBRANO, R. **Família e escola: uma relação necessária para o desenvolvimento infantil**. Curitiba: Editora Positivo, 2010.

SANTOS, I. da S. S. **Família e o acompanhamento escolar**. Caderno de Estudos em Educação, v. 18, n. 1, p. 45-60, 2021.

SILVA, A. **Mediação leitora: implicações no ensino-aprendizagem**. Brasília: Editora UnB, 2018.

SILVA, A. T.; OLIVEIRA, M. F. **A relação entre envolvimento familiar e desempenho acadêmico: uma análise crítica**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 37, n. 2, p. 87-102. 2020.

SILVA, M. A. (2021). **A interação entre a família e a escola no desenvolvimento infantil**. Revista PsicoFAE, 8(2), 56-67.

SILVA, P. A. da; SANTOS, F. R. dos. **Família e educação: a importância da participação familiar para o sucesso escolar**. Revista Brasileira de Educação, 2021.

SOUZA, M. E. D. P. **Família/escola: a importância dessa relação no desempenho escolar**. Programa De Desenvolvimento Educacional PDE. Santo Antônio Da Platina – Paraná 2009.

SOUZA, T. R. de; ALMEIDA, L. dos S. **A influência da relação entre família e escola no desenvolvimento emocional das crianças**. Revista Brasileira de Educação, 2022.

THERBORN, Göran. **Os problemas da igualdade: uma abordagem sociológica**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VALLE, M. **História da educação infantil no Brasil: das práticas assistencialistas às concepções pedagógicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização**. 16. ed. São Paulo: Libertad Editora, (Cadernos pedagógicos Libertad, v. 1). 2006.



Informações:
98 3471-1955
www.fapeduca.com.br